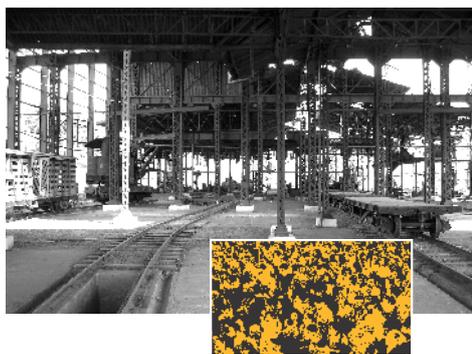


O mundo do trabalho em crise

REVISTA



5º Congresso Internacional de
Ciências do Trabalho, Meio Ambiente
Direito e Saúde São Paulo/2018



Contra a violência urbana

Enio Squeff pintou este quadro durante o Congresso, uma performance em homenagem à vereadora Marielle Franco. A imagem, forte e dramática, contextualiza a morte da vereadora, homenageada neste evento, e integra uma série que ele deverá levar para uma exposição na cidade de Évora, capital da região do Alentejo, em Portugal. Ênio Squeff é jornalista e artista plástico, nasceu em Porto Alegre e radicou-se em São Paulo há mais de 30 anos. Começou sua carreira na revista Veja, foi diretor de arte no jornal O Estado de S. Paulo e depois, editorialista, crítico de música e ilustrador na Folha de S. Paulo.



Uma questão de sobrevivência

JOÃO BATISTA CESAR

Luiz Salvador, advogado trabalhista militante, foi o grande idealizador de um congresso internacional que reunisse pessoas de diferentes inserções sociais e de variadas formações; que tivesse como tema o mundo do trabalho, acidentes e doenças. Nascia a primeira edição deste Congresso, que em 2012, ocorreu em Salvador, como o I Congresso Internacional da ALAL sob coordenação da professora Petilda Serva Vazquez. Salvador teve uma vida de militância trabalhista e previdenciária relevante, interrompida por um AVC que o tirou de circulação nos últimos três anos. Mesmo assim, foi a grande figura por trás desta edição, que o homenageou ainda em vida. Ele faleceu logo depois do encerramento. “Lembrar da coragem do Luiz Salvador, das vitórias dele, é fundamental para inspirar a nossa atuação nesse momento tão sem esperança”, disse Maximiliano Garcez, também advogado e um dos organizadores do evento, em referência à reforma trabalhista que está destruindo os direitos que Luiz tanto defendeu.

“A luta em defesa dos direitos do trabalho tem sido sempre uma poderosa forma de resistência dos trabalhadores ao avanço do capital. Pela defesa deles, os trabalhadores se mobilizam e lutam permanentemente. O modelo econômico neoliberal globalizado impõe ao mundo esse sistema de aumento de produtividade, maximização dos lucros ao menor custo operacional possível. Com isso, ruiu os avanços sociais conquistados, ‘O Estado do Bem Estar Social’. Agora a meta é outra. Flexibilização, precarização laboral a pretexto de manutenção dos empregos, que reivindica a aprovação das terceirizações sem limite em todos os setores da vida nacional” - ponderou Luiz Salvador em uma entrevista, uma declaração que resume o ponto central de sua luta.



Luiz Salvador nasceu em São Paulo, em 1940, mas radicou-se em Curitiba. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná, em plena ditadura militar e, como advogado, passou a defender apenas trabalhadores a partir de 1973, quando se formou. Na época, também concluiu o curso de Letras e foi presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba. Fundou junto com Edésio Franco Passos, já falecido, um escritório de advocacia - trabalhista e previdenciária - que só atuava na defesa de trabalhadores. Quem conta a história é seu irmão e sócio neste escritório, Olímpio Paulo Filho.

“Lembrar da coragem do Luiz Salvador é fundamental para inspirar a nossa atuação.”

Luiz foi presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas por duas gestões; presidiu a Associação Latino Americana de Advogados Trabalhistas; mas foi a organização do Congresso que marcou seus últimos anos de vida. O irmão Olímpio diz que a principal preocupação do irmão naquele momento era com a obrigatoriedade de o trabalhador arcar com os custos processuais em caso de perda da ação, a chamada sucumbência. Com a sucumbência, conforme conta Olímpio, Luiz diz que o trabalhador passa a ter medo de lutar por seus

direitos e ser, depois, obrigado a arcar com os custos processuais. Assim, há que se ter toda atenção, pois ao lutar por seus direitos, na nova legislação o trabalhador pode ir à ruína.

Maximiliano ressalta o carinho de Luiz em aglutinar as pessoas. “Vejo aqui companheiros e companheiras que se tornaram amigos e combatentes por conta do Luiz Salvador. Tantos sindicalistas que a gente conhece, tantas pessoas que a gente conhece, os canadenses tem uma profunda admiração pelo seu trabalho”, disse Maximiliano. Luiz teve uma atuação internacional relevante; como jurado no Tribunal Mundial da Liberdade Sindical fez um trabalho fundamental na Comissão de Relações Internacionais da OAB, como presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas abriu novas fronteiras; foi ainda presidente da Associação Latino-americana de Abogados Laboralistas, e um dos líderes que promoveu a resistência vitoriosa à Alca.

“Gostaria realmente de destacar o papel do Luiz Salvador, de aglutinador de pessoas, gente que foi se encontrando e formando uma rede. Foi por meio dele que acabei me engajando nessa ideia de redes, e redes cada vez maiores, para a gente resistir e lutar. Realmente Luiz Salvador é uma pessoa que mora no nosso coração”, disse Maria Maeno, organizadora do evento.

Como uma garça no pântano

A socióloga Marielle Franco nasceu na favela da Maré, um dos palcos da violência diária que atinge a população pobre e periférica da cidade do Rio de Janeiro. Quando foi brutalmente assassinada, em março de 2018, cumpria o mandato de vereadora pelo PSOL e vinha de uma militância longa e consistente em prol dos direitos humanos. Depois da graduação, na PUC-Rio, tornou-se mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com o estudo *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. Na dissertação, avalia o modelo de segurança pública do Rio como fundado no reforço do chamado estado penal, com foco na repressão dos mais pobres.

Sua história pessoal, de forma lamentável, repetiria outra que ela viu ainda na adolescência e que a fez abraçar a militância. Marielle perdeu uma amiga, vítima de bala perdida, em um tiroteio entre policiais e traficantes no complexo da Maré, quando havia acabado de se inscrever em um pré-vestibular comunitário. Depois disso trabalhou em entidades de sociedade civil como a Brasil Foundation e o Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm); e coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), juntamente com Marcelo Freixo. Tornou-se mãe aos 19 anos. Na noite em que morreu, havia participado de um evento chamado Jovens Negras Movendo as Estruturas, na Rua dos Inválidos, na Lapa. O motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e morreu.

Marielle se movia em um cenário onde ocorreram, segundo dados do 12º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 63.880 mortes em 2017, divulgado pelos jornais do dia nove de agosto, poucos dias antes do Congresso. Um número que é recor-



de histórico segundo os jornais. Isso dá 175 assassinatos por dia, sete por hora; significa um aumento de 2,9% em relação a 2016. Os estupros aconteceram 8,4% mais de um ano para o outro. E as mortes provocadas pela polícia saltaram para 5.144, 20,5% a mais do que em 2016. Isso representa 14 pessoas assassinadas por policiais por dia no País.

Estes números estão impactados por grandes rebeliões nos presídios, resultado de conflitos entre as facções criminosas – entre si e com a polícia –, como o que matou a amiga de Marielle e que segundo a análise que abre o Anuário, se consolidou no controle dos presídios do país todo nos últimos anos. No ano de 2017, as brigas entre facções criminosas causaram, já no

primeiro dia do ano, 56 homicídios no interior do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus.

O alvo em 56,5% dos homicídios registrados na última década (2006-2016) foram homens jovens, que tinham entre 15 e 19 anos, segundo o Atlas da Violência 2018, um estudo feito pelo Fórum em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e vinculado ao Anuário.

São 33.590 jovens, 94,6% deles garotos, mortos de forma violenta e não natural neste período; o que representa um aumento de 23,3% com relação a 2016.

Crimes envolvendo mulheres também chamaram a atenção dos analistas, com registros de crescimento dos homicídios – 6,5% com

relação a 2016, atingindo o número de 4.473. Deste total, 946 foram feminicídios. E também de estupros, que de forma trágica atinge preferencialmente crianças. O estudo mostra que em 50,9% dos casos de estupro em 2016, as vítimas tinham menos de 13 anos. Os adultos foram 32,1% dos casos, e adolescentes, 17%. Em 83,9% dos casos, portanto, a vítima era menor e vulnerável. O mais grave no entanto, é que ainda segundo os analistas e pesquisadores que participaram do estudo, estes números podem estar subnotificados.

As polícias brasileiras recolheram um total de 49.497 registros de estupros em 2016, mais do que o dobro dos casos atendidos no Sistema Único de Saúde (SUS), que foi de 22.918 casos naquele ano. Do total registrado pela polícia, 13 mil ocorreram na casa da pessoa violentada e em 78,6% deles, por pessoa conhecida da vítima.

Os pesquisadores consideram que se a taxa brasileira de subnotificação for próxima à estimada nos Estados Unidos, em 15%, sofreremos com algo em torno de 400 mil estupros anuais.

Marielle lutava, na Câmara, em busca de saídas e de proteção para estes grupos, e a primeira e principal batalha era superar a invisibilidade, ou a subnotificação, que não ocorre apenas nos casos de estupro. Na relação cotidiana da população das favelas cariocas com as polícias “pacificadoras”, a população sofre todo tipo de violação de direitos. Têm procurado se defender por meio das associações de bairro, que se reúnem em fóruns e redes para troca de experiência, informações e ajuda.

Estes grupos se mobilizaram para cobrar a solução do caso, ainda sem nenhum resultado até o momento do Congresso.

Mulher, negra, favelada. E guerreira!

Quem falou sobre a importância de sua luta foi Rachel Moreno, sua colega na militância por questões de gênero.

RACHEL MORENO

Quem foi Marielle? Ela se lançou candidata em 2016, motivada pela necessidade de que as mulheres estejam na política. Pela necessidade de combater o racismo, para mostrar que uma mulher negra e favelada pode e deve ocupar os espaços de poder. Quem diz isto é Tarcísio Motta, vereador do PSOL e vizinho de gabinete da Marielle. A vereadora defendeu a causa das mulheres, dos negros e LGBTs. E representava 46.000 votos que obteve nas eleições 2016, tornando-se a quinta parlamentar mais votada do Rio de Janeiro. Marielle era crítica ferrenha da intervenção Federal que se estabeleceu no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. Frequentemente ela denunciava a polícia militar, por matar gente inocente nas comunidades mais pobres do município.

Por ela e por todas nós

Morreu Marielle. Morreu assassinada e até hoje não se sabe quem mandou, quem executou. Mas enfim, as blogueiras feministas com quem eu me identifico também, escreveram um texto do qual transcrevo duas frases aqui e que dizem muito o que eu penso: O recado está dado e nós escutamos. Ser mulher negra, da favela e ousar levantar a voz para denunciar a violência policial e o fascismo crescente da política nacional é sentença de morte.

Lugar de mulher é onde ela quiser

O recado está dado, nós escutamos, nós entendemos. E não recuaremos, não nos calaremos, não aceitaremos desculpas, nem esperaremos pelo fim das investigações. Para nós, a morte de Marielle deixa claro que a ocupação das favelas pelo exército



deve terminar imediatamente, que a desmilitarização da Polícia já deveria ter sido implementada. E que o poder executivo, usurpado em 2016, deve ser deposto agora.

A morte de Marielle deixa transparente e cristalina a cara fascista da ditadura que governa o Brasil. A dor pela morte dela é imensa, mata um pouco de cada uma de nós.

Marielle Franco presente

O vazio é enorme, mas o que eles não sabem é que a Marielle era gigante e carregava as pessoas que lutava junto com ela.

O vazio é enorme, mas o sentimento de revolta também. Enquanto as nossas lágrimas caem, nós nos organizamos e lutamos. Vocês não vão matar o que Marielle defendia, ou terão que matar todas nós. E nós somos muitas: cerca de 50 mil pessoas foram para a rua no Rio em protesto contra a morte dela, e outras 30 mil em São Paulo, em manifestação para repudiar os assassinatos.

Projetos de lei

Assédio não é passageiro

Não faz sentido ser assediada no transporte.

Casas de parto

Para estimular a criação de casas de barco nas zonas de menor índice de desenvolvimento humano do município.

Espaço coruja

Espaço infantil noturno, para atender pais e mães que trabalham ou estudam à noite e que precisavam um local seguro para os filhos.



A minha luta é aquela alegre

JOÃO BATISTA CESAR

A vida de David Capistrano da Costa Filho, homenageado neste Congresso, confunde-se com o tempo que viveu. Nasceu no Rio Grande do Sul, na clandestinidade, em 1948. O Partido Comunista havia sido colocado na ilegalidade no ano anterior e seus pais, o pernambucano David Capistrano da Costa e a mãe Maria Augusta, eram quadros importantes do partido. O pai era comunista histórico, que havia lutado na Guerra civil espanhola, e a mãe era dirigente do partido na Paraíba. Só em 1956, com a chegada ao poder de Juscelino Kubitschek, os comunistas passam a ser tolerados e os capistranos podem voltar ao Recife. Passam a viver a vida de sempre. Ou seja, de militância. Inclusive o jovem David que, em 1962, aos 14 anos, junto com outros 25 colegas milita na base comunista existente no Colégio Estadual de Pernambuco.

Aos 17 anos, David vem para o Sul. Era o governo Jango Goulart e a população está mobilizada por reformas. Passa a desenvolver intensa atividade entre São Paulo e Rio de Janeiro, que logo o põem em evidência. O golpe, entretanto, estava sendo armado e, em 1964, instaura-se a ditadura que, desde os primeiros momentos, emprega uma violência desmedida para se manter no poder. Seu grande amigo no Colégio Estadual de Pernambuco, Jonas Augusto, morre metralhado

numa passeata, onde também foram atingidas mortalmente mais três pessoas. David entra na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde vai se formar sanitaria.

O velho David foi para a clandestinidade e a mãe, presa; o jovem David levado a um quartel do Exército e depois para o juizado de menores. Mas logo foi solto e passou a ser visto reorganizando o movimento secundarista, pichando muros com as palavras de ordem do partido, liderando passeatas, participando dos debates intermináveis sobre como organizar a resistência. A esquerda estava dividida quanto a melhor forma de enfrentar a ditadura. Parte da militância quer ir para a luta armada, enquanto outros preferiam continuar na estratégia de resistência tradicional. David ocupa um cargo na executiva estadual do Partido Comunista e vai optar pela resistência armada contra a ditadura. Em 1974 é um tipo visado pela repressão e não pode mais permanecer no Rio de Janeiro. Muda-se para São Paulo, onde acaba preso em 1975. Na cadeia ajuda na reconstrução da ala paulista do partido. Torna-se, então, uma das principais lideranças do PC.

Desgastado com constantes divergências com a velha guarda do partido, David vai se aproximar dos militantes que pretendem fundar o Partido dos Trabalhadores. Em 1983, rompe com o PC e em 1986 entra no PT. Membro

do diretório regional do partido, foi secretário de saúde de Bauru. Coordena a campanha vitoriosa de Telma de Souza à prefeitura de Santos em 1988. Torna-se secretário da Saúde e chefe de gabinete da prefeita petista. Em 92, eleger-se prefeito de Santos, onde faz uma gestão que marca a vida da cidade. Ainda secretário, o seu enfrentamento aos métodos violentos utilizados a Casa de Saúde Anchieta para tratamento mental, impulsionou e deu grande visibilidade ao movimento antimanicomial no Brasil. As medidas adotadas por ele no enfrentamento da AIDS na cidade tornam-se referência, entre elas o programa de redução de danos (que inclui a distribuição de seringas a viciados e camisinhas aos profissionais do sexo). Como prefeito, criou programas que se tornaram depois, nacionais, como a urbanização de favelas, o “Toda Criança na Escola”, precursor do Bolsa Família, de saúde da mulher e para redução da mortalidade infantil; de saúde bucal e de internação domiciliar.

Em 1979, em meio à militância de vida inteira, passou a lutar também contra uma leucemia. Sua luta como médico foi sempre no sentido de tornar a saúde um direito inalienável de todo o cidadão, fazer do tema saúde uma prioridade nacional. “Em saúde não podemos trabalhar com a perspectiva de longo, médio prazo. A criança que tem um problema agora, em pouco tempo não é mais criança, perdeu a infância. Temos de trabalhar com pressa. O contrário disso é insensibilidade diante do sofrimento”, disse em uma de suas últimas aparições, em 2000, no Congresso de Saúde Coletiva da Abrasco. Se teve uma vida dura, uma vida de luta, David Capistrano manteve uma relação de ternura com a vida até sua morte.

Sobre a luta antimanicomial

www.ccs.saude.gov.br/vpc/reforma.html

Crônicas sobre David

www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0134/NOR0134_09.PDF

Memorial

www.obore.com.br/momorial/david_capistrano

Editorial

É com satisfação que apresentamos a primeira edição da Revista do Congresso, um registro do evento que vem se consagrando como um importante ponto de encontro entre os que estudam, militam, vivenciam e sofrem no mundo do trabalho. O Congresso reúne pessoas com inserções profissionais e sociais diferentes, promovendo olhares complementares e mais ricos aos diversos aspectos do trabalho e suas consequências para as famílias.

Esta edição é marcada por circunstâncias políticas do país, que tem sua expressão mais dramática no endividamento da população, abordado na mesa 4, e no persistente flagelo das mortes por acidente de trabalho, mostrado na mesa 5, que discute a reforma trabalhista implantada em 2017. Essa discussão segue no debate sobre a crise de representatividade sindical, na mesa 3; e nas explicações sobre o avanço do sistema financeiro sobre os recursos da previdência na mesa 7, que discutiu a dívida pública.

A edição trouxe ainda exemplos de luta e resistência: do passado, a experiência de criação de um “Dieese da saúde” e o início da militância feminista na mesa 1; no mundo: com os movimentos de trabalhadores precários da Europa, na mesa 2, e a criação da Aliança Social Continental, na mesa 8; e no Brasil, o exemplo de superação de Mariana Santos Assis, professora e militante do movimento negro, Gabriel Simeone, do MTST e do bancário Carlos Damarindo, na mesa 9.

Na mesa 6, temos relatos sobre o uso da mídia, agora potencializada pelas ferramentas e plataformas da web, que tem ajudado a tornar as discussões sobre o mundo do trabalho assunto cotidiano entre as famílias.

Destaque também para a literatura do colombiano Iván Cocherín, destacada na mesa 2, que trouxe para o Congresso o rico universo do realismo fantástico.

Boa leitura.

Sumário

HOMENAGEM

Luiz Salvador – 3

Marielle Franco – 4

David Capistrano da Costa filho – 6

MESA 1

A arte de viver, resistir e lutar

Essa gente que resiste – 8

MESA 2

O mundo atual, as acelerações na vida e no trabalho, as contradições, a saúde, os direitos e as lutas sociais

Não estamos sós – 12

MESA 3

América Latina resiste: o mundo do trabalho na crise do capital

Mudança de período, não período de mudança – 17

MESA 4

A situação do emprego, o mundo do trabalho, o empobrecimento e endividamento dos trabalhadores e suas famílias no Brasil

Não estou entendendo – 24

MESA 5

A reforma trabalhista brasileira e as repercussões sobre a vida e a saúde do trabalhador

Não foi que a reforma veio e pá! – 31

MESA 6

Resistência, arte e o poder dos meios de comunicação

Entre o paraíso e o inferno – 37

MESA 7

A Previdência Social que queremos

O problema é o déficit de capitalismo – 42

MESA 8

O pulso ainda pulsa: a luta das Américas na resistência contra a precarização

E agora, José? – 49

MESA 9

Estratégias de enfrentamento e de resgate dos direitos sociais

Exemplos de vida e de luta – 54

ALMANAQUE

Cultura

Arte da resistência para resistir – 58

O globalitarismo, por Silvio Tendler – 61

Notícias

Chacina de Unai - O Julgamento ainda não acabou – 63

A insustentável loucura da web – 64

ENCERRAMENTO – 65

CARTA DO 5º CONGRESSO – 66

Essa gente que resiste



José Carlos do Carmo



Oboré

Sergio Gomes



Jesus Carlos

Rachel Moreno

Produzida pela organização como se fosse uma conversa entre amigos, “A Arte de Viver, Resistir e Lutar” trouxe, para abrir os trabalhos do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, o ânimo de uma geração que virou símbolo de luta pela liberdade e dignidade humanas.

A “geração meiaoito”, como são chamados aqueles que, como os dois convidados para esta conversa, o jornalista Sérgio Gomes, o Serjão, como é chamado pelos amigos e companheiros, e a psicóloga Rachel Moreno, militante pioneira do movimento feminista brasileiro, enfrentaram a ditadura militar de 1964 no auge da juventude.



As experiências relatadas, acredita o médico e auditor fiscal do trabalho e anfitrião deste encontro, José Carlos do Carmo, serviriam como inspiração para a jovem militância de hoje.

“A gente vive uma situação extremamente complicada na vida do nosso país, do nosso povo e muitas pessoas se enchem de uma desesperança que é natural, até. Mas acho importante que exercitemos nossa capacidade de resistência e lembremos de que não é a primeira crise pela qual passamos”, disse José Carlos.

O primeiro a falar foi Serjão, jornalista formado pela USP, diretor da Oboré Projetos de Comunicação e Artes, na época militante pelo Parti-

do Comunista Brasileiro (PCB) e do movimento estudantil. “A ideia é mais ou menos essa, procurar no zoológico bichos em extinção, que seríamos nós. (Destes) que insistem, persistem, não desistem; seria uma espécie de piração, um pessoal meio alucinado e tal”, disse logo na abertura. Rachel, companheira na mesa e de luta, é formada em psicologia na USP (turma de 1968), pesquisadora, especialista em sexualidade humana e meio ambiente, além de uma das feministas pioneiras no Brasil. “Milita pelos direitos da mulher desde 1974, quando se reuniu com outras estudantes da USP para reivindicar a instalação de uma creche pública na instituição”, lembra José Carlos na sua apresentação.

Quando a manga cai no quintal do vizinho

Conhecido pela sua paixão e irreverência, Serjão faz uma tórrida descrição da sua vida. “Se mover pela causa pública é uma sofisticada vaidade. Não há necessariamente que ter a autoria embaixo. Em geral, uma parte das coisas que tem a ver com vocês, que vocês plantam, semeiam, cuidam... E aí, a manga cai no quintal do vizinho. Minha vida tem sido isso”, disse, depois de um relato elétrico sobre o que teriam sido as 18 “quedas” de sua carreira como militante do PCB nos anos de 1970, e depois, no movimento sindical. “Quando a Maria me disse (que queria) essa coisa de que “caiu e se levanta” (na palestra). Hoje se chama de resiliência, não é? Ela acabou destampando, porque eu fui ver. Isso dá 18. Dezoito quedas sérias”, lembra.

De uma lista que inclui suas experiências com Otavio Frias Filho, di-

retor da Folha de S. Paulo, na Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Fundacentro, Clube do Choro, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede Católica de Rádio, Lula/Henfil, Anistia, Praia Grande, Lei da Radiodifusão Comunitária, TV Cultura, Bota Boi nessa Madeira, Rádio Heliópolis, Gazeta de Santo Amaro, ECA, ele escolheu dar detalhes de sua contribuição ao Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, o Diesat, órgão criado em 1980 para assessorar entidades sindicais na área de Saúde do Trabalhador:

“Realizamos, em 1979, a primeira Semana de Saúde do Trabalhador (Semsat). Descobrimos que o doutor Herval Pina Ribeiro (um dos criadores do Diesat) tinha um ambulatório que tirava chapa de pulmão”, lembra. Na

época, doenças respiratórias como a asbestose e a silicose se espalhavam entre os trabalhadores das indústrias de algodão, linho, cânhamo, sisal e amianto. Isso em um momento de fraqueza do regime militar, que começava a enfrentar greves. O movimento sindical ganha força e se junta a outros, de engenheiros, advogados, ergonomistas, sociólogos, psiquiatras, psicólogos e jornalistas, também preocupados com essas questões.

“Nós tínhamos seis ou sete casos registrados, mas no consultório do Herval tinha mais de 50 chapas de pulmão com esse resultado. Fomos falar com ele e aí se decidiu, na Semsat, que deveria se constituir um Dieese da Saúde – o Diesat”, conta. No Diesat, Sérgio participou da edição do Gibi dos Trabalhadores, com ilustrações do Fausto e do Laerte, uma das experiências de comunicação sindical

que serviram para denunciar as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores então. O gibi, segundo Sérgio, foi impresso na dificuldade, sem dinheiro do movimento sindical, e precedeu a publicação de uma série de livros, entre eles *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, em 1984, *Insalubridade: Morte lenta no trabalho*, de 1989, e por 11 anos, a *Revista Trabalho & Saúde*.

Sérgio foi ainda, por vários anos, assessor de comunicação da Contag, que mantinha uma grande rede de comunicação por rádio. “A gente produzia um programa semanal, despachado em fita cassete, chamado Voz da Contag, que apoiava e se apoiava nos programas de rádio que os sindicatos dos trabalhadores rurais tinham.

Registrar para não esquecer

O Gibi dos Trabalhadores foi uma estratégia bem sucedida encontrada pelos participantes da primeira Semana de Saúde do Trabalhador (Semsat), para esclarecer sobre a silicose, doença que, no final dos anos de 1970, estava matando e adoecendo os trabalhadores sem que houvesse registro formal. A publicação deu início a um amplo acervo, que guarda a rica história de luta do movimento sindical. O jornalista Sergio Gomes e a cartunista Laerte Coutinho já trabalhavam com os sindicatos e ficaram responsáveis por editar o Gibi. No mesmo ano, Luiz Inácio Lula da

Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, sugeriu a um grupo de dez jornalistas e gráficos, a criação de uma editora para produção de jornais voltados para os trabalha-

dores da Volkswagen, Mercedes-Benz e Scania. “Só o que me lembro desta fase é a necessidade de produzir. Tinha muito o que fazer...”, lembra Laerte, que nesta época já tinha desenhado o João Ferrador, personagem que se tornaria símbolo do Sindicato dos Metalúrgicos. O personagem foi criado em maio de 1972 pelo jornalista Antonio Carlos Felix Nunes e desenhado sucessivamente pelos cartunistas Laerte, Vargas e Cleiton. A gráfica sugerida por Lula deu origem à Oboré, que produziu um acervo com aproximadamente 5 mil ilustrações produzidas ao longo das décadas de 1970 e 1980 por uma equipe de cartunistas e ilustradores que, além de Laerte Coutinho e Henfil, contou com Glauco, Chico Caruso, Fortuna, Jaime Leão, Gilberto Maringoni, entre muitos outros. Este acervo está sendo organizado pelo projeto Traços da Resistência: organização e disponibilização das ilustrações da Oboré Editorial, com apoio do Programa Rumos Itaú Cultural em parceria com o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM).



Multidão de sem braços

O sisal, planta de origem mexicana bastante resistente à seca, foi introduzido no Brasil no início do século 20. Encontrou as condições de sol intenso de que precisa no Nordeste, em especial em Pernambuco e na Bahia e nos anos 30, quando recebeu grandes incentivos do governo em virtude do mercado internacional criado pela Segunda Guerra Mundial. Desde sempre, a exploração das lavouras da fibra é marcada pelo desrespeito à legislação trabalhista e, a partir do final dos anos de 1950, pelo alto índice de mutilações, provocadas por uma máquina para desfiar as folhas, conhecida como “motor paraibano”, ou simplesmente “paraibana”. De construção rudimentar e trabalhando em alta velocidade, a máquina havia gerado uma multidão de pessoas sem braços no



sem braços no semiárido da Bahia, quando Sérgio Gomes começou a trabalhar pela criação de um centro de estudos de saúde do trabalhador, nos anos da década de 1980. Não existem dados oficiais, mas uma estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-BA) dizia que, até meados da década de 1980, havia mais de 1,2 mil mutilados pelas máquinas em toda a Região Sisaleira da Bahia. Desde então, houve evolução na organização da sociedade civil local, com a implantação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e a criação de instâncias de representação. A produção de sisal é a maior fonte de emprego e renda nos cerca de 140 municípios que compõem o Território do Sisal na Bahia, de onde saem 94% da produção nacional da fibra. A paraibana continua ativa na região.

Fizemos um inventário e descobrimos que eram 700 programas no Brasil”, conta. Nesta época, Sérgio tentou um outro inventário, que seria feito por meio de uma parceria inédita com a Fundacentro.

“Descobrimos que no cadastro da Previdência só se reconhecia acidentes ou doença do assalariado, e dos 20 milhões de trabalhadores rurais

ta, nessa cadeira vazia, fica quem me controla”. Ele se referia a um trabalhador que conheceu numa madrugada, em Brasília, quando trabalhava no Centro Sindical dos Trabalhadores Rurais, da Contag (Cesir).

O dormitório era um salão grande, cheio de treliches e quando chegou para dormir, depois de um desentendimento com um colega, Serjão encontrou sua cama ocupada. “Tinha um cara deitado no meu colchão, que era no chão. Um cara que parecia um charuto, enrolado feito uma múmia. Aí eu pensei: ‘ainda isso!’. Cutuquei, falei: ô meu. O cara saiu esbaforido e ele só tinha um braço. “Desculpa,” – falou – “sou de Retiroândia, na Bahia, que fica a 52 horas de ônibus. Vim aqui cuidar da saúde e cheguei muito cansado, deitei no primeiro lugar”.

Mais calmo e tomando um café com o amigo, Serjão descobre a trágica situação dos trabalhadores das lavouras de sisal, que perdiam dedos, mãos e às vezes, o braço inteiro ainda crianças, no beneficiamento. “Na conversa, ele mostra umas fotos de assembleias e todo mundo votando, mas só com um braço. Todos cotós. Ele contou que lá existe uma máquina chamada Paraíba, e em geral quem faz esse trabalho na máquina são as crianças e a mão pega. Ele havia perdido assim, todo mundo é assim. E pronto. A partir daí decidi que ia continuar batalhando (pelo inventário de doenças de pulmão), o convênio saiu, e desde então, sempre que falo em público, tem uma cadeira vazia à minha direita. É para esse cara, que controla a minha verdade”, conclui.

“Sempre que falo em público, tem uma cadeira vazia à minha direita. É para esse cara, que controla a minha verdade”



Adorável

“Sou o que o movimento feminista determinou chamar de ‘dinossaura’”, diz Rachel, depois de festejar o uso de formas masculinas e femininas pelos palestrantes. “Levamos 30 anos, se não mais, para chegar aqui”.

A experiência de luta por creche para filhos e filhas de estudantes, professoras e funcionárias da USP abriu para a jovem feminista Rachel, as portas para o mundo das trabalhadoras, que nos anos de 1970 começavam a ocupar espaço na indústria. “O fato é que o *Jornal da Tarde* deu matéria de capa da passeata que fizemos na USP em 1974, e imediatamente, no dia seguinte, a mulherada da periferia entrou em contato: ‘a gente está saindo para trabalhar, não tem com quem deixar as crianças. Nós também queremos creche, mas não temos a visibilidade que vocês têm’. Aí a gente fez contato, conversou, começou a discutir e começou a espalhar um pouco mais essa questão de creche e da situação das mulheres no trabalho.”

O que mais aparece no relato que faz de sua atividade como militante nos últimos 50 anos é a extrema paciência e generosidade. Consideradas “mal amadas” pela direita, e sem a atenção dos companheiros de luta, feministas como Rachel tinham de se esforçar duas vezes mais. “Naquele tempo a direita e a esquerda achavam esquisito. A direita dizia que essas mulheres que se preocupam com questão de gênero eram mal amadas, ninguém as ama. E a esquerda também não nos poupava. Millôr Fernandes dizia: ‘o melhor movimento das mulheres é o movimento dos quadris’, lembram?”

E os menos afeitos ao humor diziam: ‘ô companheira, temos que primeiro fazer a revolução, depois a gente trata dessa questão das mulheres’. Fica difícil ficar esperando para depois, e depois e depois.”

Rachel se aproxima das trabalhadoras e milita em movimentos sociais, mas sente que falta alguma atividade



Rachel Moreno na marcha do SOS Mulher em 1981.

especificamente relacionada à questão de gênero, até ser chamada para organizar o primeiro congresso da mulher metalúrgica. Descobriu que as mulheres trabalhavam em setores específicos, como o que montava chicotes na indústria automobilística, que exigiam habilidades motoras finas, mas não ganhavam mais por isso, ao contrário. Nas rodas de conversas, escutou histórias mesquinhas, como o controle do tempo e do número de vezes gastas por elas indo ao banheiro; e bizarras como a obrigatoriedade de, todo mês, apresentar o absorvente manchado de sangue na porta de entrada para provar que não está grávida e evitar uma demissão.

“Teve o Congresso, elas contaram isso tudo, e aí para a minha surpresa e insatisfação, o que acabou sendo aprovado naquele congresso foi que: em todos os lugares em que houver mais de 30 mulheres trabalhando, tem que ter um bidê. Ponto final. É meio chocante, né? Você se desestrutura.” Essa situação começa a ser transformada com a criação de Departamentos Femininos nos sindicatos de várias categorias, e as mulheres passaram enfim, a discutir e apresentar suas demandas. “Acontece que nas mesas de negociações as demandas das mulheres eram as primeiras a cair. Creche? Deixa prá lá... Trabalho igual, salário igual? Deixa prá lá... e até agora estamos ‘deixando prá lá.”

Cansadas de não serem levadas em conta, Rachel e suas companheiras organizam o 1 Congresso da

dinossaura

Mulher Paulista, no oito de março de 1979. “Conseguimos construir o movimento de luta por creche, em 1978, e o SOS Mulher, em 1979, levantando a questão da violência, o que nos deu uma resposta super legal. Porque quando o companheiro dizia: primeiro a revolução, a gente dizia: eu acabei de atender uma mulher que apanha em casa. Não posso dizer a ela, ‘companheira, continue apanhando até a gente fazer a revolução, depois a gente vai tratar desses casos’... é complicado. A gente foi levando e avançando, na medida do possível”, diz Rachel.

No fim de sua participação, chama atenção para os ataques que as mulheres estão sofrendo nesta crise, como alvos mais vulneráveis que são. “Entre os desempregados somos maioria, entre os que ganham menos somos as campeãs, as mulheres negras ganham ainda menos, a moçada negra é vítima de perseguição policial, conseguimos quase aprovar a inclusão da discussão das questões de gênero no Plano Nacional de Educação, mas a bancada evangélica terminou derrubando, dizendo que isso estimularia a pedofilia. Não sei como, mas enfim, derrubou. E eles quase nos fizeram retroceder na questão do aborto, quando se discutia a extensão da licença maternidade no caso de bebê prematuro, e eles acabaram incluindo “o direito desde a concepção”, de forma que se o PL for aprovado (a gente conseguiu segurar por enquanto), todos os direitos garantidos por lei em aborto, dançariam. Também seria proibido o aborto em caso de por em risco a vida da mãe, ser fruto de estupro e em caso de fetos anencéfalos.

E garante:

“O retrocesso é grande, mas estamos na rua. Estamos aqui, estamos batalhando e acho que isso é o fundamental. Não desanimamos e, a cada tentativa de recuar, dizemos: Estamos aqui, tem mais uma aqui!”



Não estamos sós

Magda Biavaschi
Pós-doutora em Economia Social do Trabalho, pesquisadora no CESIT/IE/UNICAMP; professora de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP



Ricardo Antunes
Sociólogo, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Edith Seligmann-Silva
Psiquiatra, professora aposentada da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas.



Silvio Luiz de Almeida
Jurista e filósofo, doutor em filosofia e teoria geral do direito, professor nas Faculdades de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade São Judas Tadeu.



LILIAN PRIMI

A segunda mesa do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde colocou os problemas vividos pelos trabalhadores brasileiros diante do cenário mundial, e mostrou que não estamos sós.

Provocado pela desembargadora aposentada Magda Biavaschi, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp; o sociólogo Ricardo Antunes conta sobre os movimentos de protestos que se deflagraram na Europa quando os índices de trabalho precário explodiram; a psiquiatra Edith Seligmann-Silva desvenda as mentiras e as crenças preconizadas de forma global pela ideologia neoliberal a respeito da velocidade, da saúde perfeita, da boa alimentação e da 'paz e felicidade geral', 24 horas por dia. E o advogado Silvio Luiz de Almeida aponta a responsabilidade do Judiciário e do Ministério Público nos golpes contra os trabalhadores e a democracia, ao analisar a relação entre o Direito, o Estado e a crise que atravessamos.

É Ricardo quem desenha a crise. "No mundo da explosão informacional e digital, mais do que nunca, milhões de homens e mulheres encontram-se em situações cada vez mais instáveis de trabalho, muitos milhões. Eles ampliam exponencialmente as fileiras do subemprego, do desemprego, das distintas formas de precarização do trabalho", diz o sociólogo.

No Brasil, esse contingente chega a 30 milhões de pessoas, somando os 13 milhões de desempregados oficiais com os 6,8 milhões de desalentados e outros tantos subempregados em bicos e trabalhos ocasionais e intermitentes. "Os desalentados não entram na contabilidade do desemprego. E por que eles têm desalento? Porque procuram trabalho semanas, dias, meses, anos e não conseguem. Desistem", explica.

Cerca de 850 milhões de pessoas nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, Brasil, China e Índia são trabalhadores subutilizados, segundo estudo do Instituto Global McKinsey, uma consultoria de tecnologia autora da maior parte dos levantamentos de dados ligados a Tecnologia da Informação (TI). São os que vivem de bico, ficam fora dos números oficiais e formam o maior contingente dos que acabam aderindo às plataformas digitais de contratação de trabalho e prestação de serviços.

Este mesmo estudo mostra que nos Estados Unidos e nos 15 Países nucleares da União Europeia (EU-15), existem 285 milhões de adultos fora do mercado de trabalho e pelo menos 100 milhões gostariam de trabalhar mais. Entre os jovens, quase 75 milhões são oficialmente desempregados. Uma situação tensa, que aumenta o ressentimento entre as pessoas, o iso-

De volta à escravidão - "Não tenho outra palavra", diz Ricardo Antunes. "Nós somos escravos digitais na empresa moderna. O trabalho e os capitais financeiros exigem o trabalho flexível sem jornadas pré-estabelecidas, sem remuneração fixa, sem atividade pré-determinada, sem direitos - nem sequer o direito à organização sindical", enumera. Edith também recorre à história escravagista do Brasil para tentar explicar a insensibilidade com os problemas das minorias. "Num país que teve escravidão, num país que, em certas regiões ainda se menospreza o trabalho físico, onde escravo ou empregado é quem faz trabalho físico, é como se houvesse pessoas que não são pessoas, não são seres humanos, são de outra espécie", descreve Edith. A construção dessas subjetividades, desse modo de ver o mundo, na análise do advogado Silvio Luiz, é fundamental para o capitalismo, que o faz por meio do sistema de educação e de comunicação de massa. "Ninguém nasce trabalhador, ou capitalista, ou empreendedor. É preciso naturalizar, em primeiro lugar, a separação entre o público e o individual; entre o Estado e a sociedade civil", explica o advogado.

Provocado por Magda, Silvio diz que os meios de comunicação trabalham para ajustar essas subjetividades, assim como a educação, e neste ponto, coloca o dedo na ferida. "Outro dia me perguntaram numa palestra, sobre como a educação é importante para combater o racismo. As pessoas ficaram chateadas, mas eu comecei dizendo que só tem racismo porque tem sistema de educação", conta. Silvio argumenta que a condição para a existência de uma sociedade que naturaliza as separações e discriminações é a existência, também, de um sistema educacional que inculque esse tipo de mentalidade nas pessoas, de uma forma que seja suficiente para que elas a reproduzam nas suas relações de forma natural. "Não é por outro motivo que parte da sociedade entende como um mero aspecto cultural, o fato de negros e mulheres receberem os piores salários e trabalharem mais e mais horas, mesmo que isso contrarie as disposições legais", provoca.

Precários, uni-vos - A reação dos grupos afetados pelo que Ricardo define como "tragédia global" começou na Europa com a união dos trabalhadores precários fora dos partidos políticos, em coletivos e associações, o que os analistas entendem como uma mobilização espontânea e que reflete a crise de representatividade dos partidos. Iniciando por Milão em 2001, os precários criaram uma marcha, a MayDay, hoje internacional. Desse movimento, e do humor tipicamente italiano, veio o San Precario, um santo protetor dos precários proposto na assembleia Precog (Precários e Cognitivos, como eles se definem) em Trento, em 2004. As assembleias Precog começaram em 2003 e reúnem os coletivos de precariados, como Reload, ChainWorkers, os editores da Infxoa, o Centro Social Tana di Trento e Infolab, de Bolonha, entre muitos outros. Formados na sua maior parte por jovens, imigrantes, qualificados ou não, que lutam por direitos e por uma representação autônoma, segundo Ricardo.

Com o estandarte do San Precario abrindo a MayDay desde 2004, os coletivos de trabalhadores precários se espalham pela Europa e pelo mundo, na esteira da expansão neoliberal. Ricardo fala de movimento parecido em Portugal, chamado "Geração à rasca", que em 12 de março de 2011 reuniu entre 200 e 300 mil pessoas em Lisboa e outras tantas em 11 cidades portuguesas. Houve também manifestações menores, em frente às embaixadas de Portugal em vários países da Europa, da Espanha até a Alemanha.

San Precário

A ideia dos italianos de criar um santo protetor dos trabalhadores precários foi rejeitada pela assembleia de Trento, mas mesmo assim San Precario aparece pela primeira vez num domingo, dia 29 de fevereiro de 2004, em um Ipercoop de Milão (Ipercoop é um sistema de cooperativas de consumidores que opera a maior cadeia de supermercados da Itália). Será consagrado na marcha da Euro MayDay deste mesmo ano: o santo saiu na frente da marcha em uma procissão festiva com cerca de 100 mil precários e precárias. Hoje existe uma página só para ele na Internet (<http://kit.sanprecario.info/>), onde é possível conhecer, além dessa história, a oração à San Precário, baixar o santinho e ler os cinco eixos da precariedade:



renda, casa, afeto-amor-sexualidade, compartilhamento e mobilidade. E ele é o santo padroeiro de dezenas de coletivos e associações de precariados.

Geração à rasca

Nome dado a um conjunto de manifestações ocorridas no dia 12 de março de 2011 a partir de Portugal e convocado pelo Facebook e blog criados por um grupo de amigos: Alexandre Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil, chamaram "desempregados, 'quinhentoseuristas' e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolséis, trabalhadores-estudantes, mães, pais e filhos de Portugal" para um protesto pelo fim da precariedade. Entre 200 mil e 300 mil pessoas atenderam ao chamado em Lisboa, invadindo a Avenida da Liberdade, e também em outras 11 cidades portuguesas e nas embaixadas de Portugal em Barcelona, Londres, Berlim, Haia, Madrid, Lubiana, Luxemburgo, Bruxelas, Maputo, Nova Iorque, Copenhague e Stuttgart. Em 15 de abril de 2011, os organizadores iniciais do protesto fundam o Movimento 12 de Março e quatro dias depois, lançaram a Lei Contra a Precariedade, em parceria com os Precários Inflexíveis, o FERVE e os Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual.

Internacional MayDay

A primeira parada do MayDay aconteceu em Milão, em 2001, organizada por grupos anti-globalização que estavam montando um evento alternativo ao Fórum Social Europeu de Gênova. Era uma ação contra a precariedade do trabalho, um pedido de socorro, como sugere o nome. De Milão estendeu-se para Barcelona, em 2004, e por toda a Europa em 2005, formando a rede EuroMayDay. Estima-se que o número de participantes aumentou de 5 mil pessoas em Milão em 2001, para cerca de 200 mil em 2005. Em 2006, apesar de alguns grupos terem desistido do processo, o número de cidades e de manifestantes cresceu: 300 mil pessoas fizeram a marcha em 20 cidades. Atualmente existem grupos dedicados a organizar a marcha do MayDay em Amsterdam, Barcelona, Berlim, Bremen, Copenhague, Estocolmo, Genebra, Gent, Gornja Radgona, Hamburgo, Hanau, Helsinque, Áquila, León, Liège, Lisboa, Londres, Liubliana, Málaga, Maribor, Marselha, Milão, Nápoles, Palermo, Porto, Sevilha, Terrassa, Tubingen, Viena e Zurique. A partir de 2006, a rede estendeu-se para além do território europeu e passou ter marchas em Tóquio (a primeira fora da Europa), Fuchu, Fukuoka, Quioto, Machida, Sapporo, Sendai, Toronto e Tsukuba.

Precários inflexíveis

Filhotes do MayDay em Portugal, os Precários Inflexíveis (PI), surgiram em 2004 para ocupar o vácuo que havia, de discussões e ações em torno das questões da precariedade em suas várias faces. Movimentando-se a partir do blog e organizados em rede, os PI definem-se como “precários no emprego e na vida”, denunciam a precariedade e fraudes em todos os setores e pretendem ser uma alternativa à organização sindical tradicional. Bastante ativos, possuem ligações com os seguintes movimentos: Agir Ensemble Contre Le Chômage (França), Chainworkers (Itália), Comando Precario (Itália), EuroMayDay Belgium (Bélgica), EuroMayDay (Europa), Génération Précaire (França), Il Manifesto (Itália), MayDay Sur (Espanha), Precarias a la Deriva (Espanha) e Telekomados (Espanha). <http://www.precarios.net/a-associação/manifesto/>

Dessa manifestação surgiu o Movimento 12 de Março e também os Precários Inflexíveis, citado por Ricardo. Uma associação com estatuto, regulamento interno e um manifesto de dez laudas, além de um canal de denúncia para todo tipo de mal feito contra trabalhadores.

Na Espanha eles se chamam Movimento dos Indignados e aconteceu também em 2011, quase simultaneamente a Portugal. “Eram jovens lutando contra as altas taxas de desemprego na Espanha. Jovens de 18 a 23 anos chegaram até 53% e 54% em taxa de desemprego. Os outros 46 ou 47% deles, na melhor das hipóteses, só teriam chance de ter um emprego precário. Por isso explodiu esse movimento dos indignados. Estudando ou não, estariam sem perspectiva de uma vida digna”, explica o sociólogo.

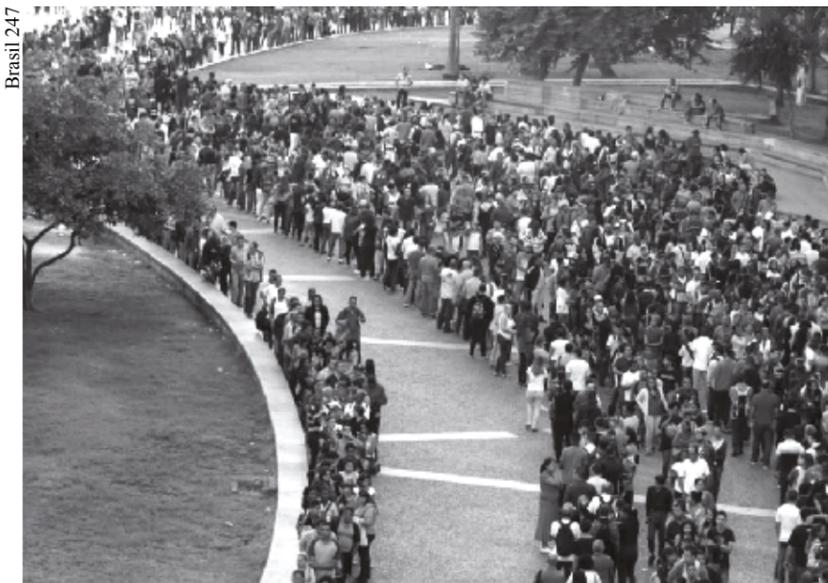
Burguês e proletário de si próprio - Na vida real, o que resta a este contingente de jovens homens, mulheres, brancos, negros, indígenas e imigrantes é buscar uma alternativa. E, segundo Ricardo, o empreendedorismo é uma ideia sedutora. “Porque é legítimo que muitos não queiram ser subalternos assalariados, dependentes, e sonhem com o mínimo de autonomia”, diz. E um apelo forte, porque a outra alternativa é o trabalho voluntário, que na economia neoliberal, tornou-se um dos requisitos para abrir as portas dos processos seletivos, mas que segundo Ricardo, desemprega milhares de trabalhadores.

Por trás do que se chama inovação empresarial e empreendedorismo, há, segundo o sociólogo, uma tragédia global, que assedia e adocece. “Posso dar muitos exemplos. Sobre o sistema de metas, essas metas são os elementos mais decisivos para os assédios, os adoecimentos, as depressões e para os suicídios, para não falar nos acidentes de trabalho”, afirma, lembrando que a terceirização generalizada, incluindo atividades de alto risco, aumenta a vulnerabilidade. “Na França, durante o processo de privatização da Telecom França, aconteceram mais de 50 suicídios. Na França, que não é país com tradição de suicídio. Não estamos falando do Japão”, conta.



Precários Inflexíveis (PI) definem-se como precários no emprego e na vida.

Uma situação tensa



Filas de pessoas em busca de emprego no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo - 2019.

A onda de suicídios citada por Ricardo Antunes entre os funcionários da ex-France Télécom (hoje Orange), atingiu 60 trabalhadores e aconteceu entre 2006 e 2009 em decorrência de um programa de privatização, que envolveu a demissão de 22 mil empregados e realocação de outros 14 mil. Em 2016, sete anos de investigação depois, a Justiça francesa abriu um processo contra o grupo e seu ex-presidente, Didier Lombard, acusando-os de assédio moral. Episódios de surto como esse, e também os índices de adoecimento mental entre trabalhadores, seguem aumentando no mundo todo e não ficam restritos ao universo do trabalho.

No Brasil, em 2017, episódios depressivos, um dos vários tipos de transtornos mentais que afetam os trabalhadores, geraram 43,3 mil auxílios-doença. Foi a 10ª doença com mais afastamentos. No mesmo ano, outros 28,9 mil trabalhadores se afastaram por transtornos ansiosos e mais 20,7 mil passaram a receber auxílio da previdência por terem transtorno depressivo recorrente. O total de benefícios concedidos pela Previdência em 2017, relativos a transtornos mentais e comportamentais, foi de 178.268. A psiquiatra Edith Seligmann-Silva explica, em sua palestra na tarde do primeiro dia do Congresso, que este quadro é um reflexo da situação tensa em que as pessoas estão mergulhadas com a expansão da doutrina neoliberal.

Clínica geral e especialista em somatização antes de se tornar psiquiatra, Edith diz que na nova organização do trabalho, as pessoas vivem com medo, desconfiadas, incertas com quem elas ainda podem contar, se ainda tem amigos no lugar de trabalho, e por isso, terminam se isolando. “As pessoas se fecham e começam a ter dor no estômago ou pressão alta, por exemplo. As pessoas estão se sentindo injustiçadas e ficando com muita raiva. Quando todo mundo se fecha e não consegue mais se abrir para o mal-estar do outro, não é só o salve-se quem puder que todos nós sabe-

Movimento dos Indignados



No mesmo ano de 2011, e quase ao mesmo tempo que em Portugal, surgiram uma série de protestos semelhantes na Espanha, chamados Movimento 15-M, Indignados ou Spanish Revolution. No primeiro, no dia 15, cerca de 130 mil manifestantes protestaram contra “medidas anti-sociais nas mãos de banqueiros” em Madri (20 mil), Barcelona, Múrcia, Granada, Málaga, Alicante e Valencia. No dia seguinte começou um acampamento na praça Puerta Del Sol, que foi se firmando aos poucos, enquanto outros protestos pipocaram pelo País e mais cidades aderem. No dia 18 de maio já eram 52 cidades.

Apesar da natureza pacífica das assembleias e ocupações, foram registrados vários incidentes de violência e a tensão com a polícia, que cercava e controlava todas as aglomerações, era uma constante. A onda de manifestações – e a ocupação da Puerta Del Sol – atravessou as eleições e só começou a se dispersar no final de maio, depois que a polícia desalojou de forma violenta os manifestantes da Praça Catalunha, em Barcelona, sob a justificativa de “motivos de salubridade” e por causa do jogo do FC Barcelona, que se realizaria no dia seguinte. O movimento continua ativo, com ações gerenciadas pela página do Facebook: (<https://www.facebook.com/movimento12m/>)

Desemprego

Global:

5,6% em 2017, o que representa mais de 192 milhões de pessoas. O relatório atribui a tendência positiva registrada entre 2016 e 2017 principalmente ao forte desempenho dos mercados de trabalho de países desenvolvidos, onde se projeta que a taxa de desemprego cairá em 0,2 ponto percentual em 2018, atingindo 5,5%.

América Latina e Caribe:

Queda apenas marginal, passando de 8,2% em 2017 para 7,7% até 2019. Considerando que a taxa de desemprego regional chegou a 6,1% em 2014, a região ainda está longe de se recuperar completamente das perdas de emprego dos últimos anos.

Norte da África:

Deve diminuir de 11,7% em 2017 para 11,5% em 2018, a maior do mundo, com altas taxas entre os grupos de mulheres e jovens, os mais vulneráveis. O número de desempregados permanece estável em 8,7 milhões.

África Subsaariana:

Estabilizada em 7,2%, mas o número de pessoas sem emprego vai aumentar em um milhão este ano, por conta dos altos níveis de crescimento da força de trabalho na região. Ali, mais de um em cada três trabalhadores vive em condições de extrema pobreza, enquanto quase três em cada quatro trabalhadores estão em empregos vulneráveis.

América do Norte:

Em queda. De 4,7% em 2017 para 4,5% em 2018, graças ao crescimento dos mercados do Canadá e dos Estados Unidos.

Estados Árabes:

8,3% em 2018, o que representa quase 5 milhões de pessoas, um terço delas mulheres. A força de trabalho feminino é de apenas 16% da total na região. A tendência é de que esta taxa, que teve leve queda este ano, volte a subir em 2019.

Ásia e Pacífico:

Estável em 4,2% até 2019. As projeções mostram de 2017 até 2019, o grupo de pessoas empregadas vai ter 23 milhões de pessoas a mais. Quase metade do total de trabalhadores na região – 900 milhões de pessoas – estão em empregos vulneráveis.

Norte, Sul e Oeste da Europa:

Em queda. De 9,2% em 2016 para 8,5% em 2017, a menor desde 2008. Espanha e Grécia têm as maiores taxas da região – 15,4% e 19,5% respectivamente – e irão registrar também as maiores quedas. A taxa de desemprego também deve continuar a cair em 2018 na Itália, Irlanda e Portugal, estável na França e leve crescimento no Reino Unido em 2019.

Leste da Europa:

Leve queda. De 5,5% em 2017 para 5,3% em 2018, principalmente por que a melhora da situação na Polônia, Ucrânia e Eslováquia está sendo parcialmente anulada pela crise na República Tcheca, que tem projeção de aumento do desemprego.

Ásia Central e Ocidental:

Estável em 8,6% ao longo de 2018 e 2019. Os mais de 30% dos trabalhadores que estavam em um emprego vulnerável em 2017 serão 0,6 ponto percentual mais até 2019.

FONTE: Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências 2018, jan. de 2018.

mos que existe, é mais do que isso. É realmente um fechamento muito triste”, lamenta. Vem deste isolamento, segundo Edith, a falta de compaixão que leva pessoas a acharem aceitável queimar os pertences e agredir quem foge da fome em seu país de origem.

“O que acontece? Por que está todo mundo sendo submisso?”, pergunta. A resposta envolve as expectativas e sonhos e as grandes mentiras a que somos expostos, começando pela possibilidade de uma relação pacífica entre capital e trabalho. “As leis foram feitas levando em conta direitos conquistados ao longo de anos de lutas, então é uma grande mentira que não há embate entre capital e trabalho. A doutrina neoliberal, que na verdade é uma ideologia construída por interesses hegemônicos, favorece um lado e procura deixar subserviente o outro”, afirma. A psiquiatra diz que os princípios dessa doutrina refletem na economia, política e no mundo do trabalho e atingem as pessoas em um fluxo contínuo que afeta a saúde mental.

Nessa “ideologia da competição” pregada pelos neoliberais, segundo Edith, é vergonhoso ficar cansado, não dormir bem à noite e demonstrar ansiedade; é vergonhoso adoecer. Dessa forma, se adoecemos realmente, mentimos que não. “Tudo isso é muito ruim, então, é melhor participar de uma coisa que tenho chamado de a ideologia do contentamento. Todos têm que ficar contentes dentro da excelência. Estamos todos satisfeitos e as empresas fazem aquelas ‘maravilhosas’ pesquisas de satisfação”, diz Edith. E finalmente, o falso caminho do empreendedorismo. “Há um livro de autores portugueses que se chama *A falácia do empreendedorismo*. É um estudo de como o mundo está sendo iludido”, garante. A ciranda de mentiras segue nas questões mais modernas, em torno do trabalho flexível. Segundo a psiquiatra, aqui a mentira é “que na flexibilidade existe uma liberdade muito maior para todos: para empresas e para trabalhadores; querendo vender a parte maravilhosa e escondendo a parte negativa”, diz. A mentira permeando tudo. E deixando a vida sem sentido.

A desembargadora Magda Biavaschi lembra que antes da reforma trabalhista, podia-se fazer valer a vontade coletiva, a partir de um patamar garantido por lei. Hoje, com a reforma, parte-se de outro pressuposto, de que a essência das relações de trabalho está no encontro livre das vontades individuais. Supõe-se que estes “indivíduos livres, racionais e utilitaristas”, como diz Magda, iguais entre si em força, encontram-se num “ambiente livre de qualquer obstáculo, para achar o ponto de equilíbrio, a norma ótima que vai reger suas relações interpessoais”, diz, com ironia, a desembargadora. Uma omissão da verdade contida nas relações de contrato entre capital e força de trabalho.

Edith termina dizendo que o enfrentamento do futuro exige coragem política. “Temos estudado, aqui no Brasil e também na Alemanha, Inglaterra, França, muito sobre os novos tipos de adoecimento provocados pelo gerenciamento perverso que invadiu o mundo, que deixa as pessoas prisioneiras, sem tempo próprio, sem vida própria, escravos realmente. A gente precisa dessa coragem de reação e de uma comunicação sincera entre as pessoas, que desapareceu”, concluiu.

A falácia do empreendedorismo

Adriano Campos e José Soeiro
<https://jornalggn.com.br/blog/antonio-ateu/livro-a-falacia-do-empreendedorismo>



Mudança de período, não período de mudança

Uma provocação do economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), trouxe para a manhã do segundo dia do Congresso o debate sobre a crise de representatividade dos movimentos sociais, sindical e dos partidos políticos. Márcio estava descrevendo as sociedades de trabalho imaterial, baseadas numa economia de serviços, e depois de chamar a atenção para uma mudança muito mais profunda no mundo do trabalho, “uma mudança de período, não período de mudança”, disse que apenas as igrejas pentecostais e o crime organizado entendem essa nova realidade no Brasil.

“São eles que estão dentro desse mundo aqui no Brasil, que estão reconhecendo que as instituições criadas na sociedade industrial - partidos políticos, sindicatos, associações de bairros - são expressões que foram muito importantes para uma sociedade que não existe mais”, explicou. Mais tarde, no debate com a plateia, ele seria indagado sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de Guilherme Boulos como um exemplo positivo de representatividade também.

A mesa, com o tema “América Latina Resiste - O Mundo do Trabalho na Crise do Capital”, abriu espaço para as discussões dos instrumentos de resistência à superexploração e de luta pelos direitos no mundo do trabalho. “Temos quatro companheiros e companheiras nesta mesa e, cada um na sua atuação, são casos de sucesso da esquerda latino-americana, de resistência à opressão norte-americana”, explicou o advogado Maximiliano Garcez, presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais e coordenador da mesa, que começou com o também economista Paulo Nogueira Batista Junior. Ao apresentá-los, Maximiliano explicou que, assim como Márcio, Paulo desempenhou um papel fundamental quando a América Latina ainda conseguia resistir.



Maximiliano Garcez
Advogado, especialista em direito do trabalho e sindical, diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas. Foi consultor do Parlamento Nacional de Timor-Leste, pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento.



Paulo Nogueira Batista Jr
Economista, mestre em História Econômica pela London School of Economics and Political Science. Ex-diretor executivo do FMI na representação de nove países, e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.



Luisa Fernanda Gómez Duque
Advogada, especializada em direito do trabalho, mestre em filosofia e professora na Universidade de Caldas (Unicaldas). Presidente da Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Ala).



Jorge Luiz Souto Maior
Desembargador, jurista e professor livre-docente da USP, coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital, da Faculdade de Direito da USP.



Macio Pochmann
Economista, pesquisador e professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), na Unicamp.



“Um tempo, não muito distante, em que o Brasil encontrou uma forma diferente de se relacionar com o planeta, que passa pelo entendimento, pela paz, pela capacidade de conciliar”

Política externa inovadora - Um tempo, não muito distante, em que o Brasil encontrou uma forma diferente de se relacionar com o planeta e que deu uma “contribuição singular, diferente daquela que outros países podem dar, que passa pelo entendimento, pela paz, pela capacidade de conciliar”, segundo Paulo, que trabalhou por mais de dez anos como representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional e na vice-presidência do BRICS.

Com uma política externa inovadora a partir de 2003, o Brasil iria criar um modelo de integração alternativo na América Latina, intermediário entre os extremos da subordinação completa aos interesses dos Estados Unidos, do que o México é o maior exemplo, e da impossibilidade total representada pelos bolivarianos. Paulo destaca a incongruência da “síndrome do degredado” dos governos anteriores ao de Lula, representada pelo medo do isolamento do país, e as dimensões gigantescas em termos populacionais, geográficos, PIB.

Uma fase em que a diplomacia brasileira manobrou, com sucesso, para que a Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, fosse desativada, afrontando os interesses dos Estados Unidos na região. Tinha tanto prestígio internacional, que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a tentar intermediar um acordo entre o Irã e o Iraque; um tempo em que foi possível criar um novo banco de desenvolvimento em parceria com a China, Rússia e Índia, o BRIC (agora BRICS, após entrada da África do Sul), abrindo um caminho de crescimento independentemente dos países centrais.

Tudo isso foi, conforme explica Paulo, atropelado pela grande onda neoliberal, em franco crescimento no mundo, de desregulamentação das economias periféricas e de destruição do estado de bem estar social, e internamente, pela crise política deflagrada com o impeachment de Dilma Rousseff e intensificada nas conturbadas eleições de 2018.

Uma tragédia, segundo a perspectiva do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Jorge Luiz Souto Maior, o terceiro convidado para esta discussão. Para Jorge, a evolução na aplicação concreta de direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição, “uma esperança de que houvesse uma inserção da classe trabalhadora na perspectiva de direitos na realidade brasileira” vivenciada no início deste século, gerou custos econômicos inaceitáveis pelos padrões da ideologia neoliberal. “O movimento que se verifica hoje não é outro senão a tentativa de retomar os antigos parâmetros de exploração”, diz.

Jorge, que começou sua carreira como juiz do trabalho na 3ª vara de Jundiaí, cidade a 40 km da capital de São Paulo, e ficou conhecido pela defesa intransigente dos direitos constitucionais, contou como foi a resistência aos ataques sofridos pela Constituição desde a sua gênese. “Logo na sequência mesmo, em 1989, sobretudo numa correlação internacional com a queda do muro de Berlim, a constituição é desdita, as suas normas não são aplicadas, há uma continuidade ainda mais perversa da nossa realidade no que se refere às relações de trabalho”, lembra.

Esse quadro foi parcialmente superado no início deste século, a partir da atuação dos profissionais do mundo do trabalho. “Vivenciamos, dos anos 2000 em diante, um período de efetivação de direitos. As instituições passam a funcionar mais diretamente; Ministério Público do Trabalho, as entidades que estudam as questões ligadas ao trabalho propriamente dito, economistas, médicos, sociólogos, juristas, advocacia trabalhista, um movimento muito intenso em todos os campos da sociedade, em todas as

áreas, permitido por uma visualização possível de uma democracia social, da aplicação ainda que restrita dos preceitos da constituição”, explica. Um cenário, assim como o criado pela política externa inovadora, destruído pela onda neoliberal. A Reforma Trabalhista, segundo o desembargador, é a expressão maior e mais trágica desse ataque. “Lida com a questão do tempo do trabalho muito diretamente, das possibilidades de aumentar o tempo de trabalho sem a remuneração”, analisa.

Assim como os avanços constitucionais, o projeto brasileiro de integração tentado nesse início do século 21 não deu certo, o que já era esperado pelo próprio Celso Amorim, ministro das relações exteriores na época. “Tinha plena consciência da dificuldade do processo. Me lembro do Samuel Pinheiro Guimarães, que era o secretário-executivo do Celso. Samuel costumava ir a palestras, debates. Ele olhava para a plateia e perguntava: - Qual é o país mais importante da América do Sul? Aí um se aventura - Brasil. Ele - não, Estados Unidos. Eles tinham plena consciência do poder dos americanos”, conta.

O projeto do Celso Amorim e do Samuel Pinheiro Guimarães, voltado para a América do Sul, não surtiu os efeitos esperados, segundo Paulo, em parte por causa deste movimento de retrocesso que aconteceu no Brasil, “com o golpe e com o governo tão fraco que nós tivemos nos últimos dois anos”, conclui. Uma “eliminação completa da lógica de nação”, diz Jorge.

Além de apontar o problema da representatividade nas sociedades de informação, Márcio fala também sobre a não tributação da riqueza conhecida e aponta a riqueza não disputada, desconhecida, gerada pelo trabalho portátil, que fazemos fora da jornada de trabalho, na rua, em casa, no transporte e que a contabilidade nacional não calcula.

Como o troco de um centavo dos preços terminados por 0,99 para os comerciantes, os poucos minutos roubados da jornada de cada trabalhador pelo processo apontado por Jorge irão somar grandes fortunas se consideradas as dimensões nacionais. Segundo o professor Márcio, é essa riqueza desconhecida que justifica que seis brasileiros possam ter riqueza igual à que resulta da soma da renda de 110 milhões de compatriotas. “Não é verdade que não há riqueza a ser distribuída; há uma riqueza sobre nova base, desconhecida, não questionada”, garante.

Porém, virá da companheira Luisa Fernanda Gomez Duque, a mais forte e poética imagem do resultado dessa tragédia, no entender de Jorge, dessa destruição, como diz Paulo, ou da nostalgia que nos aprisiona, conforme Márcio. Advogada colombiana e presidente da Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Alal), Luisa, ativista de direitos humanos de grande coragem em um dos países que, segundo Maximiliano, mais tem sofrido por conta do imperialismo estadunidense, é a quarta convidada da mesa. Ela escolheu a literatura engajada para mostrar como a arte pode ser uma forma de resistência.

A partir do romance Nadie, do novelista Iván Cocherín, um autor seu conterrâneo inteiramente dedicado aos dramas dos mineiros de Marmato, município colombiano do noroeste do departamento de Caldas famoso pelas minas de ouro, ela fala sobre as condições de vida dos trabalhadores de seu país e sobre como resistem. “Eu vou falar a partir da literatura porque considero que a literatura é um modo de resistência. É um modo de resistência dos nossos povos. Essa obra também é um modo de resistência”, disse, antes de abrir aspas e emprestar sua voz aos personagens de Iván. (veja texto na pág 58).

“Seis brasileiros têm riqueza igual à soma da renda de 110 milhões de compatriotas”

Não podemos voltar ao passado



A provocação do professor Márcio Pochmann durante sua participação na terceira mesa do Congresso ao falar sobre o problema da representatividade nas sociedades de informação, deu o tom no debate que ocorreu logo após. Márcio disse, para uma plateia formada em sua maior parte por militantes nos mais variados âmbitos, que apenas o crime organizado e as igrejas neopentecostais teriam, até o momento, encontrado uma forma eficiente de representação. A primeira reação foi do coordenador da mesa, o advogado e presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais, Maximiliano Garcez, que pediu a indicação de caminhos a seguir. “Já vi palestras suas em que você trata exatamente sobre o que fazer, como o sindicalismo pode atuar nessa transformação toda”, lembrou. E a mais direta veio de uma profissional da saúde pública e do trabalhador, que se identificou apenas como Eliana. Ela perguntou se o MTST não estaria também demonstrando capacidade de representação e acesso a um segmento destas novas classes trabalhadoras, além das igrejas pentecostais e do crime organizado, citados por Pochmann.

O professor responde explicando como o novo sindicalismo, surgido com a industrialização e do qual estamos nos afastando rapidamente nas sociedades da informação, especializou sua atuação e representa apenas quem está no ambiente de trabalho. No mundo da sociedade urbano-industrial, fora do trabalho o trabalhador perde a identidade, ou assume outra, a de morador de determinado bairro, que tem a associação de bairro, ou a de estudante (associações estudantis), ou de cidadão, representado pelos partidos políticos. “Essa é, de forma simplificada, a realidade da sociedade urbano-industrial a que estamos dizendo adeus. Os problemas que os sindicatos têm hoje, de alguma forma, são similares aos problemas dos partidos políticos, das instituições que tentam representar o meio estudantil, moradores, associações de bairro”, diz, iniciando assim a sua resposta para Eliane.

Márcio explica que parte das dificuldades de mobilização dos sindicatos vem do fato das pessoas desconsiderarem a nova realidade do trabalho, que tem personalidade própria, “como se estivessem dirigindo olhando pelo retrovisor apenas”, comparou. Por exemplo: as sedes destas instituições, em geral, estão localizadas no centro da cidade e bem longe dos bairros de moradia da grande massa de trabalhadores. “Enquanto ele tem disponível a 50, 100 metros da sua casa, um espaço que é a igreja. Quando não, do crime. Um espaço que permite a ele inclusive a constituição de sociabilidade que não existe mais numa sociedade de serviço em que prepondera, cada vez mais, famílias monoparentais, conduzidas por um adulto e uma criança”, explica.

Ele cita ainda como mudança não considerada a substituição das classes de trabalhadores de grande porte, que tinham 40 mil pessoas submeti-

das às mesmas condições, pelos trabalhadores de shoppings, pulverizados em milhares de unidades com os mais variados perfis. E a hierarquia fragilizada pela horizontalidade das relações de trabalho que ocorrem nessas unidades de serviço, em que o adversário não é mais o patrão, é o Estado, os impostos.

“Estamos num ambiente completamente diferente do que existia no passado. O que temos hoje é a presença constante de bolhas, porque eu me relaciono crescentemente através do Facebook”, continua. Nessas “comunidades homogêneas”, como define Márcio, não há espaço para o contraditório e são, portanto, polarizadas. “É uma outra perspectiva. Que tipo de instituição pode trabalhar isso? Onde haverá o espaço de reconstrução da sociabilidade, de dar identidade, numa sociedade onde todo mundo quer falar e poucos querem ouvir? Nas igrejas. E o crime está, cada vez mais, se apresentando como a organização de pessoas que se ajudam, instituições que cooperam entre si e toda a economia do crime que vem em decorrência”, afirma.

Ele vai continuar na questão da representatividade ao responder a pergunta seguinte, sobre a possibilidade do aumento do “peleguismo” ser uma das causas do enfraquecimento do movimento sindical e falar também sobre as vantagens e as mazelas do trabalho imaterial e dos impactos da quarta onda de automação. Houve ainda questões relativas à política externa e aos interesses militares dos Estados Unidos com relação à base de Alcântara, endereçadas a Paulo Nogueira Batista Júnior. Leia a seguir.

Eliasibe de Carvalho Simões (advogada trabalhista na Bahia) para Márcio - Durante esses mais de 20 anos advogando para os aeroviários, observei que nos períodos do governo Lula houve muito peleguismo no movimento sindical. Então eu imagino que isso tem nos levado a essa falta de capacidade de interagir e de fazer com que a classe trabalhadora acredite nessa instituição.

Márcio - A pergunta que se pode fazer é se esse padrão de organização sindical que está em crise se revela pelo peleguismo das direções. Se for o peleguismo é mais fácil, porque em algum momento os pelegos vão sair e vai vir uma nova onda de sindicalistas mais coerentes, mas me parece que não é esse o problema. Não é um problema de direção, é um problema estrutural da forma de organização. Tivemos, nos governos do PT, a abertura de 22 milhões de empregos formais, sem que houvesse aumento da taxa de sindicalização. Pesquisa que fizemos aqui em São Paulo com trabalhadores que conseguiram um emprego, dizia: de cada 10 trabalhadores, somente dois se filiaram ao sindicato. Entre os oito que não se filiaram, quatro disseram que não o fizeram porque “o sindicato é um bando de pelego”. Os outros quatro disseram: “Olha, o sindicato é uma coisa muito importante, mas não me filiei porque o sindicato nunca passou aqui no meu trabalho e não sei onde é que fica o sindicato”... Tivemos quatro, quase cinco milhões de vagas abertas no ensino superior. Obviamente o ensino superior tem alguns problemas no Brasil, e eu pergunto: fortaleceu o movimento estudantil? Dois milhões e meio de habitações populares abertas. Se não fossem os recursos públicos, não teria habitação popular. Onde está a luta dos moradores, das associações de bairro? Me parece que é uma questão mais ampla na representação, que representação a gente quer nessa nova sociedade de serviço? Não tem uma resposta.

Eliasibe de Carvalho Simões (advogada trabalhista na Bahia) para Márcio - Gostaria que, se fosse possível, fizesse um paralelo entre o contrato de aprendizagem e o ingresso dos jovens nesse mercado de trabalho, se isso não seria uma alternativa viável para criar uma classe de trabalhadores qualificados.

Márcio - Vou começar dizendo o seguinte: na sociedade de serviços, não tem mais juventude. É o fim da juventude tal como a conhecemos. Porque na sociedade agrária, pré-industrial, não havia juventude. Aos cinco ou seis anos de idade, as pessoas já estavam envolvidas na atividade laboral em geral, que só se encerrava quando morria, porque não tinha instituto de aposentadoria e pensão. Juventude é uma criação do capitalismo industrial, quando se compreendeu que juventude é um espaço de transição entre a adolescência e a vida adulta. É nesse espaço que se consolida, na verdade, a sociabilidade moderna. É a atividade, a curiosidade, é passar a noite procurando estrela, uma etapa fundamental de formação do caráter. Ocorre que com a presença de tecnologia de informação, uma criança de dois, três anos já está com o dedinho no celular, aficcionada pelo brinquedo. Isso significa que esta criança não terá mais sociabilidade coletiva. A sua articulação, o seu contato, suas relações serão cada vez mais virtuais. Se a gente estudar o que está acontecendo em sociedades mais avançadas tecnologicamente como é o caso do Japão, encontramos 50% dos jovens de 16 a 29 anos de idade que não tem mais relacionamento sexual. O sexo vem perdendo dramaticamente a importância. É uma mudança enorme do que nós entendemos como juventude.

Guilherme Zagallo - advogado do Maranhão, para o Márcio - nessa transformação do mercado de trabalho atual, o professor Ricardo Antunes fala sobre a uberização. As consultorias só divergem em quantas centenas de milhões de postos de trabalho serão substituídos por ferramentas de tecnologia de inteligência artificial. No direito já estamos caminhando a passos largos para que julgamentos sejam feitos com uso de inteligência artificial. Isso não irá precarizar ainda mais as condições já difíceis do mercado de trabalho?

Márcio - Sou francamente favorável ao salto tecnológico. Não podemos ficar defendendo o velho e o passado. A questão é o que fazer. Porque se essa eco-



Paralisação dos trabalhadores da Ford.

RobertSo Parizotti/CUT

Muro de Nogales

Ou “muro de desprezo”, são nomes dados ao que se considera um fenômeno inédito, que é a queda no número de prisões de imigrantes tentando atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o México de forma ilegal, segundo reportagem do *El País Internacional* publicada em abril de 2017, provocado por “um muro de palavras, uma retórica furiosa contra os imigrantes como os Estados Unidos não escutavam há décadas” e proferida pelo governo Donald Trump. Esse discurso teria apavorado os imigrantes. No mês de novembro de 2016, foram presas 66.363 pessoas tentando cruzar a fronteira do México ilegalmente. No mês seguinte, em dezembro, foram 58.431. O número de prisões continuou caindo nos meses seguintes até março, mês anterior à palestra em que Mark Borkowski, diretor de compras da polícia de fronteira de San Antonio, no Texas e fonte da reportagem, apresentou esses números. “Em toda a história das estatísticas da Patrulha de Fronteira, desde os anos 50, é a primeira vez que isso ocorre. O número de prisões nunca havia diminuído entre janeiro e março”, disse o diretor. Seis meses depois, em outubro de 2017, Trump passaria do discurso à prática com sua política de tolerância zero. Em maio de 2018, mais de 2.300 crianças estavam separadas de seus pais e permaneciam sob custódia do governo americano. Sob fortes críticas, no seu país e também no exterior, em junho Trump assinou um decreto em que cede e permite às famílias de imigrantes, pegas sem documentos, permanecerem juntas por tempo indeterminado. No final do ano, em outubro, uma caravana com milhares de imigrantes dos países da América Central se dirigia à fronteira dos Estados Unidos.

nomia tecnologicamente avançada é mais produtiva, gera mais excedente econômico, menos pessoas produzirão para todos e muito mais, a questão a ser discutida não é o posto de trabalho, é como dividir o excedente gerado. Por que vamos defender o trabalho heterônomo, que é o trabalho que nós não gostamos e só fazemos porque precisamos para sobreviver? Por que defender esse trabalho, quando podemos defender o trabalho autônomo, em que fazemos aquilo que gostamos, mas precisa ser financiado? Isso significa outra concepção da sociedade. O jogo que está sendo discutido é o seguinte: o que fazer com o excedente gerado, com a produtividade gerada. Por que se não entendermos isso, a disputa que vamos fazer é sobre como manter o emprego. Terá que pagar a formação; vamos reduzir o custo de contratação, então terá que pagar a previdência também. Essa não é a saída. Temos uma nova possibilidade, que é inverter a equação. Não é fácil mudar, mas precisamos, na verdade, compreender que estamos não no período de mudança, mas em uma mudança de período.

Maximiliano para Paulo - Quero indagar sobre o papel que o movimento sindical pode ter nos organismos internacionais dos quais você fez parte; e sobre o que o movimento sindical poderia fazer para ter influência maior nos altos escalões do capitalismo internacional.

Paulo - Participei de duas organizações internacionais que são intergovernamentais, em que os membros são os governos dos países presentes nessas organizações. No Fundo Monetário, são quase 190 países membros, representados na organização geralmente pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central. E no banco do BRICS, o banco em Xangai, o que temos é um banco de cinco países com representantes na organização. Então a presença do movimento social e sindical nessas duas organizações é muito pequena. Na chamada globalização existem muitas assimetrias e uma delas é que os mercados de trabalho são talvez, os menos globalizados. O grau de integração efetiva é muito menor do que o mercado de capital financeiro, de empresas industriais, principalmente capital financeiro. Uma das razões é que os países desenvolvidos, líderes da globalização tanto no plano teórico quanto no plano prático, nunca quiseram realmente a globalização de seus mercados de trabalho. O que está acontecendo agora na Europa e nos Estados Unidos com a rejeição crescente dos imigrantes é bastante antigo. Trump fala muito que quer construir um muro na fronteira com o México, na verdade esse muro já existe há muito tempo. É conhecido às vezes, como um *Muro de Nogales*. O que ele quer na realidade é ampliar e reforçar um muro que já existe.

Eliana (saúde pública, em saúde do trabalhador) para Paulo - Querida que falasse um pouco sobre qual foi o impacto dessa saída do Brasil, dos projetos que estavam já pensados pelo BRICS.

Paulo - O Brasil nunca saiu dos BRICS. Tenho a impressão de que o processo BRICS é tão importante, pela ligação que proporciona ao Brasil, com a África do Sul, com a Índia, com a Rússia e com a China particularmente, que nenhum governo por mais desorientado que seja, e olha que este é bastante, pensa que pode se dar o luxo de abandonar essa posição. O governo Temer não fez isso. Na realidade acho que o governo Temer nunca teve noção de por que o Brasil está nos BRICS. Para se ter uma ideia, o representante do governo Temer no banco, um funcionário do Ministério da Fazenda que eu conhecia de Washington porque ele tinha sido funcionário do FMI, em uma reunião formal da diretoria disse: - Olha, eu quero dizer que, se este banco tivesse sido proposto com o atual governo, nós não teríamos feito esse banco. (risos), mas agora que está aí, vamos trabalhar. Na micro realidade que eu estava vivendo, é uma coisa lastimável. O Brasil, que era o motor do

BRICS, passou a ser um fator até de enfraquecimento. O Brasil está vivendo uma crise política, a África do Sul também, então no período recente, os dois países não contribuíram para o fortalecimento do BRICS, ao contrário. O que compensou isso entre outras coisas, foi que a China faz, cada vez mais, papel de motor do banco. E a outra coisa que ajudou, pelo lado um pouco folclórico, foi a grande dificuldade que os nossos irmãos do Norte estão passando com a eleição inacreditável do Trump.

Suélio (professor) para Márcio - O senhor falou que a gente tem que avançar tributando a elite, os brasileiros ricos. Como que a gente vai tributá-los?

Márcio - Tecnicamente está cheio de experiência internacional, nós até já tributamos mais os ricos. Não é uma questão técnica, é uma questão política. Nas sete últimas eleições presidenciais, o foco sempre foi o presidente da república ou a presidenta, o que é justificável. Todavia aprendemos que estamos diante de um presidencialismo parlamentar. Sem base parlamentar, o presidente não vai andar. Isso ficou muito claro na eleição da presidenta Dilma. Ganhou a eleição com 51,6% dos votos, mas não tinha 20% de apoio parlamentar. O parlamento hoje não é organizado por partidos, é organizado por frentes parlamentares ou bancadas; bancada da Bala, da Bíblia, não sei o que mais. Teremos, nesta eleição (2018) segundo registro do Tribunal Eleitoral, 28 mil candidatos a deputado federal - 10%, a maior bancada de candidatos -, é de empresários que vão se auto-financiar. Em 2014, por exemplo, 40 mil proprietários rurais que dominam 50% da terra agricultável do país, elegeram uma bancada de 220 deputados federais.

Um segmento da economia importante na sua representação, mas um setor da economia que responde por 16% da população tem quase 50% dos deputados. Os 86% da população que mora na cidade elegeu a maior bancada de ruralistas? O país, em que os empresários representam 2,9% dos eleitores, elegeu, em 2014, 42% dos deputados federais que são empresários. Essa questão sobre como tributar os ricos passa pelo parlamento e se você não tem bancada, não vai passar. Enquanto se discutia a elevação da remuneração do poder judiciário, semanas atrás, o segmento do agronegócio aprovou o perdão de dívida de R\$ 17 milhões, que é muito mais do que custaria o reajuste do poder judiciário. E nada saiu na imprensa.

Suélio (professor) para Paulo - Os Estados Unidos continuam tentando fazer essa integração com o Brasil na área militar, e econômica, nas outras áreas. Na militar, querem instalar uma base aeroespacial na nossa base de Alcântara, no Maranhão, e parece que estão bem avançados os contratos. Gostaria de ouvir a opinião do senhor nesse sentido. O último foguete que a gente tentou, explodiu, morreram trinta e poucos engenheiros, infelizmente. Praticamente todo o nosso conhecimento aeroespacial a gente perdeu.

Paulo - Não tenho condições de dizer que sei detalhes, longe disso, mas eu quero só dizer: nós brasileiros somos muito mal acostumados. Há mais de cem anos, desde a guerra do Paraguai, o Brasil não enfrenta um conflito militar que adentra o território nacional. Não sabemos, realmente, desde aquela época, o que é uma guerra. E mesmo aquela guerra, de três países contra um pequeno, não exigiu tanto sacrifício, tanto heroísmo assim do brasileiro médio da época. Enquanto isso, tem os outros países que passaram coisas terríveis. A Rússia, China e Índia, Europa de modo geral. O Brasil se acostumou inconscientemente, a achar que para nós a defesa militar não é prioridade. Temos, há muito tempo, um país desarmado e esse país desarmado é um dos maiores países do mundo, detentor de valores, de recursos naturais valiosíssimos e que serão cada vez mais valiosos, esse país se oferece vulnerável.



Paulo Nogueira Batista Jr

“O Etchegoyen, ministro do Temer, chefe do Gabinete de Segurança, disse que o Brasil precisa constituir um poder dissuasório. Não se enganem, o mundo é muito perigoso; paz é retórica”



Não estou entendendo

Um quarto da população com mais de 25 anos no Brasil – 30 milhões de pessoas – está falida. Não tem possibilidade de pagar o que deve. Outro grupo, duas vezes maior – 61 milhões –, têm algum nível de endividamento, segundo estudo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). “Se pensar na família de cada um deles, temos mais da metade da população endividada”, diz o economista Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), durante a sua palestra no 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, onde ele, juntamente com os também economistas Leandro Horiê, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e Ione Amorim, do Idec, mostram como o avanço da agenda neoliberal no mundo impacta a vida do trabalhador brasileiro.

Depois de viver um período quase inédito até 2015, em que as taxas de desemprego permaneceram em pouco mais de 6%, os brasileiros acordaram em 2018 com esse mesmo índice duas vezes maior: deste pouco mais de 6% em janeiro de 2014, subiu para 12,7% em maio de 2018, o que representa 13 milhões de pessoas sem trabalho. Os que continuam trabalhando, têm a renda estagnada. “A gente vai ver que de 2014 até 2017 a renda cai e aumenta muito o desalento, por que as pessoas estão desistindo de procurar emprego”, diz Leandro. E uma grande parte, endividada. “O desemprego é onde se caracteriza o superendividamento.” Ione explica que o superendividamento pode advir de duas situações principais: “o que vem pelo descontrole financeiro por desconhecimento ou por alguma compulsão; e o que é provocado, passivo: você foi demitido, ou teve uma morte em família, um acidente ou o nascimento de gêmeos”, conta Ione.

A angústia que envolve um processo de endividamento acabou sendo o foco central da mesa, que tem como tema “A Situação do Emprego, o Mundo do Trabalho, o Empobrecimento e Endividamento dos Trabalhadores e suas Famílias no Brasil”. O endividamento intenso ocorre em um cenário em que o trabalhador perdeu direitos com a implantação da reforma trabalhista, a partir da Lei 13.467, em vigor desde 11 de novembro de 2017, e o apoio da seguridade social, sequela da PEC do Teto de Gastos. Ione, a primeira a falar, apresentou o quadro atual de endividamento das famílias. O número de 61 milhões de pessoas com algum tipo de dívida surgiu numa pesquisa do Idec desenvolvida ao longo da última década. Ione lembra que o primeiro estudo que fez logo ao entrar no Instituto, em 2008, foi sobre endividamento e na época, o Brasil ainda crescia. “Um crescimento estimulado e sustentado pelo crédito”, explica. A população incluída no mercado de consumo neste período foi, também, de 30 milhões de cidadãos. Segundo o estudo do Idec, os tipos de dívidas mais comuns são os financiamentos bancários, além de atrasos em todos os serviços (condomínio, matrícula escolar), chegando ao financiamento da compra do supermercado. “É uma realidade que explodiu”, diz Ione.

Uma fraude segundo o professor Ladislau. “Quando a gente se endivida é porque não tem armas para se defender desse sistema de intermediação financeira”, explica. Ele desqualifica as orientações para uso de cartão de crédito intensamente divulgadas pela mídia durante o período de inclusão. “Ninguém pode aprender a usar crédito pagando 100, 200, 300, 400 por cento de juros ao ano. Na Europa, a média é entre 5 e 7 por cento. Ao ano. Não existe juro ao mês. Isso é fraude”, diz. Por que não conseguimos, a partir da taxa mensal, calcular mentalmente juro composto para chegar à taxa anual, que pode chegar a 633,21% se a opção for pelo rotativo do cartão. A média do cheque especial no Brasil é de 120%. “Se vocês forem ao Santander na Espanha vão ver que o juro no cheque especial é 0% até 6 meses, até 5000 euros”, conta o professor.

Extorsão

Pior do que a taxa de juros alta, é a total vulnerabilidade frente a esse sistema de “intermediação financeira”, que vai além do universo dos bancos. “A própria redução (imposta) pelo Teto de Gastos; está empurrando as pessoas para planos de saúde e é uma extorsão financeira dramática. Tem os fundos de pensão privada, tem o conjunto diário: o que a gente paga no celular não tem nada a ver com custo para eles, porque são ondas eletromagnéticas. Tanto assim que pode telefonar no WhatsApp de graça, e por que está de graça? Porque não tem custo, porque as ondas eletromagnéticas são da natureza”, explica Ladislau.

As altas taxas vêm acompanhadas de um ataque brutal da publicidade dos bancos, oferecendo crédito. “Chega a níveis absurdos”, diz Ione, que usa uma situação bastante comum, envolvendo a previdência social, como exemplo. “Alguém que entra hoje no INSS com pedido de benefício, ou de aposentadoria, provavelmente vai ser notificado de que a sua solicitação foi atendida através de um banco, que vai ligar oferecendo crédito consignado”, afirma. Uma situação classificada pela economista como “extremo do absurdo”, já que a concessão e o valor do benefício são informações sigilosas. Este tipo de abordagem tem como base, portanto, a quebra de sigilo de dados. “A informação do crédito já vem com um assédio. A pessoa, despreparada, não entende essa realidade”, diz Ione.

Uma realidade perversa

A solução mais comum oferecida pelos bancos aos que se veem com parcelas em atraso é trocar a dívida. O pacote oferecido, além de produtos como títulos de capitalização e seguros, pode vir “com troco”, sendo portanto uma oferta de aumento da dívida, não a sua solução. “Isso tem acontecido com muita frequência. As pessoas que ficam em casa durante o dia devem perceber, pela quantidade de ligações que recebem de todos os bancos, oferecendo crédito de tudo quanto é natureza. Se perdeu a margem de consignação tem crédito por fora, se está negativado tem crédito também. É um total desrespeito, um descaso com o cidadão”, afirma a economista. “Sabe o que é? Estamos enfrentando agiotagem absolutamente escandalosa. E com a informação do juro ao mês, é fraudulento mesmo, estelionato, porque está enganando as pessoas, oferecendo um produto e escondendo o seu custo real”, diz Ladislau.

Bola de neve macabra

A pesquisa de Ione inclui um estudo de caso, o do professor que vamos chamar de Rubens, porque ele pediu para não ser identificado. Tem 42 anos de carreira em uma universidade pública. “À medida que ia ganhando mais, recebia mais ofertas dos bancos e do sistema financeiro”, conta. Por quatro anos, Rubens manteve 120% da sua renda mensal comprometida com operações de crédito. O valor total hoje ultrapassa R\$ 600 mil e envolve quatro bancos, dois deles públicos. “Veio até nós porque não estava

Ranking mundial taxa de juros (média para empréstimos - ao ano)

Brasil – 52,10%
Haiti – 10,83%
México – 6,92%
Burquina Faso – 5,3%
China – 4,35%
Itália – 3,11%

Serviço: <http://dowbor.org/>;
www.dieese.org.br, <https://diplomatie.org.br/>

As altas taxas vêm acompanhadas de um ataque brutal da publicidade dos bancos oferecendo crédito

Silvio Caccia Bava
Sociólogo, coordenador da rede global Logolink – Learning Initiative on citizen participation and local governance e editor-chefe do Le Monde Diplomatique Brasil.



Ione Amorim
Bacharel em economia pela Faculdade Oswaldo Cruz (1991), com pós-graduação em Gestão da Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (2009). Economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor



Ladislau Dowbor
Formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça com doutorado pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polónia (1976); professor da PUC-SP



Leandro Horiê
Economista da Subseção da CUT Nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).



Parábolas do Ladislau

Do déficit público

Em 2014, último ano em que a Dilma tinha alguma coisa a dizer sobre a economia, o déficit do governo foi 0,4%. Ridículo. Em 2015 já era 2% e a partir dali... Sabe de onde vem o déficit do Estado? Não é porque gastou demais, é que se pagou juros demais. Então na realidade, o que acontece? Ninguém entende a taxa Selic, e os jornais não ajudam. Eu, professor Ladislau, coloco minha poupança no banco, que me paga uma merreca. O banco aplica isso em tesouro direto. Por exemplo, na época em que foi criado era 25%, só depois que o Lula baixou para 14,12%; a Dilma tentou baixar para 7,5%. De qualquer maneira, o banco aplica isso em títulos do governo. O banco me pagou uma merreca. Então de um bolso eu tirei o dinheiro e coloquei no banco, que me paga uma merreca; de outro bolso, dou 25% ao governo para dar aos bancos. Não estou entendendo.

conseguindo mais conversar com os bancos, para manter os pagamentos em dia”, conta Ione. Com a renda comprometida, Rubens viveu esse tempo rodando o cartão de crédito e o cheque especial. Sua vida financeira explodiu.

Mesmo com o apoio do Idec, Rubens não saiu da zona de perigo, e agora, corre o risco de perder a casa onde mora. E dificilmente conseguirá quitar sua dívida em vida. “Ele conseguiu sair de dois bancos, mas ficou nos dois públicos e, em um deles, foi executado judicialmente”, conta a economista. A casa pode ser tomada porque foi usada como garantia em um contrato de empréstimo de R\$ 200 mil. O valor da dívida em execução é de R\$ 36 mil, em um contrato que envolveu, no mínimo, má fé da parte do banco na opinião de Ione. “A justiça foi super-rápida. Ele foi notificado no dia da audiência; no dia seguinte, a conta salário dele foi bloqueada e, 15 dias depois, a Justiça emitiu parecer dando ganho de causa ao banco”, conta. O Idec entrou com novo recurso, mas o segundo banco abriu outros dois processos.

Deperados

Ladislau fez os cálculos de quanto estaria sendo pago de juros pelas famílias e empresas brasileiras usando dados do Banco Central e chegou a um valor de mais ou menos R\$ 1 trilhão. “Estamos sendo deperados”, diz, e continua. “Um trilhão de reais só de juros, tirados da economia. Isso dá 16% do PIB. O que tiram através da dívida pública dá cerca de 6 a 7% do PIB; mais de 20% do PIB está sendo chupado através do sistema de juros”, calcula. O investimento em aplicações financeiras, segundo o professor, fez explodir a desigualdade no planeta de maneira absolutamente radical. “Como é que tanta gente enriqueceu no mundo? Pegando dinheiro a 2% no Japão e aplicando aqui no Brasil, no tesouro direto, a 12% e 14%. Na época do Fernando Henrique foi a 25%. Produzindo alguma coisa? Produzindo nada. A Argentina foi quebrada assim”, explica Ladislau.

O professor aponta especificidades brasileiras do sistema tributário que contribui piorando o quadro, ao invés de corrigir. “Esse dinheiro (ganho pelos bancos com juros), quando entra na família Setubal, fica isento. Garantido pela Lei de 26 de dezembro 1995, de isenção de taxa de lucros e dividendos, uma vez que são transferidos para pessoa física”, ensina. A base do sistema tributário brasileiro - mais de cinquenta por cento - é sobre o consumo. “O Pobre gasta todo seu dinheiro em consumo, ou seja, ele paga uma imensidão de imposto. Não temos imposto sobre herança, não temos imposto sobre fortuna. O ITR, Imposto Territorial Rural, é ridículo e não é cobrado”, diz Ladislau.

O governo foi apropriado nesse processo, considerando os cálculos de Ladislau sobre quanto seria a evasão fiscal, que chega a uma cifra de US\$ 520 bilhões, ou 30% do PIB. “Quem faz evasão fiscal? Não nós, que somos assalariados. É o pessoal de cima. E tem mais: o pessoal coloca lá fora o dinheiro. Os bancos têm departamentos que chamam, de maneira muito simpática, departamento de otimização fiscal. Permite colocar o dinheiro lá fora”, conta. “O governo fez grande propaganda, ‘conseguimos recuperar 46 bilhões de reais’. Isso é 3% do dinheiro que está lá fora. Não estou entendendo”, continua.

Pauta trabalhista foi atropelada

Neste quadro de desemprego, incerteza e recessão – que o coordenador da mesa, Silvio Caccia Bava, lembra que foi provocado: “Em 2016 um dos economistas ultra neoliberais mais destacados, o Armínio Fraga, foi aos jornais e declarou que precisávamos produzir uma recessão no Brasil, para ter uma massa maior de desempregados e assim, reduzir o custo de reprodução da força de trabalho” -, a pauta trabalhista foi atropelada, segundo

Leandro. “E com a incerteza e o pessimismo tomando conta, é óbvio que o investimento caiu. Ninguém vai quebrar essa lógica”, diz. O que poderia ser uma contrapartida é o gasto público, que agora está limitado pelo teto. “A PEC dos gastos está ajudando a piorar”, afirma o economista do Dieese.

Leandro usa como marco o ano de 2015, quando o desemprego começou a aumentar, acompanhado pela precarização das relações de trabalho, marcadamente pelo aumento da informalidade e do “conta própria”. “A reforma trabalhista, no final de 2017, tende a aprofundar essa deterioração. Perdeu-se o patamar mínimo de direito, já que o negociado agora vale sobre o legislado”, diz. O cenário está difícil para as negociações coletivas: renda estagnada, desemprego e a queda nos serviços públicos provocada pelo teto de gastos, com consequências ainda piores porque a demanda cresce. “A reforma teve um objetivo prático, a redução de custo e flexibilidade nos contratos. Tínhamos um modelo de contrato de trabalho formal que simplesmente se flexibilizou e inventou um monte de possibilidade de alguém ser considerado formalizado, mesmo que o patamar de formalizado que agente tenha em mente esteja completamente detonado”, diz.

Entre essas novas formas está o trabalho intermitente, que explodiu nos últimos dois anos. “Esse ano está em 12 mil postos, algo como 2% ou 3% do saldo”, diz Leandro. O governo federal não diferencia contrato intermitente do normal nas suas estatísticas. Segundo os dados do Caged, dos 33 mil novos empregos comemorados por Michel Temer na última divulgação da pesquisa, 3 mil eram intermitentes, ou um em cada dez. “O trabalho parcial aumentou também, numa escala menor. E quanto à demissão, antes era com justa causa ou sem justa causa, com variações de término do contrato etc. Agora apareceu a demissão com acordo, intermediária, em que patrão e empregado entram num acordo”, explica Leandro, que questiona o equilíbrio desses acordos em tempos de crise.

O impacto mais evidente desse movimento aparece no segundo ponto destacado pelo economista: a queda no emprego formal entre 2014 e 2017 (3,2%) ao mesmo tempo em que ocorre aumento da informalidade (assalariado informal 1%; contrato precário 2,1%). Para saber qual grupo está sendo mais atingido, Leandro estratificou a renda utilizando a metodologia do professor Waldir Quadros, da Unicamp, que divide a sociedade em alta classe média, média classe média, baixa classe média, trabalhadores e miseráveis. E descobriu que quem mais perdeu foram os mesmos que mais ganharam durante as duas primeiras gestões petistas. “De 2014 a 2017, a propalada baixa classe média, onde a renda cresceu mais no período anterior, perdeu 2,1 milhões de pessoas; todos caíram. Esse segmento do meio que mais cresceu, de fato, é o que está mais sofrendo”, disse.

Leandro destaca a queda no número de instrumentos de negociação coletiva. Nos registros do sistema mediador, onde todo mundo deposita as convenções e acordos coletivos, a queda no primeiro semestre de 2018 foi de quase 30% - de 15.000 para 11.000 - e os dissídios coletivos e de negociações sem conclusão cresceram. O pior da reforma para Leandro, no entanto, é o fim da ultratividade. “Tem um efeito deletério, por que dentro de tempos curtos será necessário reafirmar todas as cláusulas de negociações anteriores”, diz. E o fim da hierarquia de normas. “O que o sindicato patronal não consegue impor na convenção, tenta ganhar nos acordos”, reclama. Leandro diz que este tipo de reforma não é uma exclusividade do Brasil. “A nossa foi influenciada pela espanhola. Tem aumento da precarização e da polarização salarial - muita gente ganhando pouco e pouca gente ganhando muito. Quando tem uma reforma trabalhista numa crise econômica, a tendência é perder direitos. E quando melhorar, a reversão dessas perdas vai ser muito difícil”, alerta.

Uma nova categoria social?

O coordenador da mesa, o jornalista Silvio Caccia Bava, cita dois teóricos - Michael Hardt e Antonio Negri -, que consideram os endividados uma nova categoria social, nascida da financeirização, um cenário em que os bancos dominam. “Quem é essa pessoa, como se comporta? Não vai participar de práticas coletivas de defesa de interesses, por medo de perder o emprego; vai aceitar a intensificação do seu trabalho sem a contrapartida de remuneração; vai introjetar que a responsabilidade pelo endividamento é dele. São elementos da dimensão política deste endividamento: não pode protestar, tem que trabalhar mais, aumentar sua capacidade de trabalho, para poder pagar a dívida”.



Era para garantir café, almoço e jantar a todos

O relato dos três economistas na tarde do segundo dia do Congresso desenhou um cenário sombrio e surreal, que mexeu com a plateia. Mesmo quando a pergunta relacionava-se com os problemas do mundo do trabalho, como desemprego e precarização, o endividamento foi incluído. As duas únicas exceções vieram de uma sindicalista do setor bancário, que queria saber mais sobre as consequências do final da ultratividade: “vamos mesmo ter de renegociar tudo o que já ganhamos, todo ano?”; e da angústia de um técnico em segurança do trabalho aposentado: “É verdade que um aposentado pode ficar sem salário em três ou quatro anos, se a reforma da previdência não sair?”

Como foi possível?

O que parecia atormentar o público era a falta de compreensão de como se chegou ao nível atual de endividamento. Ladislau Dowbor, da PUC-SP, diz que isso foi construído. “Quando Lula leu a carta aos brasileiros, ele se comprometeu a respeitar as coisas: não vou mexer nos lucros de vocês, mas me deixa aquele pedaço, que eu quero que todo brasileiro tenha café da manhã, almoço e jantar. Ele cumpriu sua parte”, contou, depois de relacionar um conjunto de leis e normas que começaram a ser publicadas em 1995 e que formaram a base onde esse gigantesco endividamento está apoiado, e onde Lula se comprometeu a não mexer.

“Sabe o que é? A lei da taxa Selic (Lei 9.065/95). Entrou em vigor em primeiro de julho de 1995”, começa o professor. Ele já havia explicado como funciona a taxa Selic, sobre como os bancos pagam juros muito baixos e investem a taxas muito altas em títulos do tesouro direto, portanto, no governo (em “Parábolas do Ladislau”, página 26). “(Para) chupar os impostos da gente para os bancos”, resumiu. Segue citando a Lei de Isenção de Lucros e Dividendos, a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. “Para os ricos”, afirma, e continua: “(Tem ainda) A lei que autoriza as corporações a financiar as campanhas políticas. Isso é de 97. E a PEC 53, de 1999, que revogou o Artigo 192 (a nossa Lei da Usura), que regulava o sistema financeiro”, diz.

O sistema financeiro não cumpriu a sua parte no acordo que fez com Lula. E Ione Amorim, do Idec, é quem mostra como isso ocorreu, a partir da criação do crédito consignado, em 2003. “De lá para cá, tivemos um salto. Nós dobramos a participação do consignado no PIB”, conta. Os valores envolvidos representavam 25% do PIB em 2003. Hoje esse índice está em 47%. “Perto de 50%, portanto, o dobro. Consignado é bom perto dos outros, que são muito ruins”, afirma. O bom do consignado é que os juros cobrados são 30% ao ano, um quarto do que o mercado cobra; em média 120% ao ano. “Só que as instituições financeiras entraram de cabeça em um processo para compensar esse acesso a crédito barato. O sistema bancário foi terceirizando atividades nesses 10 anos”, conta. Nesse processo, o crédito foi massificado e o consignado precarizado, segundo Ione, e no final, ao invés de ser uma alternativa para o trabalhador, terminou por aprisioná-lo.

A propaganda massiva faz parte do sistema: para “vender” dinheiro, bombardeia publicidade de crédito de forma generalizada a uma população sem educação financeira e com dificuldade para financiar o seu cotidiano. “Todo dia, toda hora, em casa e na rua. No horário nobre da televisão tem lá; a patrocinadora de futebol oferecendo crédito para negativados. É

como se estivessem rindo da nossa cara”, reclama a economista, que aponta o momento em que esse crédito foi colocado no mercado como um agravante. “O país tinha aquele momento de aquecimento e com subsídios para alguns setores”, explica. Ficou fácil demais.

A PEC propondo a revogação do Artigo 192 da Constituição, que limitava os juros em 12% ao ano, foi apresentada por José Serra ao Senado em 1999; era a PEC 53, transformada depois na Emenda Constitucional 40. Como o consignado, foi publicada em 2003, discretamente segundo Ladislau. “Isso é um crime, feito por um Congresso eleito com dinheiro das corporações, que também já foi declarado inconstitucional”, denuncia o professor. Lula evitou enfrentar o sistema financeiro em suas duas gestões, mas Dilma fez isso mais tarde, entre meados de 2012 e 2013. “Viu que as famílias estavam atoladas, as empresas atoladas e o governo atolado, decidiu baixar as taxas de juros. A partir do maio de 2013 não teve mais governo. Teve guerra, manifestações, boicote”, lembra Ladislau. O professor explica que a ex-presidenta ainda tentou resgatar certos apoios, concedendo isenção fiscal a alguns sistemas empresariais, mas a reação dos empresários piorou o quadro. “(As empresas) Pegaram suas isenções e aplicaram no tesouro direto. Mais endividamento do Estado. É um sistema disfuncional”, diz o professor.

Ione diz que realmente, o governo de Dilma criou uma política de crédito para Banco do Brasil e para Caixa Econômica em 2012, mas naquele momento, o consumidor não se beneficiou dessa redução. “Tínhamos uma política de portabilidade de crédito com vários entraves e imperfeições. E os próprios bancos criaram obstáculos para trocar uma dívida, um instrumento que de fato, dá poder para o consumidor”, diz Ione. Porque pode estimular a concorrência de forma suficiente para baixar as taxas. Não foi possível por que o mercado de crédito está concentrado em cinco bancos. “Quando eu comecei no Idec tínhamos dez grandes bancos que respondiam por 80% do crédito concedido no país”, afirma Ione. Com a concentração, taxa de juros e tarifas de serviços são praticamente os mesmos nas cinco instituições.

Tem saída?

A pergunta sobre como sair dessa situação veio em seguida. Ione diz que o momento precisa de “reflexão intensa” e convida a plateia a militar em favor da aprovação do Projeto de Lei 3515, o PL do Endividamento, que altera o Código de Defesa do Consumidor, disciplinando o crédito. “Hoje o consumidor não tem sequer um prazo. Quando tem um endividamento, o banco propõe outro endividamento”, conta. Ione aposta no PL 3515. “Já passou pelo Senado e agora aguarda aprovação no Congresso”, disse. O professor Ladislau, no entanto, ensina que para esse negócio dar certo é preciso trazer de volta a Lei da Usura. “Algo como o Artigo 192, que tínhamos na Constituição. Porque agora está uma zona. Se você não tem lei, não tem capacidade de negociação, é a lei do mais forte”, argumenta.

A regulação impede a formação do cartel descrito por Ione. “E tem que colocar uma lei de teto de usura, como se fez na Inglaterra. A Inglaterra não é comunista, mas disse: - olha, pagar mais do que o dobro do que você pegou é escandaloso. A gente pode pegar a mesma lei”, sugere.

Ladislau continua oferecendo rotas de saída, baseado em experiências internacionais. “Tem um livro de Ellen Brown (*The Public Bank Solution: from Austerity to Prosperity*, 2013) que é muito bom. Ela compara o funcionamento do sistema de crédito em vários países. Sabe que isso ajuda? A gente sai desse negócio ‘mas sempre foi assim, tem que ser assim’”, diz ele.

Conta que na Alemanha, as pessoas não colocam suas poupanças em bancos. “Colocam em caixas municipais de poupança, chamam-se sparkas-

Parábolas do Ladislau

Do cartão de crédito

Passo o cartão de crédito para uma compra de R\$ 100 numa papelaria. Da minha conta saem R\$ 100, na conta da papelaria entraram 95. - Por quê? Porque chupam 5%. Por que, 5%? Porque têm custo do cartão. Ligo lá para o Canadá: como é que funciona? É o seguinte, como tem custo, a operadora do cartão cobra seis centavos de dólar por operação. Dá vinte centavos de real. Tudo bem gente, mas por que porcentagem? O custo da operação não é o mesmo se compra R\$ 100 ou R\$ 400? Dezenas de milhões de compras no cartão por dia, tirar 5% de tudo isso! Se for débito vai ser 2,5%. Não tô entendendo... Só nas tarifas, o Dieese fez o cálculo, os bancos cobrem uma vez e meia toda a folha salarial.



Alemães poupam em caixa municipal.

sen. E isso é utilizado, com juros ridículos, apenas o custo, para a melhoria da própria cidade. E tem mais. A Alemanha tem uma carga tributária muito mais elevada que a nossa, mas cerca de 40% vai direto para os municípios. No Brasil só 13%", explica. As cidades alemãs contam com o dinheiro da poupança das populações locais – depositado nas sparkassen-, e com o dinheiro do governo, repassado diretamente. "Tem uma proximidade muito maior entre a população e o seu dinheiro, então a racionalidade da gestão dos recursos é incomparavelmente superior", diz Ladislau.

"Curiosamente", continua ele, começando o relato de uma segunda experiência, "é assim que funciona na China. A China tem o *Bank of China* para grandes infraestruturas; a indústria pesada é estatal (siderurgia, metalurgia, cimento) aí cada uma tem seu próprio banco, para ter um circuito fechado de controle, para não ter corrupção. O grosso do dinheiro é repassado diretamente ao município, que de maneira ágil e descentralizada controla o financiamento da construção de casas e de um grande número de serviços", afirma.

Ladislau explica que essa é a lógica de organização do sistema financeiro, que também garante o bom funcionamento do sistema de crédito da Polônia. Lá, o governo manteve 470 bancos cooperativos criados pelo governo socialista, que usam o dinheiro em função da necessidade da população.

Aposentado pode ficar sem salário?

Leandro Horiê tenta responder a questão dos riscos que os aposentados correm a partir da visão institucional do Dieese, ressaltando que o movimento sindical foi contra e continua rejeitando a proposta de reforma da previdência. "Rejeitamos a forma como foi feita essa proposta, de cima para baixo, sem debate", disse. E argumenta que, antes de pensar em reformar, é preciso esgotar as possibilidades que a Previdência oferece. "Enquanto não começar a debater a quantidade gigantesca de desonerações que são impostas ao sistema de seguridade como um todo, a balança está pendendo para um lado. É óbvio que se faz terrorismo", explica.

Por exemplo, as desonerações de folha de pagamento, a desvinculação das receitas da União e a sonegação de imposto, todas têm impactos negativos nas verbas da seguridade social. "É importante a gente ter um carinho com a questão da Previdência, só que a gente não pode funcionar na base do terrorismo e o tema ultimamente tem sido muito envolto nisso", disse, sem no entanto, confirmar ou negar o risco de colapso no sistema. "Acho que a gente tem que começar a reconstruir canais de debate sobre o que é fundamental. É uma política social que o Brasil tem. Somos mais interessados do que qualquer um sobre a sustentabilidade, só que não nesses termos", conclui.

Ione Amorim, do Idec, também não sabe avaliar esses riscos, mas diz que se preocupa com a forma como a notícia sobre as implicações da reforma é veiculada, em um cenário de terrorismo que vai estressar ainda mais o trabalhador. "Ela é banalizada, o que impede que a gente se posicione efetivamente sobre o que está acontecendo", explica.

O cadastro positivo é mesmo perverso?

Ione responde: "O Idec foi contrário no início porque o consumidor não tem nenhum conhecimento, não tem transparência sobre as condições em que está sendo analisado. Ele entrou em vigor mesmo assim em 2013 e foi um fracasso total. Recentemente uma alteração tirou a obrigatoriedade do consumidor autorizar que quer fazer parte do cadastro positivo, passou a ser compulsória: todos estamos dentro do cadastro positivo e as empresas que vão consultá-lo não terão responsabilidade sobre os dados."



Não foi que a reforma veio e pá

Mesmo reforçando repetidamente que a aprovação da Lei da Reforma Trabalhista 13.467 apenas piorou o que já vinha ocorrendo desde os anos de 1990, os estudiosos da mesa que tratou dos desdobramentos da lei descrevem um cenário estereotípico

Começou forte o terceiro dia de debate sobre o mundo do trabalho neste início de século. Para mostrar o que está acontecendo desde que a reforma trabalhista entrou em vigor no final de 2017, a organização do Congresso trouxe os pesquisadores da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir), que juntamente com outros, que integram a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), fazem um monitoramento crítico e sistemático dos desdobramentos da Lei 13.467. E profissionais de órgãos fiscalizadores, do Ministério Público e da Justiça do Trabalho, trouxeram dados empíricos sobre a realidade nas fábricas e ambientes de trabalho e exemplos de abusos e ilegalidades que encontram e que, a partir da reforma- tratada como um novo marco nas relações de trabalho na história do país- tornaram-se legais.

"Costumo, sempre que falo sobre a reforma, perguntar às pessoas quem já leu e quem pode identificar nela um único item que irá melhorar o patamar protetivo, a higiene, saúde e segurança dos trabalhadores. Eu não consigo enxergar nenhum", disse Leonardo Osório de Mendonça, da Coordenação Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat) do Ministério Público do Trabalho e coordenador da mesa, que tem o tema "A Reforma Trabalhista Brasileira e as Repercussões sobre a Vida e a Saúde do Trabalhador". "É triste. É muito ruim. É um elemento que não é pontual. É um elemento estrutural importante [dessa reforma], contudo não é uma novidade, certo. Não descobriram a roda, não chegaram de repente e pá! Exerceram ataque na proteção ao trabalho do Brasil", disse Vitor Filgueiras, auditor fiscal do trabalho por dez anos, atualmente professor na Universidade Federal da Bahia (Ufba) e um dos pesquisadores da Remir.

Antes dele já havia falado Gilmar Ortiz, engenheiro de segurança do trabalho, mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente pela Fundacentro e membro da Pastoral Operária. Ele abriu as discussões do dia com um caso que aconteceu no mês anterior, de um funcionário de uma indústria têxtil de Nova Odessa, no Interior de São Paulo, decapitado quando limpava uma das máquinas, para explicar como os empresários lidam com a questão da segurança de suas instalações. "Estão tentando culpar a funcionária que ligou a máquina", conta. Ela está em estado de choque, internada, em tratamento psiquiátrico (leia mais na página 36).

Gilmar argumenta que quando auditores e engenheiros de segurança se deparam com esse tipo de ocorrência, já sabem que as normas não foram cumpridas. E que as causas sempre são múltiplas. Porém, as empresas



Alessandra Camarano
Advogada, presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas.



Carlos Silva
Economista, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do trabalho (Sinait).



José Dari Krein
Filósofo, especializado em economia social e do trabalho e coordenador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.



Vitor Filgueiras
Economista, secretário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), pesquisador colaborador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp.



Gilmar Ortiz
Engenheiro de Segurança do Trabalho, mestre em Trabalho, Saúde e Ambiente pela Fundacentro e membro da Pastoral Operária.



Leonardo Osório de Mendonça
Procurador do Ministério Público do Trabalho e Coordenador Nacional da CODEMAT.

Subnotificação

O IBGE realizou em setembro de 2013, junto a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), o suplemento da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em colaboração com o Ministério de Saúde, e em junho de 2015 apresentou novas informações no segundo volume da mesma pesquisa. O estudo da Fundacentro sobre subnotificação analisa alguns destes novos dados da PNS, comparando-os com os registros do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2013. Depois de consideradas as diferenças entre as bases de dados (a do IBGE refere-se a uma declaração do trabalhador e a do AEPS, somente aos acidentes e doenças reconhecidos pelo INSS), o estudo encontrou um número quase sete vezes maior de pessoas que diziam ter sofrido acidentes de trabalho nos dados da PNS do que os reconhecidos pela Previdência.

Em percentuais, isso representa 589% a mais de acidentes. Os pesquisadores chamam a atenção para as discrepâncias, no registro dos dados por Estado, entre as regiões Nordeste e Norte, e Sul e Sudeste. Enquanto São Paulo (263%), Espírito Santo (360%), Santa Catarina (370%) e Rio Grande do Sul (393%) apresentaram as mais baixas razões; Maranhão, seguido por Pará (2.525%), Tocantins (2.279%) e Roraima (1.663%) apresentou a impressionante razão de 39,3, ou seja, 3.833% a mais de acidentes referidos. No Norte e Nordeste, o número de trabalhadores sem carteira assinada é muito maior do que nas regiões Sul e Sudeste e isso, segundo os pesquisadores, é a razão para tamanha diferença nos registros.

Total de acidentes

Previdência: 4.948.000

PNS: 717.911

Razão: 6,89

Fonte: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/estatistica/boletins/boletimfundacentro1vfinal.pdf>

invariavelmente tentam culpar os funcionários. “Colocar a culpa na vítima é uma coisa muito esquisita. Porque ninguém em sã consciência vai querer se machucar”, disse. Em sua militância na Pastoral Operária, Gilmar tem se dedicado a desconstruir essa narrativa, que Vítor diz ser resultado de uma ação deliberada dos empresários. “A primeira campanha envolvendo a questão da culpa da vítima utilizou a data 28 de abril, há 3 anos, aqui na CNBB, em São Paulo. Depois a gente introduziu a questão do ato inseguro, outro paradigma da área de segurança”, diz Gilmar. Ato inseguro foi uma figura- já retirada das normas- criada para tipificar situações em que o trabalhador não cumpriu um procedimento, ou ordem de serviço, ou regra e por isso, supostamente teria causado o acidente. “A partir disso, as empresas fazem seus programas de gestão comportamental. No fundo, no fundo é mais uma estratégia para que, se o trabalhador sair fora daquele comportamento, vai ser culpado pelo acidente. O que é um absurdo”, explica o engenheiro.

Mais assustador do que o caso de Nova Odessa é saber que os números de acidentes e mortes em ambientes laborais são absurdamente altos. Segundo o relatório do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (MPT-OIT), banco de dados lançado em abril de 2017 pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2012 até hoje aconteceu um acidente a cada 48 segundos com um trabalhador no Brasil. E uma morte a cada 3 horas, 38 minutos e 43 segundos. Em números absolutos são 4.434.013 acidentes e 16.484 mortes em seis anos. Só em 2018, período de vigência da lei, até outubro foram quase 550 mil acidentes e 2.073 mortes. “Esses números só mostram a realidade de pessoas que trabalham com carteira assinada. A gente sabe que tem muito mais, mais da metade da população não trabalha com carteira assinada”, avisa.

A subnotificação chega a 589%, segundo estudo feito pela Fundacentro, que comparou os registros da Previdência com os achados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde. A razão é de sete vezes os números oficiais em média, o que daria 31.038.091 acidentes em seis anos, com 115.388 mortes. “Com a reforma trabalhista isso ainda piora, porque aumentou a precarização do trabalho, demissões, pejetização, essas situações todas que a gente já está falando há bastante tempo. Esses números não são reais, mesmo os que estão na carteira de trabalho”, reforça Gilmar. Vítor diz que a subnotificação faz parte do padrão de gestão predatório adotado pelas empresas no país, e que se aprofunda com a reforma. “Existe uma tendência fortíssima do empresário brasileiro em ocultar o adoecimento ou acidentes. Isso é deliberado, tende a se agravar e não se restringe ao mercado de trabalho informal”, diz.

Vítor apresenta outras consequências da subnotificação que irão afetar outros trabalhadores, além dos diretamente envolvidos, com impactos negativos no financiamento das políticas públicas até a atuação das instituições voltadas para a proteção do trabalhador, já que a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e os benefícios a ela associados têm relação direta com as contribuições previdenciárias e as instituições dependem da informação contida nas CATs para se organizar. “É difícil atuar se você não sabe que o problema existe. Se o acidente ‘não existe’, não precisa mudar o comportamento. A gestão do trabalho está legal, está boa”, explica Vítor.

Trabalhador é mercadoria

Dari Krein, professor do Departamento de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) e também da Remir, que falou logo depois de Gilmar, considera que a reforma está mercantilizando o trabalhador. “A lógica da reforma é des-

construir as regulações sociais do trabalho e de proteção e estimular que a definição das regras aconteça pelo livre jogo do mercado auto-regulado”, diz o professor. E pelas regras do mercado, trabalho é um insumo como outro qualquer. Dari diz que as mudanças procuraram legalizar práticas que as empresas já vinham tentando implementar, como a terceirização e a flexibilização das jornadas. “A reforma vem legalizar para não serem contestados (os empregadores) judicialmente, nem pelo Ministério Público do Trabalho, nem pelos sistemas de fiscalização e nem pelos sindicatos”, diz.

Por outro lado, o professor afirma que a reforma também cria um cardápio de contratações extremamente amplo. “São mais de cento e tantos artigos que foram alterados para oferecer a possibilidade de cada empregador manejar a força de trabalho de acordo com a lógica do seu negócio”, continua. Essas modalidades seriam a solução neoliberal e moderna para o problema de emprego. “Até agora isso não aconteceu”, diz Dari. Os dados recentes mostram que depois da reforma não houve aumento de emprego e Dari chama a atenção para o número de trabalhadores subutilizados. “São 27,6 milhões, segundo o último dado do IBGE”, afirma. Um grupo formado por pessoas que estão desempregadas, outras que desistiram de procurar, pelos que trabalham menos horas do que as necessárias para sua sobrevivência, e por pessoas que querem trabalhar, mas não tem condições, como por exemplo, mães de filhos pequenos. Não podem porque não tem creche. “Esse número é mais expressivo para compreender a dinâmica do trabalho pós-reforma do que a taxa de desemprego aberto”, ensina o professor.

A segunda promessa quebrada pela reforma é o aumento da formalização dos contratos de trabalho. Dari diz que depois de sete meses de implementação, quando houve um certo crescimento, segundo o acompanhamento da Remir, o número de pessoas contratadas sem registro em carteira aumentou mais do que os contratados pela CLT. “É só irmos para as ruas, que podemos observar como muito mais pessoas estão vendendo coisas nas esquinas. É um dado visível para mostrar que a reforma não formalizou”, diz.

O professor argumenta ainda que, com a fragilização das instituições que fazem o controle e fiscalizam a aplicação da lei, ficou mais vantajoso para o empregador correr o risco de ser pego na ilegalidade do que assumir os custos envolvidos num registro formal.

Do ponto de vista financeiro, a Reforma também não trouxe melhoras até agora. “A renda do trabalho caiu. Há uma diferença de R\$ 200 entre os demitidos e os contratados nesse período recente”, mostra Dari. O Remir ainda acompanha uma terceira dimensão da reforma, sobre as modalidades de contratação, que tem como objetivo facilitar as demissões, reduzir os custos, tornando o trabalhador *just-in-time*. “A lógica é de que isso pode criar emprego, mas no máximo vai substituir trabalhos existentes mais protegidos, por outros menos protegidos”, avalia Dari.

Entre as formas atípicas, Dari destaca os contratos temporários, intermitentes, autônomos permanentes, intermediação privada e a uberização. Essas modalidades de contratação, por enquanto, são pouco expressivas no conjunto dos ocupados segundo o monitoramento do Remir.

O contrato por tempo parcial, por exemplo, tinha saldo até junho de 15.626 pessoas contratadas, dois terços delas mulheres. Com contrato intermitente eram 20.213 pessoas, o que representa 0,019% do total da força de trabalho brasileira. “Um número pouco expressivo por enquanto. Por enquanto, porque tem uma série de inseguranças que estão ainda colocadas, mas pode se alterar os dados daqui para frente”, alerta.

A manhã ainda teria um desfile de imagens dramáticas de trabalha-



Divulgação/Smait

Apropriação indébita

Segundo o auditor Carlos Silva, as empresas sonegam quase 40% da contribuição previdenciária que é descontada dos salários dos empregados, mas não é repassada à previdência social. “Nossa arrecadação da contribuição previdenciária do empregado sonegada fica esquecida pelo Estado na sua cobrança”, denuncia. A soma desta sonegação entre 2012 e 2015, segundo Carlos, é de mais de R\$ 117 bilhões. Isto é crime previsto no Código Penal. Mas a Previdência não fiscaliza e não cobra os sonegadores. A contribuição sindical efetivamente arrecadada nesse período foi de R\$ 2,9 bilhões. Estima-se que 3 milhões de empresas sejam devedoras e o total devido é estimado em R\$ 3,5 bilhões. E lembra que vários parlamentares que integraram a comissão especial que discutiu a reforma da previdência e que construiu aquele relatório que deu origem à PEC 287, são empregadores em débito com a Previdência.



A transformação nas relações de trabalho começou com a extinção da data-base em 1994 e seguiu com a lei que implementou a jornada parcial, o contrato por tempo determinado e o Banco de Horas, em 1998

dores escravizados, que o auditor Carlos Silva, presidente do Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), usou como pano de fundo de sua fala sobre a questão, que de certa forma, tentou dar esperanças à plateia (detalhes destas fotos ilustram esse texto).

Ele começou lembrando, com as imagens correndo no telão, a vitória recente de um movimento capitaneado pelo Sinait, contra a portaria 1129 de 2017, que flexibiliza o conceito de trabalho escravo. “Achei importante trazer isso aqui, para fazer o recorte do nosso trabalho nesse cenário. Fazemos muitos autos de infração, por que são muitas as irregularidades, reiterados e deliberados desrespeitos à legislação. Fiz um recorte para fazer uma conexão com a reforma trabalhista”, explica Carlos. E depois avisa: “É para aí (para o cenário das imagens) que caminham os ambientes de trabalho”. Um aviso que ele iria repetir algumas vezes ao longo de sua fala.

Carlos afirma que tudo o que foi usado como lastro para defesa da reforma trabalhista, na fase de verificação se comprova que era mentira. “Não cresce emprego, não promove segurança jurídica, não aumenta a competitividade”, continua o auditor, que descreve também os impactos da reforma no já precário quadro funcional do departamento de fiscalização do Ministério do Trabalho. “Se antes era difícil garantir um sistema federal de inspeção do trabalho, capaz de chegar a todas as empresas, agora (com o negociado sobre o legislado) cada fiscalização vai se deparar com uma lei diferente, porque aquela empresa cria sua lei”, explica. O auditor calcula que seriam necessários 8 mil auditores fiscais para chegar a todos os lugares, mas hoje a fiscalização conta com apenas 2,3 mil.

Mesmo com esse quadro limitado de pessoal, Carlos conta que nos últimos 23 anos foram resgatados 53.000 trabalhadores escravizados, que resultou em R\$ 75 milhões em verbas salariais pagas. “O que a reforma fez? Legalizou o gato e com isso, dificulta esse trabalho, de entrega de dignidade para essas pessoas, e a arrecadação estatal que viabiliza a continuidade das políticas públicas que asseguram direitos”, diz. Também nesse período, foram afastadas do trabalho infantil mais de 60 mil crianças e perto de 280 mil pessoas com deficiências foram incluídas no mercado de trabalho, o que colaborou para arrecadação de R\$ 250 milhões nos últimos 15 anos. E investigaram 10 mil acidentes nos últimos seis anos, recuperando perto de R\$750 milhões em ações regressivas acidentárias. “Se não é sensibilizador dizer que estas crianças foram afastadas, tem que ser sensibilizador dizer que esse valor foi arrecadado em razão desse afastamento”, pondera.

Para completar o quadro, Alessandra Camarano, advogada e vice-presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Trabalhistas (Abrat), inclui a discussão da questão de gênero, atacada na reforma e invisível na militância. “Não vimos, durante as lutas sociais e durante as reivindicações e durante o período em que fizemos trabalhos no Congresso Nacional, esta luta em relação à questão da mulher especificamente. E a Lei 13.467 traz impactos absurdos para a saúde da mulher trabalhadora, inclusive dentro de um padrão de retrocesso social, que tira a mulher das relações sociais e a devolve para dentro de suas casas. Um padrão de retroalimentação inclusive, que pode estimular o aumento de casos de violência doméstica”, afirma.

Alessandra fala de itens específicos e históricos não tratados com a reforma, como a diferença salarial, para menos, quando comparados com o de trabalhadores homens na mesma função; ou piorados, como o problema do trabalho em ambiente insalubre durante o período de gravidez. “Uma sociedade brasileira que é composta de mulheres negras, pobres, trabalhadores sem estudos, a Lei traz que a gestante tem que apresentar atestado de médico de sua confiança, quando essa mulher não tem acesso

nem ao sistema único de saúde para poder fazer o pré-natal do seu bebê. É uma regra absolutamente elitista”, diz. Alessandra prevê que, no final, a mulher vai trabalhar mesmo que isso implique em riscos para ela e para o bebê. Uma situação tensa e estressante, que irá deixá-la mais vulnerável ao burnout, síndrome relacionada à vivência de se fazer cada vez mais, lidar com demandas altas demais e sem reconhecimento, em relações carregadas de desgaste emocional e pouco suporte social.

E você, faz tudo que pode?

Depois de repetir que essa história toda, infelizmente, já estava sendo contada “desde os anos da década de 1970”, e de reconhecer que, apesar disso, a reforma é de fato um ataque importante que precisa ser enfatizado e combatido, Vitor chama todos os colegas de militância e de trabalho às falas. “A questão é: O que temos feito? Temos feito o que podemos? Poderíamos fazer mais?” Vitor apela para a sensibilidade da plateia, formada em sua maioria por colegas de trabalho e militantes em movimentos sociais ou sindicais. “Quero tocar o coração de vocês”, diz. E começa a mostrar onde e como cada um pode ajudar nesse momento.

“Sou um cara, acho, importante. Milito no campo da saúde e segurança do trabalho. O que eu tenho feito? Os médicos aqui presentes, têm emitido CAT? Se um pequeno percentual dos médicos de todo Brasil tivessem como prática na sua rotina a emissão de CATs, teríamos um impacto, em várias direções, positivo do ponto de vista da proteção ao trabalho”, diz. Emissão de CAT impacta desde o financiamento da Previdência Social, até a atuação do conjunto das instituições de regulação do direito do trabalho, que vão ter acesso àquela informação. “Não poderíamos colaborar nesse sentido (de reduzir a subnotificação)? Sindicatos têm prerrogativa para emissão de CAT. Tem emitido CAT? Alguns têm, eu conheço, sei, mas infelizmente são exceções”, lamenta. Vitor avalia que, se a emissão de CAT pelos sindicatos fosse um procedimento comum, colaborariam substancialmente e em várias frentes. “Por que isso não acontece?”, pergunta. “Por que não faz acontecer a partir de agora?”, sugere.

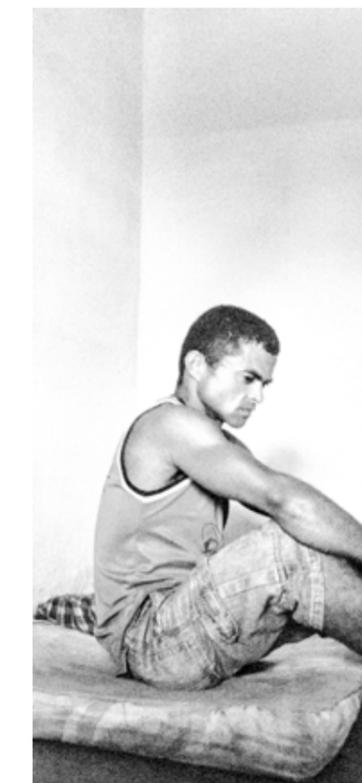
Ele vai fazer o mesmo questionamento aos engenheiros de segurança. “Colaboram com os sindicatos, por exemplo, na elaboração de relatórios, para que os sindicatos peçam interdições, embargos de obras e estabelecimentos ao Ministério do Trabalho?”, questiona. E para professores e pesquisadores das Universidades. “Que atualmente é o meu caso inclusive, como é que as Universidades estão se articulando com as instituições? Com as empresas, elas sempre se articularam. Muitos e muitos professores têm, inclusive como atuação prioritária, o fornecimento de consultoria e coisas do tipo para as empresas. Por que as Universidades não se articulam (da mesma maneira) com as instituições públicas e regulação do direito do trabalho?”, pergunta.

E cita como exemplo a parceria que existe por meio de convênio, entre os pesquisadores da UFBA e os colegas do Ministério Público do Trabalho, para troca de informações. “A gente faz o atendimento semanal de trabalhadoras, especialmente do *call center*, e faz uma série de cruzamentos de dados estatísticos para evidenciar que as pessoas adoecem no trabalho, mas os benefícios que elas recebem na Previdência são equivocadamente classificados”, explica. Com o convênio, os médicos residentes da UFBA emitem as CATs quando é pertinente e essas pessoas são encaminhadas para a transformação dos seus benefícios. “Fornecemos os dossiês, para que elas utilizem nas instituições públicas. Em algum momento vai começar a repercutir nas decisões individuais dessas pessoas, porque elas vão levar esse dossiê na Justiça”.

Na linha do tempo

A reforma que foi aprovada no Brasil, apesar de ter especificidades locais, obedece a uma agenda mundial que norteou o processo em vários outros países. Dari Krein, da Unicamp, destaca os seis pontos comuns dessa agenda, que começou a ser implementada nos países centrais a partir dos anos de 1980 e a partir dos anos de 1990 no Brasil, e que é aprofundada com a Lei 13.467.

- 1 - Ampliação das modalidades de contratação flexíveis ou atípicas: contrato intermitente, parcial, por prazo determinado.
- 2 - Flexibilização e despadrão da jornada de trabalho.
- 3 - Introdução da remuneração variável.
- 4 - Diminuição da proteção social aos assalariados.
- 5 - Descentralização nas regras da relação de emprego.
- 6 - Fragilização das instituições ligadas à regulação do trabalho.



Morte matada

A morte de José Raimundo Ferreira de Araújo Dante, decapitado em um acidente nas dependências da Ober Indústria e Comércio S.A., de Nova Odessa, em 14 de julho de 2018, contada pelo engenheiro Gilmar Ortiz

“A gente fala para o povo que a morte no trabalho não é uma morte morrida, é uma morte matada. Por que ela poderia ter sido evitada.”

Teve uma morte recentemente, do senhor José Raimundo Ferreira de Araújo Dante, no sábado pela manhã, nessa empresa, a Ober Indústria e Comércio Sociedade Anônima. A sociedade pode ser anônima, mas o dono é bem conhecido na região. É o vice-prefeito da cidade de Nova Odessa (Oscar Berggren Neto, do PPS). E aí a gente viu (o acidente), ficou assim ... “poxa, mas mais uma morte!”. Foi numa máquina chamada rosca alimentadora. A segunda notícia, que explicou melhor o acidente, falava que o trabalhador tinha sido decapitado, uma morte muito violenta. A gente que trabalha na área de segurança e saúde do trabalho, segurança de máquina, quando vê um acidente assim sabe claramente que é pelo não cumprimento da NR-12 (norma de segurança). Dentro da NR-12 existem vários requisitos que evitariam esse acidente. Então para nós já acendeu um alerta. Mas o pior é que essa reportagem falava em homicídio culposo. É preciso lembrar que é quando não se tem intenção de matar, questão de negligência, imperícia, imprudência, descuido. Estão querendo colocar a culpa, de novo, no trabalhador.

Uma terceira notícia informava que a polícia estava apurando se tinha tido uma morte, e se essa morte tinha sido por falha mecânica ou humana. Falha humana. Que uma funcionária teria acionado a máquina. Não bastasse a violência, ainda tinham que culpar a funcionária. Criminoso, isso. Entramos em contato com umas pessoas, naquela região existem vários grupos da Pastoral Operária. Decidimos fazer alguma coisa, porque em pouco tempo eles podem colocar a culpa na funcionária, mandá-la embora e fica por isso mesmo. Como fica essa funcionária? Tentamos entrar em contato com o Sindicato, mas o pessoal do Sindicato sequer sabia que tinha morrido alguém, um absurdo. Falamos com o pessoal do Cerest, muito prestativos. Conversamos com eles, deixamos um material lá, um folder, e aí fomos para a porta da fábrica. Fizemos uma manifestação, com carro de som cedido pelo pessoal (do sindicato) da construção civil. Fizemos uma panfletagem e nesse panfleto escrevi meu telefone com WhatsApp, para o pessoal entrar em contato, falando que não era culpa da funcionária. Era culpa da empresa, que não tinha cumprido a lei. Tentamos conversar com os funcionários também, mas numa correria, porque tem mais de 1.000 funcionários lá, trabalhando em três turnos. Entregamos mais de 800 panfletos.

De noite, fomos colocar os panfletos e chegou a polícia. Fomos lá (na delegacia), respondi e assinei um B.O., mas na hora em que expliquei a nossa motivação, o pessoal (a polícia) foi embora e não apareceu mais. Inclusive o cabo que fez o B.O. tinha ido na fábrica por ocasião da morte. Nós ficamos fazendo a panfletagem, falando com o pessoal, mostrando o que aconteceu. Bom, enfim, o ônibus pára bem na frente da porta. Não tem muito tempo nem espaço para conversar com os funcionários. Eles descem e entram em seguida, e na portaria já tem uma câmera filmando. O pessoal fica com um medo danado. Só que quando as pessoas saíam, do lado de cá do ônibus (longe da câmera) davam um tchauzinho, faziam o sinal de positivo.

Quer dizer, a gente tentava desconstruir essa questão de que a culpa é da funcionária, que inclusive estava no hospital, por problemas psíquicos óbvios, ser culpada por uma morte, não é? E a gente explicava: bom, foi ela, mas poderia ter sido outra, um rato, uma pomba. A gente vai continuar acompanhando as investigações do Cerest, que tem suas limitações. É de Campinas e o acidente aconteceu em Nova Odessa. A gente vai acompanhar a investigação também pela Polícia Civil, porque a Polícia Civil tem um viés de culpar a funcionária e acredito que é possível que não conte com especialistas em segurança do trabalho. Vamos acompanhar o Ministério do Trabalho, porque a gente sabe que essa empresa já está no Ministério do Trabalho com várias ações. Vamos continuar cobrando ação do Sindicato. Que sindicato é esse?



Entre o paraíso e o inferno

Os organizadores do Congresso esperavam oferecer um fôlego de esperança com a mesa da tarde do dia 29, logo após a dura e dramática exposição dos primeiros resultados da reforma trabalhista implantada no país. Porém, o que foi desenhado pelas exposições dos três convidados, dois jornalistas e uma cineasta, ficou mais próximo de uma distopia, como bem definiu Bruno Torturra, fundador da Mídia Ninja, uma das mais surpreendentes experiências de comunicação em tempo real ocorrida no País. Bruno contou como ele e seus colegas do Mídia Ninja, depois do sucesso na cobertura dos conflitos de rua em 2013, foram transformados em fomentadores de violência e cúmplices de assassinato, destruidores do jornalismo dito sério. “Fui pessoalmente atacado na *Veja*, no *O Globo*, na *Folha* como corresponsável pela morte daquele cinegrafista, o Santiago”, disse, referindo-se ao cinegrafista Santiago Andrade, da Rede Bandeirantes, atingido por um rojão quando fazia a cobertura dos conflitos.

Conforme explicou o jornalista Renato Rovai, responsável pela Revista Fórum e Blog do Rovai e mediador da mesa, o debate foi organizado como uma roda de conversa informal, provocada por uma mesma pergunta inicial aos três convidados. “A pergunta é: de que maneira cada um de vocês contribui para a resistência aos valores conservadores. Se contribui, como contribui, de que forma acha que poderia contribuir mais.”

O primeiro a responder foi Oswaldo Luiz Vitta, o Colibri, diretor da Rádio Brasil Atual e premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA) pelo programa Hora do Rango. “Bom, desde sempre, né”, foi a resposta de Colibri, para em seguida descrever como conseguiu montar uma rádio focada nos movimentos sociais e direitos humanos, considerados no universo da imprensa e da publicidade como um campo desinteressante e economicamente inviável. “Depois da eleição de 1989 (marcada por intensa manipulação de informação pela Rede Globo), a gente teve um contato mais próximo com alguns sindicatos, dos Bancários e dos Metalúrgicos, e fizemos a primeira experiência. Depois da campanha, fizeram uma proposta de montar uma rádio”, conta.

O projeto foi iniciado em 1990, mas só em 1992 ganhou suporte financeiro, com a adesão do Sindicato dos Bancários. A proposta era de um jornal alternativo no rádio. Começaram com horário arrendado na Rádio Gazeta AM, onde transmitiram a Rádio dos Bancários de 1992 até 1994. “Na verdade era jornal dos trabalhadores. Era dos bancários porque tinha patrocínio do sindicato, mas a gente falava dos trabalhadores em geral”, explica. Segundo Colibri, mundo do trabalho, movimentos sociais e direitos humanos era o tripé em que a pauta da rádio se apoiava. “Conseguimos boa audiência, mas a gente não tinha uma rádio. A gente arrendava um horário



Bruno Torturra
Jornalista do Estúdio Fluxo, editor chefe do Greg News e Mídia Ninja até final de 2013.



Eliane Caffé
Cineasta desde 1990, diretora de curtas como “Arabesco” e “Caligrama” e longas como “Kenoma”, “Narradores de Javé” e “O Sol do Meio-Dia”, dirigiu séries de TV e dedica-se a oficinas audiovisuais em zonas de conflito.



Oswaldo Luiz Colibri Vitta
Diretor da Rádio Brasil Atual. Recebeu o prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA) pelo programa Hora do Rango.



Renato Rovai
Jornalista responsável pela Revista Fórum e Blog do Rovai.
<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/>

de manhã na Gazeta, gentileza da fundação Cásper Líbero, de topar fazer um projeto assim meio fora de esquadro, que eles não gostavam muito”, lembrou.

Quando não foi mais possível transmitir da Gazeta, o grupo passou a buscar uma maneira de ter realmente uma rádio, com concessão própria. “O sonho nosso, e de todos os trabalhadores, era ter uma rádio. Só que a gente não conseguiu na época”, conta. A Rádio voltaria a transmitir em 2004, a partir de várias emissoras diferentes, e só em 2012 com uma concessão própria. “Hoje é da Fundação Comunicação, Cultura e Trabalho, que tem a gestão do Sindicato dos Bancários de São Paulo e dos Metalúrgicos do ABC”, explica o radialista. Concretamente, esta concessão tem uma rádio em Santos, sintonizada em 93,3 FM; e a 98,9 FM em São Paulo, com programação 24 horas voltada para o tripé que apoiou as experiências do grupo até então.

“Na verdade, há dois anos temos a programação completa, com jornalismo e 24 horas de programação produzida por nós, e tem sido ótimo”, avalia. Com o slogan “as notícias que as outras não dão e as músicas que as outras não tocam”, difícil de cumprir, segundo Colibri, a rádio apresenta o Jornal Brasil Atual, dirigido por Marilu Cabañas, das 7 horas às 9 horas pela manhã; e das 17 horas até às 19 horas, à tarde, também premiado pela APCA. “Nesse meio a gente tem colocado programas de música e notícias, valorizando a música popular brasileira. A gente mostra o chamado outro lado”, diz.

A Rádio conseguiu, até agora, uma audiência que, embora não seja grande segundo Colibri, é consistente. “Pega bem em várias regiões, principalmente na zona leste da cidade de São Paulo, Zona Sul e no Centro. Na Zona Oeste, não muito. E está nas redes sociais”, conta. Ele lembra que tem a TVT também, com 8 anos de existência. “Temos muitos parceiros, como o Dieese, a Fundacentro, a revista Fórum do Rovai. Todos ajudam a pautar. A Marilu ganhou o prêmio da APCA também. O importante não é o prêmio em si, mas o reconhecimento”, diz Colibri.

Colibri diz que, como todos os projetos de comunicação, neste momento a emissora enfrenta grandes dificuldades. “Porque os recursos estão mais difíceis”, diz. Dificuldade que afeta também a mídia hegemônica e em parte, tem relação com a rede mundial de computadores e a possibilidade de comunicação em tempo real. Ao mesmo tempo em que destrói o modelo de negócio tradicional de comunicação – do qual a Rádio é um exemplo – a rede traz vantagens, como a aproximação dos ouvintes, e uma natural intensificação da sua participação na rotina da emissora. “Quem ouve já pode sugerir pauta. É impressionante a participação dos ouvintes”, afirma.

A Rádio mantém os canais das mídias sociais abertos, principalmente o Whatsapp, Facebook, por onde recebe desde críticas e sugestões de notícia, até comentários para o Na Boca do Povo, um programa que provoca debate a partir de temas fortes. “E também para pedir música, mas não é qualquer música não, é música engajada. É muito legal, fico emocionado até”, comemora o diretor.

Descendo ao inferno

A dificuldade de Colibri se transforma em angústia para Bruno Torturra, jornalista que participou, em 2013, da Mídia Ninja, hoje editor do Greg News, programa e canal do escritor e humorista Gregório Duvivier, e diretor do Estúdio Fluxos. “Quería fazer essa reflexão contigo, Bruno, se ao mesmo tempo, nós não estamos sendo engolidos por tudo isso e não conseguindo mesmo, às vezes, saber se estamos resistindo ou não”, propôs Rovai ao pas-

sar a palavra ao jornalista, trazendo a discussão para o tema do Congresso. Bruno se diz desanimado e crítico com o caminho que tomou em 2011, e que o levou à proposta da Mídia Ninja, de uso intenso da hiperconectividade. “A hiperconectividade seria, acima de tudo, muito positiva para a Imprensa e para a função principal que ela exerce na sociedade, que é a expansão da conversa e da consciência pública. De lá para cá, o meu otimismo se abalou um pouco”, afirmou.

Bruno começou a trabalhar como jornalista em 2002, na revista Trip, onde ficou por dez anos; e na mídia independente, como repórter “ninja”, viveu sua primeira grande realização que foi, também, sua primeira grande frustração. Suas transmissões, ao vivo e por meio do que o repórter do New York Times definiu como um “estúdio itinerante”, formado por smartphones, câmeras e um gerador mantido em um carrinho de supermercado, atingiram o Trend topic mundial, com público de mais de 10 mil pessoas no auge dos conflitos de rua que marcaram o ano de 2013. Eles conseguiram também, chamar a atenção dos grandes veículos de comunicação, que passaram a debater a questão da credibilidade da imprensa a partir da cobertura Ninja das manifestações. Os ninja conseguiram expor em tempo real, o que a mídia tradicional escondeu.

“O jornalismo é um exemplo muito claro de precarização, não simplesmente na forma como a gente está trabalhando ou no modo de financiar a Imprensa, mas uma crise existencial também, de credibilidade”, conta Bruno, que diz sentir que nem ele, nem os colegas da mídia alternativa, ou mesmo as instituições e corporações têm conseguido atender à expectativa do público. “Eu partia de uma hipótese em 2011, e ainda é uma hipótese. Estamos no meio dessa experiência. A hiperconectividade nos deu, de muitas formas, um tipo de ruído, de conversa, um tipo de irracionalidade que a gente sofre hoje como sociedade, principalmente na política e nos caminhos que a gente tomou de lá pra cá.”, afirma Bruno, que abandonou a Mídia Ninja já no final de 2013 e se afastou das mídias sociais.

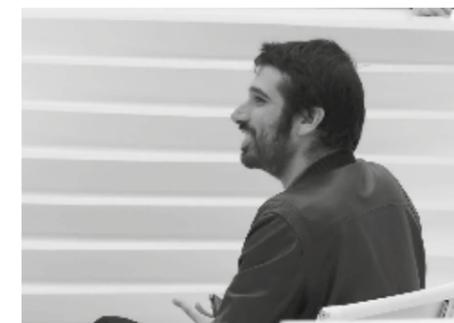
Bruno diz que tanto ele, quanto os colegas de muitos dos coletivos de mídia independente, não estavam preocupados em criar uma lógica de resistência. “A gente tinha um horizonte muito mais claro, de que estávamos avançando. Tinha um progressismo intenso e possível na falta de filtro que a internet subitamente nos deu, principalmente com o advento do smartphone, webcam, streaming, que foi onde a gente apostou mais no Mídia Ninja”, conta o ex-ninja, que se diz perturbado em perceber que faltou uma análise crítica do ciberespaço nessa primeira investida, uma das razões pelas quais saiu das redes sociais. “Muita gente confundiu mídia social com plataformas, que têm uma limitação muito grande no tipo de relação que é possível e que foram programadas através de um modelo financeiro, que está longe de ser o ideal para o tipo de comunicação que a gente quer promover. A gente sofre muito as consequências disso, tanto como indivíduos, quanto como organizações”, afirma.

Como exemplo, Bruno cita o uso que fez de sua página no Facebook. “Era o veículo mais utilizado, mas lá não se consegue indexar, buscar coisas, ter hiperlinks dentro do que se tem para escrever”, explica. Mais importante e menos observado, segundo Bruno, é que o Facebook coloca no mesmo nível de interação o veículo e o indivíduo. “O perfil se confunde com o jornalista. Transformou-se essa conversa que era uma conversa midiática, que a web oferecia, em uma distopia”, diz. E continua, defendendo que o ciberespaço precisa ser politizado. “Quando a gente pensa que, em grande parte, nossas interações como comunicador, pessoas, cidadãos estão acontecendo dentro de plataformas que têm um dono, cujas regras a gente não



Oswaldo Luiz Coibri Vitta no estúdio da rádio

“As notícias que as outras não dão e as músicas que as outras não tocam”



Bruno Torturra no programa Roda Viva



sabe quais são e sobre as quais a gente não tem a menor interferência; então é como se a gente vivesse aqui fora numa república, mas no ciberespaço, ainda não tivéssemos chegado lá. No ciberespaço não tem uma carta magna ainda, não tem uma independência. Lá, é feudalismo, e acho que a gente precisa começar a falar muito sério sobre a estrutura sob a qual a gente fala hoje em dia e não simplesmente, como estamos tocando essa conversa”, sugere.

Comunicação quântica

A cineasta Eliane Caffé dá início a essa discussão. Incumbida da tarefa de trazer uma visão mais distanciada das ações e conflitos da resistência via sistemas de comunicação pelo mediador da mesa, apresentou uma possibilidade ainda mais perturbadora, que envolve conceitos de física e mecânica quântica. “Na semana passada saiu uma notícia bombástica, uma notícia tão importante quanto a descoberta, sei lá, que a Terra é que gira em volta do sol. Vocês já ouviram falar do entrelaçamento quântico?”, pergunta. Eliane é uma cineasta premiada, com passagem pela TV onde dirigiu séries e documentários, e também ilustradora de grande prestígio. Hoje, filma suas histórias em áreas de conflitos nas grandes cidades, em ocupações, e em troca, coordena oficinas de audiovisuais voltadas para moradores dessas áreas.

Essa contrapartida, que pressupõe um vínculo orgânico com a comunidade envolvida no trabalho, é a chave para o cinema, uma atividade anacrônica, continuar sendo possível diante da possibilidade de comunicação quântica gerenciada por inteligências artificiais, segundo a cineasta. “A realidade ficou tão complexa, tão difícil, que não adianta você juntar duas ou três pessoas, escrever uma história e ir lá, filmar em cima dessa história. Ela vai conseguir representar muito pouco (da realidade). Eu acredito hoje no cinema coletivo, e (esse cinema) se constrói na contrapartida”, afirma. E explica o que é exatamente essa contrapartida: “Vou lá fazer um filme numa ocupação, mas não vou usá-los como personagem e cenário. Vou construir com eles esse filme e em conjunto, desenvolver um vín-

culo com aquele espaço, escutar as demandas e de fato, gerar alguma coisa que sirva para os dois lados.”

Eliane já tinha explicado, “rapidinho”, o que é entrelaçamento quântico: a capacidade de provocar o mesmo efeito em duas partes de uma mesma partícula, mesmo que elas estejam fisicamente a milhões de anos-luz de distância uma da outra. A descoberta dos chineses prova o que Einstein chamou de “ação fantasmagórica à distância”, uma teoria que permanecia como uma hipótese até agora e que quebra os paradigmas sobre tempo, espaço e causalidade. “Eles mandaram um satélite. Dividiram uma partícula e dispararam: uma está lá na China, num determinado local. A outra partícula está a milhares de quilômetros de distância. E as duas sofrendo a mesma ação. Traduzindo isso, o que significa? Como é que eles vão aplicar isso? Eles vão aplicar isso no sistema de comunicação”, afirma.

Que irá se tornar ainda mais blindado. “O nível de controle, este que o Bruno estava falando, do georreferenciamento. Mesmo com todo esse controle, existem franjas como o (Julien) Assange, do Wikileaks. Esse cara conseguiu, com outros hackers, burlar o sistema extremamente auto-defendido pelas grandes corporações e denunciar o que a gente não sabe. Com o entrelaçamento quântico que os chineses estão colocando em prática, em poucos anos vai ser quase impossível quebrar o sistema de comunicação”, afirma Eliane.

Ela reconhece que não sabe exatamente o que isso pode significar no futuro, e que dentro da sua profissão, no cinema, em poucos anos o mundo virou do avesso. “A gente não imagina o que é a vida no corpo a corpo, sem a intermediação das telas, aqui do lado. Estamos tão fechados nas nossas bolhas mentais, que não vemos o mundo”, diz. E conclui reafirmando a necessidade de repensar “muitas coisas”. “É um momento muito fértil para fazer isso.”



Eliane Caffé no set de um de seus filmes.

Aurora Filmes

Sob o mito da imparcialidade

Questionados fortemente pelo público, os jornalistas presentes foram unânimes em afirmar que não existe imparcialidade. “Trabalho há 44 anos em jornal. Vários. Folha, Estado, Globo. Tem que mostrar, como jornalista, os lados da questão, obviamente. Agora imparcialidade, isso não existe”, disse Osvaldo Luiz Colibri Vitta. Até Ênio Squeff parou sua pintura para se posicionar sobre a questão. Do alto de sua experiência de 30 anos nas grandes redações do país, disse que havia uma regra básica. “O sujeito foi acusado de ladrão? Pergunta para ele se ele realmente é ladrão. A gente seguia fielmente essa regra”. Bruno Torturra acha que a imparcialidade é um mito e diz nunca ter conhecido alguém que tivesse escolhido ser jornalista por se considerar “imparcial”. “É meio o contrário”, disse. Para ele, a pessoa também não escolhe a carreira esperando ficar rico, mas “porque o mundo incomoda”. Em seguida põe o dedo na ferida. “A gente não pode confundir que o importante é ser honesto”, dispara. O debate segue, com questões sobre a perda de privacidade de dados, o comércio eletrônico e dependência doentia das redes sociais. E também sobre a difícil questão do financiamento dos veículos de mídia. Bruno, novamente, é quem aponta o centro da questão. “O que mudou exatamente, o que está falindo de muitas formas o mercado industrial da Imprensa, é que a publicidade não precisa mais subsidiar a Imprensa para ser eficaz”. Veja a seguir.

Mercado

Bruno Torturra - Ela (a publicidade) tem mil caminhos para atingir o público e a internet nos últimos anos se presta a esse serviço de maneira muito eficaz, muito pulverizada, muito facilmente. Infelizmente as nossas expressões pessoais nessas redes são projetos comerciais em que somos consumidores e geradores de informação para este tipo de propaganda, que é nova, que é individualizada, que vai no que eles conhecem especificamente sobre a gente. Por isso que insisto no ponto de que temos de politizar o ciberespaço e se entender como um cidadão lá dentro, e não como um cliente de grandes grupos de comunicação, que é o que infelizmente hoje nós somos no Twitter, Instagram, no WhatsApp.

Financiamento

Bruno - Fonte de recursos é o problema mais sério que a gente passa hoje. Acho que o público, que não é só um espectador, ele fala, enfrenta a mídia de uma outra forma, também precisa ajudar a dar viabilidade. Acho que a Imprensa falhou em desenvolver, nos últimos 20 anos, um tipo de aplicativo e formas de financiamento mais intuitivas ao tipo de interação que nós temos com a informação. Na hora que for tão fácil dar R\$ 1,00 quanto dar um like numa informação, o mercado estará salvo. E acho que só não é possível ainda ter um botãozinho

pra isso, muito simples, para ter esse realzinho em vez do like, porque o Google, Instagram, todos esses espaços onde a gente dá o like, não querem autorizar relações econômicas dentro da plataforma sem a participação deles. Toda a grana que o Facebook consegue oferecer é para o Facebook – com os comerciais, com a publicidade, venda de dados. É estratégico que esse botãozinho não exista.

Público

Osvaldo Luiz Colibri Vitta – Sobre público-alvo, às vezes temos a sensação de que falamos para nós mesmos. A mesma turma sempre. E para mobilizar as pessoas, é preciso tentar falar para mais pessoas. Só que, hoje, com essa polarização está difícil. Você fala e o cara não concorda. Na rádio mesmo, às vezes pelo WhatsApp diário, que a gente abre para o público, temos a sensação de estar falando para nossos pares. Isso é duro de encarar. Queríamos falar para mais gente, sim, claro, mas não houve a democratização dos meios de comunicação no Brasil. Este é outro ponto, complicadíssimo. Não houve. Em outros países do mundo, as emissoras de televisão são equilibradas na audiência. Aqui não, eles (os grandes grupos) dominam. E tem a propriedade cruzada, a gente já falou muito sobre isso. Os caras têm jornal, Rádio. A CBN é da Globo, jornal O Globo, os canais a cabo, tudo da Globo. Não tem outra emissora, então fica difícil. A gente quer falar para um

público maior, a gente faz o trabalho de formiguinha, com os amigos, para poder mostrar esse trabalho para todo mundo, tentar mais audiência. Nosso desafio é ter mais audiência.

Vida 2.0

Eliane Caffé – Com o que uma pessoa de classe média que está bem, está em casa com tudo certo, vai se preocupar? Com o celular ou com o nível de pobreza que existe no Brasil? Só vai se importar quando a coisa começa a chegar muito perto, e está chegando. É difícil sair à noite, você não vai mais em qualquer lugar, você vive depressão, você vive solidão. Você vive no mito do quadrinho do casamento ideal. Você só é feliz se tiver um companheiro, se você tiver uma mulher, se não você não vai ser tão feliz. A forma que vejo de poder conviver com essa época é fazer alianças. Não entre os familiares, com os amigos, mas com segmentos diferentes, o LGBT, a travesti, o indígena, o corpo negro. Esses corpos que estão tão precarizados. A classe média, a faculdade de direito, a faculdade de arquitetura, o movimento de luta por moradia, o Mídia Ninja, a gente tem que aprender a trabalhar cada vez mais com essas alianças, se encontrar, se entrecruzar, interseccionar. A gente tem que buscar as alianças. Eu acho que a gente vai descobrir muita coisa na hora que sair para ver como é que está o mundo no corpo a corpo, com as alianças. Nunca sozinho.



O problema é o déficit de capitalismo

A pergunta que ficou sem resposta no debate sobre os superendividados na tarde do segundo dia do Congresso, sobre o real risco do brasileiro não conseguir se aposentar; ou para os que já recebem aposentadoria, de perderem o seu benefício, foi retomada na abertura do quarto dia, na mesa “A Previdência que Queremos”. A angústia do trabalhador, autor da questão, tem como origem principalmente o discurso que a mídia repercute de forma intensa, de que estamos construindo um déficit na previdência social do país, que levará o sistema ao colapso. E que por isso, ela precisa ser reformada.

“O problema do Brasil é o déficit de capitalismo, o déficit de democracia”, disse o economista Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Cesit e coordenador da Rede Plataforma de Política Social, e também um dos participantes da mesa. Eduardo diz que para existir capitalismo é preciso que exista consumo e para que exista consumo, é preciso uma força de trabalho educada, saudável, que tenha mobilidade e proteção na velhice. E que tenha renda, obviamente. “No Brasil, as nossas elites são tão ignorantes, que querem construir um capitalismo sem consumidor”, diz o professor.

“Nós continuamos forçando participantes da Previdência a pagar pela sua própria Previdência, o que é frontalmente contrário ao princípio constitucional da diversidade da base de financiamento”, disse o advogado Flávio Roberto Batista, professor da Faculdade de Direito da USP, que tratou do aspecto jurídico da questão do suposto déficit da previdência. “Quando se faz uma conta honesta, não existe déficit da Seguridade Social. Aliás, se existisse o déficit, como explicar a DRU? A Desvinculação da Receita da União? A mordida de 30%?”, pergunta a contadora, especialista em administração tributária, Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal aposentada, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que também participou da mesa.

Além dos três pesquisadores, a mesa contou com Fábio Antônio Arruda, diretor do Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social no Estado de São Paulo (Sinsprev/SP), que trouxe para o debate, o cenário de decadência e destruição em que se encontra o INSS hoje. “Alterações internas têm destruído o conceito de solidariedade e o conceito de humanidade, tanto do governo, como daqueles que trabalham no serviço público”, afirma. Diante da possibilidade (que iria tornar-se ainda mais real alguns meses depois desse debate, em virtude

dos resultados das eleições) de extinção da carreira de servidor do INSS, criada com a reforma trabalhista e com a terceirização, somada a uma automação enviesada do sistema (INSS digital), cujo norte oculto é dificultar a concessão de benefícios ainda que passando por cima de critérios legais, Fábio diz que “a previdência que queremos” é apenas sonho. “Estamos aqui na luta pela previdência que podemos salvar”, disse.

Com larga experiência na defesa de trabalhadores, o advogado Antônio José de Arruda Rebouças, especialista em previdência e mediador desta mesa, diz que o poder judiciário tem retirado direitos dos cidadãos apenas alterando jurisprudências consolidadas, em grande parte estimulado pela campanha midiática para “salvar a previdência”. “Constatamos que inventam, no poder judiciário, normas que não constam de lei, nem de regulamentos, estabelecendo exigências para os segurados”, diz e cita dois exemplos de seu cotidiano. O primeiro de uma senhora que tinha direito de recorrer à junta de recurso no prazo de 30 dias e, ao dirigir-se à agência, descobriu que esse prazo seria apenas para fazer o protocolo de agendamento.

O segundo exemplo envolve um segurado cujo benefício cessou em 2015. “Propusemos ação em 2018. E não é que o tribunal confirmou a decisão do juiz, no sentido de que o INSS poderia mudar de opinião! É um descalabro. Então o meu cliente tinha que entrar com novo pedido e aí ele perderia uns 3 ou 4 anos de benefício”, contou Rebouças.

Fábio diz que o agendamento ocorre exatamente pelo déficit de servidores que existe na casa. O INSS conta, hoje, com 33 mil servidores. Destes, Fábio prevê que 18 mil deverão se aposentar em 2019. Segundo o diretor, 20% dos benefícios geram inconsistências, por causa da estrutura arcaica do INSS e da informatização incompleta e voltada a conter a concessão e não necessariamente operacionalizar os critérios legais de concessão. Nas agências, onde o segurado será obrigado a ir para resolver as pendências, enfrentará filas que já começam na triagem. “Na minha agência, por exemplo, houve períodos do ano passado em que o segurado esperava quatro horas para o atendimento. Imagine uma triagem em que você já espera meia hora, porque a fila vai até a rodovia. E depois você tem que esperar mais 4 horas para fazer o seu atendimento e, muitas vezes, precisa retornar porque faltaram documentos”, conta.

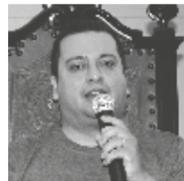


“A previdência que queremos é apenas sonho. Estamos aqui na luta pela Previdência que podemos salvar”

Eduardo Fagnani
Doutor em Economia pela Unicamp, professor Instituto de Economia/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit/IE-Unicamp). Coordenador da rede Plataforma Política Social (www.plataformapoliticasocial.com)



Fábio Antônio Arruda
Diretor do Sindicato dos Previdenciários de São Paulo (Sinsprev/SP).



Flávio Roberto Batista
Procurador na Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo e professor da Faculdade de Direito da USP e da Escola Paulista.



Maria Lúcia Fattorelli
Contadora, fundadora da Associação Auditoria Cidadã da Dívida



Antonio José de Arruda Rebouças
Advogado com especialização em Previdência Social e Direito do Trabalho





“Dos 33 mil servidores do INSS, 18 mil irão se aposentar em 2019”

Com o argumento de que os segurados não podem se “acomodar”, o INSS alterou o cálculo de benefícios de longa duração, de forma a reduzir o valor. Também criou critérios que adiam e dificultam o processo, como o abortamento do pedido de reconsideração do resultado de uma perícia médica, que permitia ouvir uma segunda opinião. “Hoje só tem o direito do recurso administrativo”, diz. Aquele, do caso que o doutor Rebouças contou. A dificuldade e o sofrimento em atender trabalhadores em desespero tem levado vários servidores a preferirem o trabalho interno, nos polos de análise de benefício. “Com ar-condicionado e condições um pouco melhores, em detrimento do atendimento à população. Isso é um problema generalizado e muitos desses servidores apoiam as medidas que foram feitas de reestruturação do INSS, que, apesar do viés de modernização com INSS digital, na prática é uma tremenda retirada de direitos”, afirma. No INSS Digital, o segurado preenche um protocolo que será depois analisado internamente – pelos servidores que restam nos polos de análise, ou terceirizados na forma de teletrabalho ou via web, em casa.

Os servidores já não podem dar a resposta da perícia no dia, pessoalmente. A resposta só pode ser dada a partir das 21 horas, por telefone ou pela internet. “Para garantir a segurança do ato pericial, garantir a segurança do perito. Particularmente acho um absurdo”, diz. O diretor fala ainda, rapidamente, sobre o vai e vem dos períodos de carência para que o trabalhador recupere sua qualidade como segurado quando perde um benefício por desemprego, por exemplo. “Antes era preciso cumprir apenas um terço desta carência. Com a adoção de medidas provisórias, durante um período era preciso ter novamente os 12 períodos de contribuição. Em outros momentos foi revogado e voltou a ser um terço e hoje é metade do tempo”, explica. Rebouças acusa setores do judiciário de conivência com essa situação, justificada pela adesão ao discurso presente na mídia, de que é preciso salvar o país e salvar a Previdência Social. “É um descalabro”, desabafou.

Previdência não é seguradora

“Ela não pode funcionar como se fosse um contrato, que você paga para depois receber e só recebe o tanto que pagou estritamente e gerando lucro para alguém, que é o que acontece na seguradora. A Previdência precisa urgentemente ter um replanejamento na sua arrecadação”, afirma Flávio. Maria Lúcia explica que o déficit aparece justamente porque os defensores da Emenda Constitucional 287, da reforma, não consideram o conjunto de fontes de receita que compõem o orçamento previdenciário, somam apenas as contribuições sobre a massa salarial. Por que eles querem desviar os recursos da Previdência para o pagamento de juros.

Flávio alerta para o crescimento contínuo da participação das contribuições sobre a massa salarial, pagas por empregados e empregadores, no orçamento da Previdência Social ocorrido a partir de 2005, o que afronta o princípio constitucional da diversidade de fontes de financiamento. “Aumentou de 40% em 2005, para 60% em 2016 (último dado disponível). Um aumento de 50%, aprofundando o lastreamento do financiamento na própria massa salarial do participante que vai receber essa Previdência no futuro”, conta. Essa concentração na massa salarial é definida pelo professor como insana, no sentido que Einstein dá ao termo “insanidade”, que é repetir um determinado procedimento esperando resultados diferentes.

O orçamento previdenciário é formado também pela Cofins, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, como o nome diz, especificamente criada para isso. Há ainda verbas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da Contribuição sobre Concursos de Prognósticos. Eduardo, da Unicamp, vê a história se repetir na campanha do déficit. “Eu vejo a tentativa de se fazer o que está se fazendo hoje, desde 1988, desde quando

o (José) Sarney, que era presidente da República, foi em cadeia nacional de rádio e televisão dizer aos congressistas constituintes: Se os senhores aprovarem essa constituição e o estado social, o país será ingovernável. E a pecha de ingovernabilidade permaneceu durante todos esses anos. Agora ela se transformou na ideia de que as demandas sociais, a democracia, não cabem no orçamento. É a mesma tese. Não tem diferença”, lembra.

Maria Lúcia diz que a solidariedade geracional está sendo inviabilizada por causa da política monetária suicida do Banco Central, que dá privilégios ao sistema financeiro e desvia recursos do Estado por meio de mecanismos que geram dívida, que ela chama de sistema da dívida. Segundo os cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida, esses mecanismos fizeram a dívida crescer R\$ 732 bilhões só em 2015 (leia mais na pág.46). Flávio lembra ainda outros princípios afrontados pela reforma, como o da universalidade. “Significa que nós não podemos excluir pessoas da Previdência, que é o objetivo da proposta de Emenda Constitucional 287, restringir cada vez mais a base”, afirma.

A Constituição também diz que a previdência deve permitir que as pessoas se sustentem com os rendimentos pagos, exatamente o contrário do que vem sendo postulado na proposta. “Não consigo entender que isso seja alguma coisa acidental. Isso é um projeto, um projeto de aprofundamento de uma aparente crise que depende desse pressuposto (de que o trabalhador deve financiar a própria previdência), que como eu disse, é falso, para continuar dando lastro argumentativo retórico para propor reforma em cima de reforma, para retrain a proteção previdenciária”, diz o advogado.

Os servidores públicos têm conseguido, a duras penas, segundo Flávio, manter o regime administrativo, que dilui a previdência no orçamento fiscal, protegendo os seus beneficiários, sejam ativos ou aposentados, nas questões de sustentabilidade ou de déficit e superávit. “Esse regime deveria ser também o da previdência geral. A Previdência Social que queremos tem que deixar imediatamente de ser gerida como uma seguradora. Previdência Social é social”, afirma.

Flávio defende, além do replanejamento urgente da arrecadação de recursos, uma reforma tributária profunda, que implante a verdadeira progressividade na arrecadação.

O professor Eduardo disse que estávamos, naquele momento (véspera do segundo turno das eleições), diante de um dilema crucial. “Ou teremos candidatos do campo progressista, vamos dizer assim, que ao menos interrompam esse processo criminoso. Ou, caso a direita ganhe, vamos concluir esse processo de destruição de uma forma avassaladora. Essa é a gravidade do momento atual”, disse.

Escândalo, escândalo, escândalo

Anatocismo – “Os juros são arbitrados em reuniões de representantes do mercado financeiro dentro do Banco Central. É um escândalo. Anatocismo, juros sobre juros, ilegal. Estamos emitindo título para pagar juros, afrontando o artigo 167 da Constituição. Estamos contabilizando juros como se fosse amortização, fazendo essa manobra para esconder contabilmente o valor gasto com juros.”

Swap cambial – “Você deve estar vendo esses dias, que o dólar está explodindo. Já está em quatro vírgula não sei quanto. E o Banco Central oferecendo contratos de swap cambial. Olha o nome de novo. Eles colocam esse nome para que ninguém entenda, porque vocês e todo povo brasileiro é quem está pagando o prejuízo dessa farra. O que é o swap cambial? É um contrato que o Banco Central faz, principalmente com instituições

PEC 287

O Averso da Previdência que queremos

- Quebra do princípio da solidariedade entre as gerações

- Fim da responsabilidade do Estado

- Protege fundos financeiros ao abrir espaço para planos individuais

- Trabalhador fica em risco, sujeito ao funcionamento do mercado financeiro

A Reforma da Previdência foi pensada para diminuir a fatia que ela consome do orçamento, deixando mais dinheiro para pagar a dívida

financeiras, dizendo o seguinte: se o dólar subir, eu te pago a diferença. Aí vocês podem falar: mas se o dólar cair? Nesse caso, tem o swap reverso: se o dólar cair, o Banco Central paga diferença. E outro dia nós vimos que existe o swap de arrependimento: se um investidor faz um swap achando que vai cair e de repente começa a cair, ele muda. Tem o swap de arrependimento, que tal? Tem parecer de auditor do TCU falando que isso tudo é ilegal, que é uma mera aposta, e continua acontecendo porque quem paga a conta está calado.

Crise fabricada – Eu pergunto a vocês, o Brasil teve alguma praga? O que provocou essa crise aqui? Nós batemos o recorde de safra agrícola, recorde de safra de exploração mineral, descobrindo novas jazidas, gente para trabalhar, clima saudável, terra melhor que existe, água, fontes energéticas, todos os minerais estratégicos (tem) nesse país. O que provocou a crise aqui mesmo? Foi essa política monetária! Praticamos juros de 14, 25% ao ano durante quase dois anos, enquanto o mundo inteiro estava praticando juros zero ou negativo. Em 2015, o prejuízo com swap cambial foi de R\$ 90 bilhões. Em um ano! Gente, 90 bilhões é o orçamento anual da educação. Só em 2015 nós emitimos além do necessário, R\$ 480 bilhões em títulos e depois que emite o título, no dia seguinte já tem que pagar juro. Emitiram meio trilhão de reais em títulos e a remuneração da sobra de caixa dos bancos atingiu em 2015, R\$ 1 trilhão o ano inteiro. Agora já está em R\$ 1,2 trilhão. Em 11 meses de 2015 a dívida cresceu R\$ 732 bilhões. O volume de investimentos em 2015 foi quanto? R\$ 9,6 bilhões. Todo esse crescimento da dívida foi para financiar a política monetária do Banco Central, por isso que nós publicamos o artigo “O Banco Central está suicidando o Brasil”.

Querem privatizar a Casa da Moeda – Não tem dinheiro para imprimir (moeda), então aprovaram a Lei 13.416, que autoriza imprimir o real no exterior (sem licitação). Quem vai controlar? Ao mesmo tempo estão permitindo a venda de empresas e terras para estrangeiros. Aí o dinheiro é impresso lá fora e chega alguém com malas de dinheiro. Isso não é ficção, ninguém vai esquecer aquela foto do apartamento do Geddel (Vieira Lima). Malas de dinheiro sem saber onde foram impressos, comprando fazendas em tudo quanto é lugar, empresa em tudo quanto é lugar. Gente, olha que avacalhado! Desde a idade média, um país, uma nação é reconhecida por sua capacidade de cunhar a própria moeda. É projeto do Banco Central, enviado para a Câmara e aprovado na surdina. Graças às nossas denúncias, a Casa da Moeda entrou com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e barrou a licitação, que já estava acontecendo.

Depósito voluntário remunerado – “Hoje sobra no caixa dos bancos cerca de R\$ 1,2 trilhão de reais. A gente nem sabe quanto é isso, estou falando de quase 20% do PIB, uma montanha de dinheiro. Por que esse dinheiro sobra? Porque para emprestar, os bancos querem juros de 200, 400% ao ano e aí, sobra. O que o Banco Central faz? Aceita essa sobra de caixa dos bancos e remunera isso diariamente. Diariamente. Como é que ele faz para remunerar? Entrega títulos da dívida pública para os bancos. Então, R\$ 1,2 trilhão da nossa dívida são títulos sendo usados para remunerar a sobra de caixa dos bancos. Vocês sabiam disso? Nos últimos quatro anos gastamos quase meio trilhão de reais para remunerar sobra de caixa dos bancos. É ilegal esse procedimento. Sabe o que o Banco Central fez? Enviou para Câmara, em dezembro de 2017, o Projeto de Lei 9248, que cria a figura do depósito voluntário remunerado, de tal maneira que os bancos vão poder depositar voluntariamente a sua sobra de caixa e o Banco Central vai remunerar. Nós temos denunciado, aí em vez de abrir processo e penalizar esse rombo de recurso público, estão criando uma lei para legalizá-lo.

Sequestrados pelo sistema financeiro

Em 2017, quase 40% dos R\$ 2,483 trilhões executados pelo orçamento da União foram usados para pagar a dívida pública segundo cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida, entidade civil que desde 2001 se dedica a estudar como foi feita e o que compõe essa dívida. Em valores absolutos, isso é pouco mais de R\$ 985,7 bilhões. “Educação ficou com 4%, a saúde 4% e a Previdência ficou com mais de 25%. Por isso ela é tão atacada. Por que é onde ainda tem recursos para tirar”, explicou a professora Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal e coordenadora nacional da Auditoria Cidadã, na abertura do terceiro dia do Congresso. “Quero mostrar onde a Previdência Social se encaixa no sistema da dívida”, avisa, e mostra que, de 1995 até 2014, o Brasil economizou – ou seja, retirou – R\$ 1 trilhão, por meio de contingenciamentos e cortes de despesas, para gerar superávit primário, que garante o pagamento do serviço da dívida.

E que neste mesmo período, o estoque da dívida interna saltou de R\$ 89 bilhões para R\$ 4 trilhões. “A dívida não cresceu em decorrência da ganância com os direitos sociais como diz a grande mídia e como diz o governo. Cortamos R\$ 1 trilhão e a dívida saltou de R\$ 89 bilhões para R\$ 4 trilhões”, repete a auditora, que mostra nesta palestra, passo a passo e de forma didática, que o serviço da dívida foi organizado para funcionar como um esquema de desvio de recursos da União para o sistema financeiro.

Na verdade, um sequestro dos recursos públicos por uma pequena parcela da sociedade, os rentistas, por meio de um conjunto de mecanismos de geração de dívida pública que ela chama de “sistema da dívida”.

Maria Lúcia afirma que todas as reformas propostas – trabalhista, da previdência e a tributária – estão conectadas e servem para manter o fluxo de juros sempre crescendo. Esse ajuste fiscal promovido nos últimos 20 anos para garantir o superávit primário foi, segundo a auditora, transformado em regra constitucional com a Emenda Constitucional 95, a PEC do Teto, que congela os gastos públicos – em saúde, educação, assistência social e manutenção do Estado – por 20 anos, menos os gastos com a dívida, porque o serviço da dívida não é gasto primário. “Tudo que sobrar (do orçamento) só pode ir para pagar a dívida. Isso, gente, é uma aberração! Não tem a menor lógica, a não ser a lógica do privilégio financeiro”, afirma.

A Reforma da Previdência foi pensada para diminuir a fatia que ela consome do orçamento, deixando mais dinheiro para pagar a dívida segundo a auditora. “A trabalhista é a mesma coisa, criou o trabalho inter-



Juro consome 39% do orçamento

Estes números são compilados todo ano pela Auditoria Cidadã com base nos dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que contabiliza os pagamentos efetuados pelo setor público. O total de recursos usados para pagar a dívida tem correspondido, a cada ano, a quase metade do orçamento total. A soma que chega a este índice tem sido questionada, segundo Maria Lúcia Fattorelli, por grupos ligados ao mercado financeiro: estaria equivocada porque contabiliza juros e amortizações da dívida pública pagos com recursos obtidos por meio de novos empréstimos; que estaria errado, pois inclui a chamada “rolagem” da dívida, as amortizações, pagas por meio da emissão de novos títulos, e isso seria apenas uma troca de títulos antigos por novos. “Em 2017, por exemplo, dos quase R\$ 1 trilhão gastos com juros e amortizações da dívida pública, o governo alega que R\$ 458 bilhões corresponderam à chamada ‘rolagem’, enquanto foram pagos de juros apenas R\$ 203 bilhões, mesmo em um ano no qual o custo médio da dívida federal foi de 10,29% ao ano (segundo o Tesouro), incidentes sobre um estoque inicial de R\$ 4,509 trilhões. Isso resultaria em um pagamento de juros próximo à faixa dos R\$ 464 bilhões, e não de apenas R\$ 203 bilhões. Portanto, estimamos que cerca de R\$ 261 bilhões foram retirados da conta de juros e misturados à chamada ‘rolagem’. Sem esta artimanha contábil, dos cerca de R\$ 1 trilhão de juros e amortizações da dívida pública, somente R\$ 197 bilhões corresponderiam à chamada ‘rolagem’”. O artigo completo está em www.auditoriacidada.org.br/mentirasverdades.

Nos últimos quatro anos gastamos quase meio trilhão de reais para remunerar sobra de caixa dos bancos

mitente; e a da Previdência, exige 25 anos de contribuição no mínimo. Como uma pessoa que trabalha dois dias por semana, ou os mais vulneráveis, os rurais, que trabalham apenas na safra; como esse pessoal vai completar 25 anos de contribuição? Só se viverem mais de 120 anos”, diz. Sobre a reforma Tributária, pouco discutida, informa que o projeto em análise, que tem relatoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) transforma contribuições sociais em imposto. “As contribuições sociais, pela Constituição, são vinculadas ao orçamento da Seguridade Social. O que vai acontecer quando se transformarem em imposto? Acabou a vinculação, vai para o caixa único, e daí para onde? Livre para pagar dívida pública”, afirma.

O serviço da dívida exige também, segundo Maria Lúcia, um programa contínuo de privatização. “Estamos perdendo nosso patrimônio desde Collor, passando por Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer, porque todos privatizaram. O dinheiro das privatizações vai quase que todo para pagar a dívida”, garante. Exige ainda uma política monetária suicida, que pratica a taxa de juros mais alta do planeta, impede a economia de funcionar e cria um país de agiotas. Ela cita ainda as benesses tributárias como mais uma exigência do serviço da dívida, e destaca a que isenta o investidor estrangeiro. “Qual a razão disso, se o trabalhador que ganha R\$ 5 mil paga 27% de imposto, mais contribuição social? Por que o estrangeiro, que recebe os juros mais altos do mundo, é isento?”, pergunta.

Maria Lúcia denuncia por fim, a criação de um esquema que desvia os recursos arrecadados com impostos antes mesmo de chegarem aos cofres públicos, chamado securitização de créditos. Uma espécie de “consignado” para entes públicos, feito sobre a arrecadação. Ela diz ter identificado esse tipo de “artimanha” em 2015, quando trabalhou na auditoria da dívida da Grécia, convidada pela deputada do Syriza, Zoe Konstantopoulou, para compor o Comitê pela Auditoria da Dívida Grega. “Olha o nome. Ninguém entende o que é isso. É um esquema para gerar dívida pública”, explica. Nestes contratos, é criada uma conta vinculada entre o credor – a instituição financeira- e o devedor, no caso, o Estado. Os créditos da arrecadação vão primeiramente para essa conta, de onde é retirada a parcela da dívida antes que os recursos cheguem aos cofres públicos. “Nunca vi nada mais escandaloso do que esse esquema”, afirma.

A razão dos problemas fiscais do país, afirma a auditora, são os gastos com esses mecanismos que geram dívida pública, não a Previdência, saúde, educação e segurança. “Porque vou falar para vocês, se a dívida estivesse crescendo, mas o dinheiro estivesse indo para investimentos públicos, eu estava aqui hoje batendo palma para essa dívida”, afirma. Todo esse dinheiro vaza para o próprio mercado financeiro, via pagamento de juros exorbitantes e sem justificativa “técnica, política, jurídica e econômica”. Em tom de indignação, Maria Lúcia desafia os economistas que criticam seu trabalho na auditoria da dívida. “Eu desafio qualquer economista a debater comigo. Não existe justificativa”, insiste. Mais do que injustificado, os juros da dívida são ilegais segundo os estudos da Auditoria Cidadã, porque se trata de cobrança de juros sobre juros, uma operação conhecida por anatocismo e que é ilegal, segundo Maria Lúcia. Segundo cálculos da Auditoria Cidadã, esses mecanismos fizeram a dívida crescer R\$ 732 bilhões só em 2015. “Isso é dívida, gente? Isso não é dívida”, diz Maria Lúcia, que acusa o Banco Central. “Essa crise foi fabricada por essa política monetária”, diz.



E agora, José?

“Sei que todo mundo já tem experiência nisso, mas acho complicado fazer os trabalhadores se organizarem, resistirem. Em abril do ano passado teve uma greve geral de 24 horas. Não sei como foi aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro foi muito violenta, a reação do Estado, e a gente também tem uma fragmentação dos sindicatos. Nesse dia houve uma cisão sobre como seria a manifestação, se seria um ato da CUT na Cinelândia às sete horas da noite, ou se seria um protesto caminhando, que começaria às três horas da tarde. Bom, sei que as bombas de gás lacrimogêneo acabaram com a manifestação. Foi terrível. Achei que ia morrer. Muitas pessoas que nunca tinham ido a uma manifestação e tiveram coragem pela primeira vez, não voltaram mais. Me deram leite de magnésio e aí eu consegui ver que não ia morrer. A gente está anestesiado, sim, mas assim fica difícil. Um rapaz perdeu o olho por causa de uma bala de borracha. Então, como vou convencer os colegas a saírem nas manifestações? A gente quer comprar equipamento de proteção individual, mas não pode porque mascarado está proibido, é taxado de black bloc. Eu adoro os black bloc, mas aí fica uma confusão. Por outro lado querem que a gente trabalhe cada vez mais. Então, como a gente vai se politizar?”

O que fazer agora? Essa pergunta pairou sobre a platéia do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde como um fantasma, que crescia na mesma medida em que as exposições e debates aprofundavam a análise do cenário atual do mundo do trabalho no país, e acabou tomando conta das discussões na tarde do dia 30 de agosto, sobre ações de resistência à perda de direitos e à precarização trazidas por companheiros da Argentina e do Canadá na mesa “O Pulso ainda Pulsa”. O depoimento acima é de uma psicóloga do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ), sobre a sua experiência ao tentar montar uma seção sindical para técnicos em educação na instituição. Ela aproveitou o espaço aberto no debate para pedir ajuda e orientações a João Hilário Valentim, um dos integrantes da mesa, procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical, a Conalis.



Claude Melançon
Coordena a Canadian Association of Labour Lawyers (CALL); especializou-se em leis trabalhistas internacionais, integração econômica e acordos de cooperação internacional



Simon Archer
Membro da CALL e co-diretor da Rede de Pesquisa Comparada em Direito e Economia Política da York University



João Hilário Valentim
Procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical, a Conalis



Luis Carlos Moro
Bacharel em Direito pela PUC de São Paulo (1989), com especialização em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP



Matias Cremonte
Presidente da Asociación de Abogados Laboralistas (AAL)



Maximiliano Garcez
Advogado Trabalhista, presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais

Antes dela, duas outras pessoas já haviam feito perguntas no mesmo sentido, embora envolvendo questões mais específicas do sindicalismo, como o enfrentamento de medidas antissindicais; sobre o custeio sindical ou ainda a dificuldade de ampliar o debate, envolvendo o trabalhador que está desmobilizado, por exemplo. “Devo dizer que o movimento operário na Argentina, ainda que esteja, talvez, mais atomizado e dividido do que em qualquer outro momento de sua história, está dando resposta”, disse o advogado Matías Cremonte, presidente da Asociación de Abogados Laboralistas (AAL), que trouxe para o debate a experiência da Argentina no enfrentamento de uma reforma trabalhista muito semelhante à aprovada aqui no Brasil.

O advogado trabalhista canadense Claude Melançon, que falou como representante da Canadian Association of Labour Lawyers (Call), lembrou das ações que realizou em parceria com colegas brasileiros e que resultaram no fim da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), em 2005).

Depois de um rápido relato sobre o que foi a Aliança Social Continental (ASC) e os seus Fóruns Sindicais, realizados em paralelo aos eventos formais de negociação da Alca, Claude lembra que a geração mais jovem, a do seu filho, cresceu com uma nova mentalidade, que acredita nas possibilidades da democracia participativa, que é possível criar um partido só de trabalhadores. “E que esse partido pode chegar ao poder, lutar contra a fome, contra a injustiça social. E pode conseguir! E mais uma vez. Isso nunca é garantido, não se pode ignorar isso, principalmente agora. Tem que lutar por isso mais uma vez”, disse.

O advogado canadense considera que a ASC foi um movimento especial, criado com “as implicações e a criatividade da sociedade civil brasileira, dos advogados trabalhistas do Brasil, que alguns anos depois, nos levou para a experiência magnífica dos Fóruns Sociais. Estou contando isso para vocês porque acho que a nossa experiência em comum, a solidariedade nessa experiência, fez com que a gente ganhasse essa guerra contra a Alca. A Alca não aconteceu porque as pessoas se levantaram, juntas na sua diversidade e em solidariedade, para parar”, disse Claude, que ainda garantiu. “A gente espera estar junto com vocês para ajudá-los a levar essa luta adiante, porque temos o mesmo inimigo”.

Tudo de novo, agora

Logo no início das discussões, Matías havia dito que, de todas as formas de precarização do trabalho levadas adiante nos últimos 40 anos, a de maior êxito é a terceirização, que segundo ele tem um objetivo político além do econômico.

O advogado explica que, com o contrato de empresas terceirizadas, os empresários dividem os trabalhadores de uma mesma fábrica em sindicatos diferentes, com convenções coletivas de trabalho distintas, de forma que não exista um conflito único, em um mesmo momento, capaz de unir os trabalhadores dentro da fábrica ou nos polos de trabalho.

Os argentinos estão promovendo uma onda de greves no país, como protesto contra as medidas de ajuste econômico do governo de Mauricio Macri. Em junho, Macri conseguiu que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovasse um empréstimo de 50 bilhões de dólares (195 bilhões de reais), equivalentes a quase 10% do PIB argentino, que deverá ter, como contrapartida, um forte ajuste fiscal a partir de 2019. A Conferência Geral do Trabalho (CGT), a central trabalhista histórica da Argentina, havia ameaçado parar o país caso o acordo fosse firmado. Eles cumpriram a promessa dias depois, em 25 de junho.

Antes disso, os argentinos já tinham vivido uma profusão de paralisações de categorias específicas, como os funcionários públicos e caminhoneiros na semana anterior, e de marchas de organizações sociais e políticas, que pediam mudanças na política econômica. “Com todas as suas diferentes posições ideológicas, políticas e sindicais, se uniram para uma greve geral há dois meses, e uma nova greve geral acaba de ser chamada para o dia 22 de setembro”, contou Matías em sua palestra. Essa segunda greve teria impactos também no Brasil, com o cancelamento de voos entre os dois países.

Matías diz que este movimento não irá derrubar o governo imediatamente, mas cria dificuldades para que ele imponha seu programa econômico e seu plano de flexibilização e precarização trabalhista pela via legal. “As poucas experiências de triunfo e progresso dos trabalhadores têm a ver com o retorno às ferramentas essenciais e originais dos trabalhadores”, afirma. O advogado Maximiliano Garcez, que abriu os trabalhos da mesa, havia lembrado o caso dos azeiteiros e Matías usa essa experiência como exemplo. “Não são os únicos, mas é uma experiência muito interessante, porque é uma federação nacional forte”, diz.

Os azeiteiros enfrentaram e venceram poderosas empresas multinacionais, como Cargill, Dreyfus, Cofco (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China, uma das empresas estatais chinesas de produção de alimentos), Tim, utilizando as primeiras ferramentas dos trabalhadores: assembleia nos locais de trabalho, onde também tinham representantes sindicais, e a greve. “Há 10 ou 15 anos na Argentina, uma frase muito comum é que a greve já não tem efeito, não tem sentido fazer greve, porque não provoca dano, porque ... por duzentas razões”, lembra Mathias.

As greves dos azeiteiros, no entanto, tiveram impactos importantes nas exportações do país e garantiram que a categoria terminasse o ano com um acordo que prevê aumento do salário inicial da categoria de US\$ 31.250 para US\$ 43.821,83 em janeiro de 2019, o que representa um acréscimo de 40%, com revisão prevista em julho, além de um bônus de fim de ano de 33.733 pesos.

Os argentinos também venceram uma das maiores empresas de entrega de compras feitas pela Internet no país fazendo greve. Além de reforçar o poder da paralisação, Matías usa o caso para falar sobre o que ele chama de o “paradigma do fim do trabalho assalariado, do trabalho subordinado e da relação de dependência” que surgiu com os aplicativos de trabalho como o Uber, ou em virtude do comércio virtual. “Encontraram uma forma de responder a dúvida sobre se são trabalhadores, ou são empresários autônomos”, disse. O advogado diz que a discussão neste momento é como dar proteção a essa nova forma de trabalho. “Não temos claro. É uma discussão dos advogados, dos juízes e que se dá na academia”, explicou.

Estímulo ao diálogo social

João Hilário Valentim, da Conalis, diz que o movimento sindical brasileiro passa por um momento de extrema dificuldade nas negociações coletivas, uma situação que vem desde antes da reforma. “Ela se agrava porque, embora a nova legislação não mexa nos pilares da organização sindical brasileira, quebrou uma parte dessa estrutura que era o custeio pela contribuição sindical”, diz o procurador. O fim da contribuição sindical obrigatória colocou os sindicatos em uma condição de penúria, segundo João Hilário. “Comparando a arrecadação vinda da contribuição sindical do ano de 2017 com a de 2018, a redução é da ordem de 90% ou mais para as entidades sindicais obreiras”, diz.



Ato na Praça do Congresso em Buenos Aires.

Divulgação/CGT

Terceirização ilimitada

Pouco antes de iniciar o debate, o mediador da mesa, Luís Carlos Moro, trouxe a notícia de que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por 7 votos a 4, a terceirização sem limites. “Tenho impressão de que a história vai cobrar dos integrantes da suprema corte o trabalho concentrado que tem sido feito contra os direitos dos trabalhadores, de efeitos não só econômicos, mas principalmente sociais. Tenho impressão que cobrarão dos ministros do Supremo Tribunal Federal muito rapidamente, se não por suas consciências, pelo menos por suas responsabilidades”, disse Luís Carlos.

A Call-Acams

A Canadian Association of Labour Lawyers reúne 500 advogados trabalhistas que atendem exclusivamente trabalhadores, incluindo profissionais independentes e artistas. A Call, como é chamada, mantém um Comitê Internacional, que age principalmente na América Latina e especialmente para desenvolver a colaboração entre organizações trabalhistas e também, ações de solidariedade. O primeiro contato dos advogados da Call com a militância sindical brasileira ocorreu há 20 anos, quando se formou a Aliança Social Continental (ASC) para barrar a formação da Alca.

O problema se agrava porque muitos sindicatos têm estruturas montadas há anos, que incluem programas sociais e assistenciais das mais variadas formas, que ficaram de um ano para o outro sem verbas. O procurador diz que parte dessas dificuldades vem dos empregadores, que acenam com facilidades na hora de dispor sobre a questão do custeio sindical, em troca da inclusão da pauta precarizante da reforma nas negociações. “A gente tem relatos de casos em que empresas tentam criar dificuldade com relação ao desconto e ao repasse das mensalidades até das filiações voluntárias”, conta João.

Os procuradores da Conalis tentam lidar com esse problema por meio de estímulo ao diálogo social, colocando o Ministério Público como uma instância disposta e aberta para fazer a intermediação, garantindo um espaço de conversa entre patrões e empregados, e promovendo debates com os sindicatos. Conseguiu realizar dois encontros, no Paraná e no Espírito Santo.

No início de sua fala, João Hilário disse estar, juntamente com seus colegas, numa situação delicada. “Falo institucionalmente e de uma instituição que compõe o governo e que nesse momento tem, com relação aos direitos laborais, desempenhado um papel um tanto quanto prejudicial para os trabalhadores.

A nossa instituição sofre um pouco também com essa questão”, avisou. Na tramitação da reforma trabalhista, os procuradores do MPT enviaram ao Parlamento uma série de notas técnicas e estudos demonstrando os problemas não só de natureza constitucional, mas também convencional, com relação aos tratados e convenções internacionais que o Brasil já ratificou, além do retrocesso e da crise social. E brigou de forma mais intensa contra a garantia legal de prevalência do negociado sobre o legislado, algo que sempre existiu na legislação brasileira, mas que estava condicionado a uma melhora nas relações de trabalho. A lei aprovada derrubou essa condição.

João Hilário diz que o MPT não desistiu da briga, mesmo depois de aprovada a Lei 13.467, que instituiu a reforma. “O marco normativo está posto, mas olhando para determinadas situações que nós já vivemos, temos um alento nesse momento de tentativa de construção de uma nova realidade normativa”, diz o procurador. A ideia é que alguns dos dispositivos da lei “não colem”.

De novo, o que fazer?

“Identificar quem é o empregador e pegar essa doutrina legal, jurídica e pensar que vamos achar uma solução, não funciona mais”, disse o colega de Claude na Call, Simon Archer. Ele conta que no Canadá, a representação sindical é fábrica a fábrica e ele tentou mudar isso, propondo aos sindicatos o modelo brasileiro de representação, por setor da economia. “Pensamos que poderíamos mudar algumas regras da ação coletiva, para tentar achar uma arbitragem que pudesse habilitar os sindicatos e melhorar as condições de trabalho também, mas essa não foi a resposta. Mudar uma regrinha aqui, uma regrinha ali, não é o que faz a diferença de verdade”, disse.

A tendência no Canadá é uma diminuição cada vez mais intensa da influência dos sindicatos na sociedade e nas questões políticas e Simon acredita que a introdução do sistema de representação setorial seria uma resposta adequada para a precarização que se instala no país, mas não conseguiu convencer os sindicatos, que seriam os maiores interessados. “Na verdade, não queremos mudar a lei, queremos mudar a cultura, a maneira como as pessoas pensam sobre si mesmas e sobre a maneira com elas entendem suas vidas”, disse.

Aliança Social Continental

As reuniões para instalação da Alca haviam se iniciado na segunda metade dos anos de 1990. Em 1995, grupos do Canadá, Estados Unidos e México promoviam então, encontros e fóruns de debates paralelos à realização da Cúpula das Américas, fórum onde surgiu a ideia de criar uma aliança comercial entre os países do continente, que aconteceu em Miami (EUA) em 1994.

A partir do Congresso Laboral Canadense (CLC) e da mudança do perfil da direção na AFL-CIO (por sua sigla em inglês, Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais), mais progressista, e com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, iniciou-se um processo de continentalização do debate, que teve como ferramenta a hoje extinta Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit).

O sindicalista Gonzalo Berrón, que na época estava na CUT, conta, em uma coletânea de ensaios sobre os dez anos da ASC publicada pela Fundação Perseu Abramo (*Alca dez anos - Fracasso e alerta a novas negociações*, São Paulo, 2015) que as ações da sociedade civil organizada se deram no contexto desses eventos oficiais principais, com a criação do Fórum Sindical, um espaço paralelo e crítico de participação. O primeiro foi convocado pela AFL-CIO e pela Orit em 1995, para acontecer paralelamente a uma reunião ministerial da Alca em Denver. Neste primeiro encontro foi redigida uma nota questionando a ausência de discussão sobre direitos trabalhistas e ambientais nessas reuniões.

O segundo Fórum Sindical foi convocado pela Orit no ano seguinte, para acompanhar a segunda Reunião Ministerial, desta vez em Cartagena. Foi elaborado um documento com as reivindicações trabalhistas e sociais, e apresentado a um representante do governo colombiano, que se comprometeu a distribuí-lo entre participantes da conferência. E aprovou que, no ano seguinte, na Reunião Ministerial de 1997, em Belo Horizonte, tentariam trazer outras organizações sociais e ONGs para a briga, além de promover uma manifestação de rua.

Isso ocorreu no terceiro Fórum Sindical, que chamou Nossa América e contou com a participação dos sindicatos canadenses em seu núcleo de formação, além da Orit e da CUT, e com a presença de delegações sindicais e sociais dos EUA, México, Canadá e Chile. A ideia de criação de uma aliança continental para lutar contra a Alca surgiu neste Fórum e iria ser configurada na primeira Cúpula dos Povos, realizada em 1998 em Santiago, no Chile, paralelamente à 2ª Cúpula das Américas e protagonizado pela Orit, que impulsionou o trabalho conjunto com as ONGs, os movimentos sociais, de camponeses e de mulheres.

Em 2001, em Quebec, a segunda Cúpula dos Povos mobilizou cerca de 50 mil pessoas em sua marcha final e iniciou a construção de uma campanha continental contra a Alca.

Claude Melançon esteve no Brasil pela primeira vez em 1997, para participar da reunião de Belo Horizonte. “Tínhamos esse problema (a Alca) em comum. A gente sabia que era ruim, eles também sabiam que era ruim, a gente tinha muito medo do que poderia sair dali. Então a gente precisava trabalhar juntos”, conta. O lançamento oficial da campanha ocorreu durante o 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2002, com uma marcha de 80 mil pessoas.



Fórum Social Mundial de 2007, em Nairobi

divulgação/FSM

MPT

O Ministério Público do Trabalho não é o Ministério do Trabalho, mas um dos ramos do Ministério Público da União. Temos ainda o Ministério Público estadual. Todos eles, falando genericamente, compõem instituições independentes dentro da estrutura do Estado, que têm como princípio a defesa do regime democrático, da ordem jurídica, e a defesa dos direitos sociais e individuais.



Exemplos de vida e de luta

Marilu Cabanãs
Jornalista, repórter da
Rádio Brasil Atual,
moderadora da roda de
conversa



Mariana Santos Assis
Professora e militante do
movimento negro



Iracema Santos
Quaresma de Assis
pedagoga, mãe de
Mariana



Carlos Damarindo
Secretário de Saúde do
Sindicato dos
Bancários e Financieiros
de São Paulo, Osasco e
Região



Gabriel Simeone
Um dos coordenadores
do Movimento dos
Trabalhadores Sem-Teto
(MTST)



O 5º Congresso terminou com uma roda de conversa, intermediada pela jornalista Marilu Cabañas, sobre três experiências de resgate de direitos humanos, as dificuldades, as contradições, o sofrimento e as conquistas. Participaram da mesa, além da Jornalista, a professora Mariana Santos Assis, militante do movimento negro; Gabriel Simeone, que é um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Carlos Damarindo, secretário de saúde do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região. Marilu é repórter da Rádio Brasil Atual, trabalho que lhe rendeu vários prêmios, dentre os quais o 13º Troféu Mulher Imprensa, em 2018.

Ela decidiu começar a conversa com Mariana, uma sobrevivente da pobreza e do racismo, entrevistando primeiro a mãe, Iracema Santos Quaresma de Assis. “Para começar já quebrando o padrão”, explicou. Mariana formou-se mestre em linguística aplicada e hoje cursa doutorado em teoria e história literária na Unicamp, além de dar aulas na rede municipal de São Paulo e militar no movimento negro.

Marilu – Iracema, como é ter uma filha formada dentro dessa trajetória, numa época em que não havia política pública que ajudasse?

Iracema - Foi difícil, mas sinto muito orgulho quando olho para trás. Trabalhava em casa de família e a Mariana sempre, desde pequenininha, sempre falava: - Mãe, vou estudar na Unicamp. Vou estudar na Unicamp. Nessa época nem entendia direito o que era faculdade, para ser sincera. Hoje ainda não sei, mas tenho um pouco mais de noção. Ela estudava em escola pública, entrou naquele cursinho, sabe? Da Poli. Ela e a irmã, que conseguiu passar primeiro para (Universidade) Federal do Rio. Depois foi

ela, para a Unicamp. Hoje em dia, cada uma das três filhas tem sua vida, eu moro com uma só e aí, com 60 anos, fiz uma Faculdade de Pedagogia. Era um sonho que eu tinha.

Marilu - Como era quando você era criança? Onde você morava?

Iracema - Sou baiana de Boa Nova, Bahia. Minha mãe faleceu, fui criada com uma família. Estudei em escola que não era escola, não era em colégio, era em casa. Depois vim para São Paulo e acabei mudando de um lugar para outro muitas vezes, mas terminei a quarta série. Depois, só quando já tinha minhas filhas, fui fazer o ensino médio. E a faculdade com quase 60 anos. Fiz um estágio no CIEE para pagar.

Marilu - Parabéns Iracema, você vai continuar aqui com a gente. Vou perguntar agora para sua filha. Mariana, você pode falar sobre a importância da sua mãe na sua trajetória?

Mariana - O que ficou nítido quando comecei a dar aulas na rede pública é que a família ainda faz uma diferença muito grande na formação. É um diferencial que vem inclusive para refutar o discurso da meritocracia. Não é só uma questão de querer para conseguir, precisa de alguma base. Por mais que você não tenha condições financeiras e tudo o mais, ter uma família que pelo menos diga que existe a possibilidade de estudar, que existe a possibilidade de algo diferente daquilo que você vive, faz uma diferença muito grande. Quando você está muito distante da realidade mesmo de quem é pobre, certas coisas não fazem sentido. Por exemplo, o fato de que grande parte das pessoas da periferia ainda não sabem que existe universidade pública. Não sabem que existe. A pessoa quer até o limite do que sabe que existe. A população pobre hoje no mundo não tem direito ao sonho, porque não tem matéria do sonho. Quando você tem uma família, ela dá pelo menos, o direito de sonhar. Acho que é esse o papel da família.

Marilu - A criança negra, a mulher negra tem uma condição pior ainda...

Mariana - é ainda pior. Se o pobre não tem direito ao sonho, a pessoa negra tem ainda menos, porque ela sequer é um ser humano na nossa sociedade. O sonho é algo essencialmente humano e essa humanidade nos foi negada historicamente. Não é uma possibilidade o afeto, a própria família não é uma possibilidade. A gente tem uma mídia que inviabiliza a família negra, que mostra o amor negro sempre submetido a uma presença branca, que traz o aspecto humano que o negro não tem. A humanidade negra ainda está em construção.

Marilu - Até que ponto a arte pode ajudar a mudar esse quadro?

Mariana - Desconstruir essa ideia de animalização do sujeito negro é urgente, é essencial e a arte é uma produção essencialmente humana e altamente política. Os estudos literários são extremamente preconceituosos e limitados. Existe uma literatura negra forte, consolidada, com grandes nomes. Não é na escola que se aprende o que é o amor, o que é a tristeza, o que é a saudade, o que é a solidariedade. Aprendemos isso através da arte, da literatura. E quando a gente põe a literatura negra, o negro falando através da arte, da cultura, além de ter uma perspectiva nova, é uma perspectiva que vai de fato desconstruir as mentiras que nos foram contadas historicamente. Nós estamos dizendo que essas pessoas são seres humanos, que são capazes não só de sentir e vivenciar sentimentos humanos, mas de definir esses sentimentos.

“Não é na escola que se aprende o que é o amor, o que é a tristeza, o que é saudade, o que é solidariedade. Aprendemos isso através da arte”

Nos descaminhos um caminho



“Sou de uma família de classe média baixa, mãe separada, da região de divisa com Diadema, perto do zoológico. Minha mãe digitava as multas da CET. Veja: meu avô trabalhou na mesma fábrica a vida toda. Minha avó foi dona de casa, minha mãe teve quatro empregos. Eu tenho 32 anos e já tive pelo menos 10 (empregos). Minha mãe morou durante toda a vida em três casas. Minha avó em duas e eu, em pelo menos seis. Existe uma aceleração do mundo.”

Povo sem medo (São Bernardo do Campo/SP - 2017)

Total de Famílias

12 mil - cerca de 33 mil pessoas
62,2% composta por três pessoas
30,7% recebem Bolsa Família

Estão na escola

93,6% dos que têm 4 e 5 anos
97,6% dos que têm de 6 a 14 anos
83% dos que têm de 15 e 17 anos

População

Economicamente Ativa: 73,1%

Renda: R\$ 1.137,00

Mulheres: 53,4%

Negros: 59,8%

Desemprego: 41,8%

Ocupações mais comuns: diarista; ajudante geral; auxiliar de limpeza; garçom; motorista, auxiliar administrativo, operador de telemarketing e pedreiro.

Gabriel Simeone é um dos coordenadores do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Um movimento de luta por moradia que conseguiu angariar, em duas décadas, “um rol de conquistas”, nas palavras de Marilu Cabanas. “Desde a ocupação na avenida Paulista, em frente ao escritório da presidência da República, até a ocupação em São Bernardo do Campo, com milhares de sem-teto. Eles ocuparam e conquistaram”, disse a jornalista, que começou com uma provocação dizendo que, depois de tratar do racismo com Mariana, a conversa com Gabriel iria falar sobre os sem-teto, outro grupo de pessoas mal vistas na sociedade “porque invadem. Na realidade não invadem, ocupam. Estou justamente querendo provocar essa discussão. Como você, tão jovem, se engajou no movimento sem-teto?”, perguntou, provocando na verdade, o início de um forte, profundo e honesto depoimento sobre como é a vida de um jovem pobre na grande cidade de São Paulo.

“Fui parar no MTST porque escolhi uma profissão. Escolhi ser eletrônico e fui fazer Senai longe de casa. No Senai conheci um colega, fomos fazer estágio numa firma e as coisas deram muito errado. Acabou que fui morar no Campo Limpo e o MTST fez uma ocupação do lado. E eu, como era meio acelerado, já morava na casa da sogra, não queria morar com ela e fui morar na ocupação. Foi esse mais ou menos o caminho.” Assim Gabriel explica a sua chegada ao MTST aos 17 anos de idade, começando o que ele define como o “tempo em que pude decidir o que fazer da vida”.

Hoje, aos 32 anos e alguns casamentos depois, Gabriel reconhece um grande amadurecimento nestes 15 anos de militância. “Pude conhecer o outro lado da vida da minha mãe”, disse o militante, que se descobriu parte de uma história nada especial. “Não havia particularidade alguma naquela situação, ela era mais uma pessoa que trabalhava para tentar, no limite da vida, manter as coisas funcionando. As pessoas que vão parar no MTST são pessoas desse tipo”, descreveu.

Ele responde à provocação de Marilu expondo o grande dilema de um ocupante. “Lutam por uma propriedade, combatendo outra. Essa contradição é absurdamente corrosiva. As pessoas se sentem mal. Pensa a vida de uma senhora ou senhor aposentado que, no limite, vai para a ocupação e monta seu barraco. Essa poderia ser a parte mais dura da luta, mas não é”, diz. Segundo Gabriel, a parte mais dura é quando essas pessoas voltam para a sua comunidade e reencontram seus vizinhos. “Nossas ocupações estão inseridas em bairros. As pessoas não moravam, em sua maioria, na rua; dividiam um cômodo em 6, 7, 8 pessoas; pagavam aluguel de dois terços do salário, às vezes até mais do que isso; moravam de favor, sofrendo humilhações. Essas pessoas continuam dividindo a ocupação com essa submoradia por um tempo”, explica.

O que ele diz ser doloroso é quando, por exemplo, um vizinho pergunta a essa senhora, “o que faz uma mulher honrada, conhecida na comunidade há tantos anos, querer tomar a terra dos outros e se enfiar no meio desse monte de vagabundo e drogado”. “Como essa senhora responde? Porque ela, em alguma medida, concorda com isso. A ida para a ocupação é a derrota de uma pessoa que trabalhou a vida toda. Ela não vê, assim como eu não via na minha mãe, aquilo como um problema social; ela sente culpa e muitas vezes, se deprime”, conta Daniel. Ele fala ainda que a luta por uma causa é vista com desconfiança pela sociedade, que termina por criminalizar a militância. “É vista como um oportunismo disfarçado”, afirma.

Gabriel termina com uma quase resignação: “Essa é a nossa vida”. Marilu encerra o assunto citando um estudo do Dieese que traçou o perfil dos moradores da ocupação de São Bernardo organizada pelo MTST e comprovou que a maioria era de trabalhadores, com filhos matriculados na escola e renda mensal.

Nova ordem dentro do caos

O terceiro participante, o bancário Carlos Damarindo, faz parte de uma das categorias mais afetadas pela tecnologia da informação. O perfil dos bancários mudou na mesma proporção da transformação por que passaram as instituições financeiras. As possibilidades de operações online e a comunicação máquina a máquina – a chamada 4ª onda de automação – reduziram o número de bancários, que não são mais operadores de caixas na sua maioria, mas gerentes. A função primeira também não é mais prestar serviços aos clientes, mas vender produtos financeiros. A paralisação das agências não afeta mais a economia como antes.

“No momento em que o Brasil passa por um desmonte por causa da reforma trabalhista, o Sindicato dos Bancários consegue um acordo que pode ser considerado histórico no meio desse desastre todo”, diz Marilu, ao apresentar o caso que Carlos iria contar. Os bancários conseguiram, em pleno ano da Reforma Trabalhista, aumento real e a manutenção dos termos da convenção coletiva por mais dois anos. Entre as mais de 70 cláusulas que foram mantidas está a licença maternidade de seis meses e o desconto do vale transporte de 4% do salário base. Para Carlos, no entanto, a maior vitória foi a garantia de que a convenção assinada agora vale para bancários do Brasil todo, “do extremo norte e do extremo sul”, por dois anos.

Ele conta que a vitória de hoje começou a ser construída em 2016, como fruto do reconhecimento de erros cometidos antes ainda, quando teve início a retomada dos movimentos de rua no país, e como uma tentativa de “criar uma nova ordem dentro do caos”. “Em 2014, quando começou o processo de movimento de rua, nós erramos também. Não fomos capazes de entender o que estava acontecendo, a questão do passe livre. Tem uma série de erros que aconteceu”, reconhece. A partir dessa reflexão, e com apoio de uma assessoria bem articulada que incluiu o Dieese e um quadro de sociólogos, segundo o sindicalista, os bancários conseguiram antecipar o que estava por vir. “A gente observou que o que vinha pela frente era um golpe, um golpe de estado. Um golpe do judiciário. Talvez na sua essência, do STF como um todo. Essa coisa da Lava Jato”, explica Carlos.

Prevedo que haveria uma retirada brutal de direitos trabalhistas, o Sindicato dos Bancários e a Confederação se organizaram para assinar, já em 2016, um acordo de dois anos. “Tivemos muitas críticas, mas já sabíamos que estava por vir uma reforma trabalhista que iria retirar direitos, estava começando a ser debatido o negociado sobre o legislado, enfim, a gente usou de uma estratégia”, explica o sindicalista. Estratégia que incluiu uma proximidade maior com a categoria, e o seu convencimento. “Por que se a categoria estiver contra... Tem 10 mil trabalhadores nas concentrações de um Bradesco, por exemplo, na Cidade de Deus. Dez mil trabalhadores nos atropelariam com muita tranquilidade. A gente tem que ocupar um espaço, convencer as pessoas da importância de ter um coletivo, da importância de viver coletivamente”, conta.

Entre os direitos que a categoria conseguiu manter, além da licença maternidade de seis meses (acima dos 4 meses legais), e do desconto de 4% do vale transporte, (quando a lei diz que é de 6%), está a inclusão na convenção, também, dos bancários que ganham acima de R\$ 11 mil. “A reforma diz que esse trabalhador teria de negociar individualmente”, explica. Os bancos tentaram compensar a derrota que sofreram retirando a participação nos lucros dos bancários e bancárias afastados por licença de saúde (maternidade, doença do trabalho ou doença comum), mas o resultado foi uma derrota ainda maior. “Foi a deixa para criar uma comoção. A categoria é formada na maioria por mulheres, são futuras mães, e isso invadiu as redes sociais. Eles tiveram de voltar atrás”, conta Carlos.



“No momento em que o Brasil passa por um desmonte por causa da reforma trabalhista, o Sindicato dos Bancários consegue um acordo que pode ser considerado histórico”

Arte da resistência para resistir

Minas de Marmato, cidade natal de Iván Cocherín e Luísa Fernanda Gómez Duque

Trechos do livro de Iván

"Este cuaderno no lo escribí yo, lo escribió el desespero de los desocupados que llenan el pavimento de las ciudades del mundo. Lo escribió el grito hambriento de las madres proletarias. La muerte oscura de los mineros anónimos. El llanto enclenque de los niños del suburbio. El jornal escaso de las escogedoras de café. La anemia de los campesinos explotados y la tragedia de las mujeres caídas, víctimas del sistema capitalista"



colombiaplural

"Aquí, a miles de Kilómetros de mi patria, - mi patria está donde tú estás y donde hay otros explotados como yo - , viven unos campesinos en infectos bohíos que trabajan la tierra desde hace diez y veinte años. Pero ahora la ley quería arrojarlos de sus chagras con códigos telerañados y la fusilaría oficial; resistieron. Yo dejé caer mi palabra sencilla pero reivindicativa sobre los abortos campesinos... hablé Natacha, para aquella tumultaria de labriegos. Les decía Natacha, que la tierra es de los que se curvan sobre ella para arrancar a sus entrañas el fruto generoso. La tierra escuchaba. La tierra acechaba"



colombiaplural

Iván Cocherín, autor da obra que a advogada Luísa Fernanda Gómez apresentou na mesa *América Latina Resiste: O Mundo do Trabalho na Crise do Capital* como uma forma de resistência, é um célebre escritor colombiano, nascido em Marmato, cidade natal de Luísa, em 1909 e muito ativo no cenário literário da região de Caldas, onde fica a cidade, nos férteis anos de 1960 e 1970. Neste período a literatura latino americana viveu um boom, protagonizado por autores como o também colombiano Gabriel García Márquez, Julio Cortazar, da Argentina e Mario Vargas Llosa, no Peru, entre outros.

Caldas, onde está Marmato, é uma região histórica de mineração, e portanto, de superexploração do trabalho. Marmato é o quarto município mais antigo da Colômbia. Localizada no alto da encosta especialmente acidentada da colina chamada El Guamo, a cidade foi propriedade de uma única família. Sua população foi formada por escravos negros, que trabalhavam nas minas, intensamente explorados pela família espanhola que a colonizou. As novelas de Iván Cocherín, pseudônimo de Jesús González Barahona, retratam a pobreza e o desalento que marca a vida dos seus conterrâneos. "É um autor que levou para sua obra, personagens que são a expressão do desenraizamento, da solidão, da desesperança", definiu o também escritor, Otto Morales Benítez, em uma palestra sobre Iván.

Nadie, o primeiro romance de Ivan, escolhido por Luísa para a sua palestra, foi publicado em 1939 e "conta a história de um homem anônimo que recolhe os escritos que Sérgio Nadie (Sérgio Ninguém), proletário morto por tuberculose, deixou em pobre morada. Todos dirigidos a Natacha, um amor distante e intenso", explica ela, que relaciona as precárias condições de vida descrita nesta novela, às condições atuais dos trabalhadores colombianos. "Estas vozes, nestas vozes, graças a elas se desenha o retrato, o auto retrato do trabalhador que encarna o teatro trágico do presente. No túnel (das minas), na planta industrial, a fábrica, o escritório, o cubículo, a rua, em todas as partes aparecem os protagonistas desta realidade literária que me ocupa na busca da sub-

jetividade obreira, que se recria e se constitui desde as narrativas comprometidas com um projeto político libertário", explica.

Na região de Caldas, Cocherín é uma celebridade. A biblioteca municipal e a casa de Cultura de Marmato foram batizadas com o seu nome. Ou melhor, seu pseudônimo, inspirado em um apelido que ganhou na infância, em virtude de seu fascínio por um toureiro que passou por Marmato, segundo conta Carlos Enrique Ruiz em entrevista publicada pela Revista Aleph. O toureiro se chamava Cocherito e tornou-se o personagem da moda na pequena aldeia do escritor. "Não faltou quem deu de chamar, ao futuro escritor, Cochero, toureiro sem capa nem muleta (lã vermelha que esconde um estaqueador), mas toureiro da vida", escreve o jornalista. Além de *Nadie*, Cocherín é autor de outros seis romances, todos eles com temas populares, sobre pescadores, camponeses, mineiros, "homens de mãos duras, rostos tristes e corações palpantes", segundo Carlos: *Esclavos de La tierra* (1945), *Carapintada* (1960), *Túnel* (1963), *Barbacoa* (1965), *El sol suda negro* (s.f.) e *Al chinchorro le han caído estrellas* (1975).

E também editor de dezenas de periódicos, onde fazia quase tudo e que garantia, de forma precária, a sua sobrevivência. Andou por todo o país, parando por vezes durante algumas semanas para fazer um jornal em alguma cidade. "Com toda a agitação envolvida em conseguir publicidade. Escreve versos aos proletários, às rainhas, aos mendigos, aos camponeses, aos vendedores de quinquilharias. Faz páginas com notícias à sua maneira, provoca, bate com verdades em funcionários e burocratas, ou o que é mais importante, vive e se diverte", nos conta o jornalista da Aleph. Faleceu em 1982, em Manizales, a pouco mais de 80 quilômetros de Marmato.

Jairo Hernán Uribe Márquez, professor na Universidade de Manizales, disse em uma conferência sobre literatura e violência na Colômbia durante o 20º Festival de Literatura de Córdoba, em 2012, que Ivan faz parte de uma geração particular de escritores caldenses, "conhecida pejorativamente como os 'grecolatinos', ou 'gre-



colombiaplural

"Estoy en la cama de un hospital marcada con el número 176. Estoy mal. O estoy vigilado. Los gritos de un vecino, un camarada de hospital de un sin patria, de un sin amigos, de un maldito como yo, me perforan el corazón mientras el ancha sala se preña de sombras pavorosas."



WordPress

"A miles de kilómetros de mi patria te escribo esta, pero que digo! Mi patria. Acaso nosotros, los proletarios, tenemos patria? Las fronteras significan algo para los que sentimos por las venas, correr el fuego de la fraternidad. Sí, lejos de mi patria, porque mi patria está donde tú estás. Dónde están tus manos acariciantes que peinaban mis cabellos desmelenados. Y dónde está tu boca, que me enseñó la absurda teoría de los besos."

“Estoy preso Natacha. Pero qué delito he cometido? Ninguno, te lo juro.... El odio de una clase me condena por el “horrendo” delito de haber nacido proletario. Yo odio esa clase. Yo combato esa clase y esa clase nos persigue, nos encarcela, nos explota, nos mata”

colombiaptural



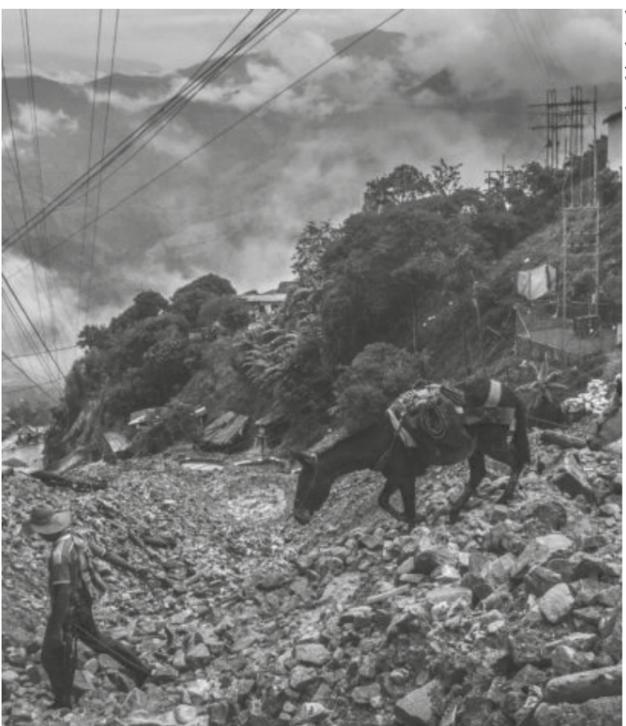
Habla la escogedora del grano: “Hoy despacharon diez mil sacos de café para el exterior... y dízque tuvieron que arrojar al agua dos mil, p’a que el café se ponga más caro y poder pagarnos mejor”, y Sergio que escuchaba con sus oídos de niño la conversación adulta, ahonda en las palabras de su vientre: “Arrojar al agua dos mil bultos de café mientras mi pobre madre que trabajaba con esos “buenos señores” no podía tomarse una taza, ni ella, ni yo, ni mi gatoj No sería eso injusto?”

co quimbayas’, formada por intelectuais que fizeram da literatura, um meio para alcançar e assegurar suas ambições políticas”, disse.

Fazem parte desta geração, segundo Jairo, escritores como Bernardo Arias Trujillo, autor de *Risaralda* (1935), novela que expõe a violência colonizadora dos brancos de Manizales sobre as populações negras dos vales do Sul. Arias, homossexual nascido em uma família patriarcal, iria se suicidar aos 34 anos, depois de uma vida tormentosa, rebelde e criadora. E Adel López Gómez, escritor nascido em Armênia, mas que viveu, escreveu e morreu em Manizales. Os três, segundo Jairo, são resultado de “um certo modernismo tardio” que ocupou a cena literária na região no início do século passado e que, apesar da qualidade dos textos e de terem sido pioneiros de uma literatura regional que iria se difundir pelo mundo, permaneceram no anonimato.

Luisa contribui para tirá-los dessa condição ao apresentar a obra de Iván no Congresso, e espera que o aprendizado do passado que essa literatura engajada, “uma narrativa da violência”, conforme Jairo, permite, possa iluminar o futuro: “queira destacar esta forma de expressão, que tem uma condição libertadora, tanto que é a atividade criadora do homem e da mulher. Penso que isso permite recuperar o conceito de trabalho desligado do trabalho do capitalismo; permite reconhecer o trabalho como atividade criadora”, explicou.

Luisa ressalta que, para isso, é necessário nos voltarmos para o passado, para compreendê-lo. “Isso não é nada novo. Isso é uma compreensão dialética da história da sociedade”, concluiu.



colombiaptural

Leia Mais

A bibliografia indicada no Congresso mistura obras de referência e o lançamento do livro *A Previdência Social dos Servidores Públicos: Direito, política e orçamento*. Organizado por Flávio Roberto Batista e Júlia Lenzi Silva e com prefácio da auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli.

Entre as indicações, o destaque foi o site do economista Ladislau Dowbor (<https://dowbor.org>), com versões em PDF com acesso livre de obras que tratam dos impactos da tecnologia. Incluí as obras dele próprio – como *A era do capital improdutivo e O pão nosso cada dia*.

Bibliografia

A falácia do Empreendedorismo – Adriano Campos e José Soeiro.

Bertran Editora, 2016.

Cyberpunks – Liberdade e o Futuro da Internet – Julian Assange.

Editora Saraiva, 2012.

A Mulher Eunuco – Germaine Greer.

Editora Artenova, 1971.

O adeus ao trabalho – Ricardo Antunes.

Cortez Editora, 1995.

O Privilégio da servidão – Ricardo Antunes.

Editora Boitempo, 2018.

Banalização da Injustiça social – Christophe Dejours (1998). 7ª edição.

FVG Editora, 2011.

A falácia do empreendedorismo – Adriano Campos José Soeiro.

Bertrand Editora, 2016.

A Coragem da Verdade – Michel Foucault.

WMF Martins Fontes, 2004.

A Proteção de Dados Pessoais do Empregado no Direito Brasileiro – Ana Francisca Moreira de Souza Sanden.

Editora LTR, 2014.

The Public Bank Solution: from Austerity to Prosperity – Ellen Brown, 2013.

O globalitarismo, por Silvio Tendler

CRISTIANE REIMBERG

Qual o impacto do sistema financeiro em nossas vidas? O cineasta Silvio Tendler vai ao cerne desta questão com o filme *Dedo na Ferida*, exibido durante o 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde. A exibição do filme, na noite do dia 29, fechou um dia de fortes debates sobre a questão do trabalho e do cotidiano no mundo neoliberal, barbaramente precarizados no mundo inteiro. Depois da exibição do filme, o cineasta Silvio abriu um debate com a participação da platéia e seus convidados Clóvis Nascimento Filho, presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), o economista Paulo Nogueira Batista, ex-vice-presidente do Banco de Desenvolvimento do BRICS e ex-diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo Brasil e mais 10 países, Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro e Maximiliano Garcez, que coordenou a mesa.

“*Dedo na Ferida* conta a história de como os governos nacionais são aprisionados pelo capital financeiro internacional”, resumiu o presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros – Fisenge, Clovis Nascimento Filho. O Sindicato participou da produção do filme como financiador. “(O geógrafo) Milton Santos dizia muito bem que essa globalização era para aprisionar o povo do mundo todo”, completa. O geógrafo brasileiro foi citado em outros momentos do debate. Não por menos, já foi tema de outro documentário de Silvio – *Encontro com Milton Santos: O mundo global visto do lado de cá*. “Milton Santos falava em globalitarismo, uma globalização que não beneficia os cidadãos, mas a circulação de mercadorias”, explica Silvio.

O cineasta junta, neste filme, o que pensam as mais diversas personalidades sobre o “globalitarismo” de Milton Santos. Há a participação de intelectuais influentes como o antropólogo David Harvey, professor da Universidade de Nova Iorque, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, professor da Universidade de Coimbra, ou a urbanista Raquel Rolnik, da USP; que interagem pelas mãos do diretor com o podólogo Anderson Marinho Ribeiro, morador de Japeri, cidade do Grande Rio que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, com o diretor de teatro Bruno W. Medsta e com o economista e empresário Keith Cattley.

Silvio dá sentido aos impactos nefastos do neoliberalismo sobre a vida que é descrita por Anderson com a fala dos economistas brasileiros Ladislau Dawbor, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP); Laura Cardoso, da USP, Guilherme Mello, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mostra que é uma questão mundial ao abrir espaço para a participação de líderes como o economista Yanis Varoufakis, político grego, membro do partido Syriza e ex-ministro das finanças do governo Tsipras em 2015, do sanitário italiano Gianni Tognoni, secretário geral do Tribunal Permanente dos Povos, do cineasta grego naturalizado francês Costa Gravas, autor de *Z*, *Clair de femme* e *Missing*, entre outros, além de militante histórico pelos direitos humanos; e do sindicalista boliviano Oscar Oliveira, líder do movimento contra a privatização da água.



Gabriela Nehring/Caliban



Silvio Tendler, Clóvis Nascimento Filho, Maximiliano Garcez, Olímpio Alves dos Santos e Paulo Nogueira Batista.

“Você tem uma erosão enorme da base social do capitalismo, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, que se traduz na crise da democracia”

Do Brasil, participam ainda, João Pedro Stédile, líder e fundador do Movimento Sem Terra e Guilherme Boulos, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Além do diplomata Celso Amorim, por duas vezes ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Defesa; e de Paulo Nogueira Batista, economista que foi vice-presidente do novo Banco de Desenvolvimento estabelecido pelos BRICS e depois, diretor executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) pelo Brasil e mais 10 países. Ele havia participado, no dia anterior, da mesa sobre a resistência dos países da América Latina e ficou também neste dia, para as discussões com Silvio depois do filme.

“Eu queria confessar uma coisa, fui o pior aluno de matemática e tomei pau em economia duas vezes. Conseguimos esse elenco maravilhoso. São todos muito claros na forma de colocar o problema. Agregar informações para completar este pensamento. Achei que faltava um personagem que perpassasse com sua história de vida. O filme ganhou cor e humanidade. Cada pessoa que você entrevista fala o que ela quer, um filme como este não tem roteiro previamente estabelecido, tem teses e ideias, mas se faz na edição”, definiu o diretor Silvio Tendler.

Em busca do público

Silvio diz que o globalitarismo limita a circulação do seu filme nas salas de cinema do país. Para furar o bloqueio, o documentário está disponível gratuitamente e na íntegra na rede mundial de computadores, via *Youtube* (<https://www.youtube.com/watch?v=IhErYR90dCI>). “O filme circulou pelo Brasil sem o apoio da grande mídia, mas conseguimos chamar bastante atenção”, conta o cineasta. *Dedo na Ferida* foi um dos escolhidos para participar da seleção para o Oscar. “A nossa intenção é viralizar este filme, que passe em todos os lugares”, sentencia Silvio Tendler.

E assim o cineasta tem feito. Seus cabelos brancos e a dificuldade de locomoção, que exige o uso de cadeiras de rodas, não impedem que viaje pelo Brasil, promovendo e discutindo o filme. Mais uma vez, o global olhado de cá, mas também de lá, com especialistas de diferentes partes do mundo, fazendo uma crítica reflexiva e contundente, entrelaçada por uma narrativa que une a vida cotidiana de cada um de nós, ao se utilizar de personagens comuns, aos olhares especializados de pensadores respeitados e exemplos didáticos.

“Sergio Almeida fez o roteiro do filme e já faleceu. Nós fizemos este filme para trazer à tona os mecanismos que produzem a desigualdade e estão aprisionando Estados e democracia”, avaliou Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro – Senge/RJ, que financiou a obra juntamente com a Fisenge. “Este trabalho que vocês apoiaram e o Silvio realizou é uma peça de resistência. Essa resistência hoje é mais importante do que nunca. Este poder financeiro está se mostrando disfuncional”, completa o economista Paulo Nogueira. “Você tem uma erosão enorme da base social do capitalismo, não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, que se traduz na crise da democracia, que se tornou uma plutocracia dominada pelos mercados financeiros”, conclui Paulo.



Cena do filme *Dedo na Ferida*

Chacina de Unai Julgamento ainda não acabou

“Sobre a insegurança dos auditores fiscais do trabalho, temos uma memória muito triste que é a chacina de Unai. Temos 14 anos completos no último janeiro, da ocorrência desse triste episódio na nossa história. Três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados. Os mandantes já foram condenados, cada um a 100 anos de prisão e continuam livres. Para além desse fato, que já deveria ter sido suficiente para transformar de uma vez por todas essa realidade, temos outros tantos que ocorrem no dia a dia dos auditores fiscais do trabalho. Infelizmente, não temos muito a dizer sobre o cenário que levou à chacina de Unai, hoje. Os problemas continuam na mesma magnitude. Talvez agora, pelo ambiente trazido pela reforma trabalhista, que gera um espaço para um oportunismo, para que tudo o que é ruim, ressurgir, re-apareça, vejo até numa situação pior essa realidade.”

Carlos Silva
Auditor fiscal do trabalho
presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait)

Em 28 de janeiro de 2004, os auditores fiscais do trabalho Nelson José da Silva, João Batista Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, levados pelo motorista do Ministério do Trabalho, Ailton Pereira de Oliveira, faziam uma operação de fiscalização de trabalho escravo na fazenda de dois irmãos, Norberto e Antério Mânica, em Unai, no Noroeste de Minas Gerais, a 166 quilômetros de Brasília, quando foram assassinados por três pistoleiros - Rogério Alan, Erivaldo Silva e William Gomes -, em uma emboscada. Os pistoleiros foram condenados, em 2013, por um júri popular em Belo Horizonte a 94 anos, 76 anos e 56 anos respectivamente. Em 2015, os irmãos Mânica foram condenados em primeira instância a 100 anos de prisão, apontados como mandantes do crime pela 9ª Vara de Justiça de Belo Horizonte.

Em novembro de 2018, durante o julgamento de recursos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a pena de Antério foi anulada e a de Norberto, reduzida para 65 anos, 7 meses e 15 dias. Antério concorreu e venceu uma candidatura a prefeito de Unai pelo PSDB quando esteve preso provisoriamente, ainda em 2004, logo depois do crime, e se reelegeu em 2008. Antério terá novo julgamento. Além dos pistoleiros, foram condenados e estão presos pelo crime Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro. Os irmãos Mânica continuam respondendo ao processo em liberdade. O dia 28 de janeiro foi transformado em Dia do Auditor Fiscal do Trabalho, em homenagem aos colegas assassinados e para firmar a luta da categoria.



Nelson José da Silva



João Batista Lage



Eratóstenes de Almeida



Ailton Pereira de Oliveira

Homologações sem supervisão têm valores 30% menores

Quase todas as homologações de marceneiros em São Paulo (90%) feitas depois da entrada em vigor da Lei 13.467, de reforma da lei trabalhista, estão com valores 30% menores do que deveriam.

Esta informação foi trazida pelo sindicalista Renê Vicente, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Brasileiros (CTB), que participou da mesa de abertura, na manhã do dia 27. Ele conta que descobriu essa diferença porque os marceneiros que estão sendo demitidos levam o cálculo feito pela empresa para o sindicato conferir. A Lei 13.467 desobriga as empresas a fazerem as homologações sob supervisão dos sindicatos.

Renê usou esta ocorrência, que ele diz ter observado nos últimos meses em sua atividade diária, como uma prova de que o ataque que ocorre no Brasil – a partir do impeachment de Dilma Rousseff – é do capital contra o trabalhador.

“O discurso dominante de que bastava fazer uma reforma, que o emprego ia voltar, cai por água abaixo”, continua. Com 27 milhões de trabalhadores entre o desemprego e o subemprego, Renê prevê tempos ainda mais difíceis à frente. “(Para) nós que estamos na base, conversando com os trabalhadores

nas negociações coletivas, o ataque do patronato já se faz presente, já se vê pressionando os trabalhadores a perder direitos”, disse.

Renê aponta ainda as dificuldades criadas para a sobrevivência financeira das entidades sindicais, que estão asfixiadas com o fim da contribuição obrigatória determinada pela reforma.

“Temos que debater isso com a classe trabalhadora, a importância do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, que estão sendo atacados frontalmente. A importância de termos órgãos que defendam a classe trabalhadora”, continua.

A insustentável loucura da web

A possibilidade de que o uso excessivo das redes sociais provoque uma dependência semelhante à que ocorre com substâncias químicas passou a ser uma pauta constante nas discussões e estudos a respeito da saúde do trabalhador e foi tocada em momentos diferentes do Congresso. Bruno Torturra, jornalista com uma experiência intensa e pioneira no uso da rede como plataforma de trabalho, alerta para a importância de acompanhar os estudos a respeito do tema. “Tem a ver com saúde psíquica, hoje em dia diretamente conectado com a depressão. O fluxo de dopamina no seu cérebro é completamente afetado pelo excesso de consumo de informação, de anúncio, de foto, de likes de reforço, de compartilhamentos. Esse é o mesmo mecanismo que rege o vício e dependência química em substâncias”, explica. Bruno diz que a rede social faz parte do projeto comercial onde o grande business é o tempo que as pessoas acabam sendo obrigadas a passar olhando para o celular, dentro de uma rede.

A médica psiquiatra Edith Seligmann-Silva aborda outro aspecto, não menos preocupante e mais complexo, que envolve a imagem e o comportamento social do indivíduo e a relação homem-máquina. Administrado e executados por robôs, os mecanismos de controle e vigilância criam conflitos e cometem equívocos que terminam em injustiças difíceis de serem reparadas, como é o caso que Edith experimentou. Ela foi suspensa pelo *You Tube* depois de fazer um comentário a respeito de uma foto das suas sobrinhas, uma adolescente e a outra criança, que foi mal interpretado pelo algoritmo. “A mocinha estava fazendo uma trança no cabelo da criança. Eu achei muito bonitinho e mandei para outra pessoa dizendo assim: Elisa trança Paula. E mandei, com cê cedilha, claro. Gente! O que aconteceu?! Recebi uma comunicação do *YouTube*, de que eu tinha feito uma imoralidade”, contou durante debate sobre comunicação. Edith ficou proibida de acessar o *YouTube* e deveria escrever uma carta para ser readmitida na rede. “Fiquei com muita raiva e decidi não fazer. Depois comecei a ver que era difícil acessar algumas coisas e tentei fazer a tal da carta, mas era tão complicado, tinha tanta burocracia, que desisti”, conta.

Equívocos do algoritmo nessa linha, ou do corretor ortográfico; publicações maldosas que geram humilhações e exposição vexatória, intencionais ou não, são situações que aparecem com frequência em casos de suicídio, que crescem de forma assustadora nas sociedades digitais. As CID 11, uma espécie de dicionário para doenças mentais, utilizado como referência para diagnóstico, inclui distúrbios relacionados a prática excessiva de jogos digitais.

Para saber mais

Reportagens: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41922087>; <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/11/vicio-em-internet-e-smartphones-provoca-alteracoes-quimicas-no-cerebro.html>

Artigo científico: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3480687/>; CID 11: <https://www.who.int/features/qa/gaming-disorder/en/>

Sites de referência: Safernet (<https://new.safernet.org.br/>) ISSBD, sociedade para a pesquisa de desenvolvimento humano. Publica compilações e resultados de estudos sobre comportamento nas redes sociais. (<https://issbd.org/>); NSPCC- Sociedade estadunidense de prevenção da crueldade contra crianças (<https://www.nspcc.org.uk/>), publica estudos sobre bullying virtual.

Curtas

Reitoria da USP mantém creche fechada - A tentativa da reitoria da USP, de fechar a creche Oeste, citada por Rachel Moreno no primeiro dia de trabalho deste Congresso, aconteceu em janeiro de 2017. Os pais, com apoio da comunidade local, ocuparam o prédio e frustraram a tentativa do reitor da época, Marco Antônio Zago, de unificar a Creche Oeste com aquela primeira, que Rachel ajudou a fundar. Neste ano e meio, organizaram a “Ocupação Creche Aberta”, promovendo almoços e eventos culturais para protestar e chamar a atenção para a atitude de Zago, que persiste durante a gestão do atual reitor Vahan Agopyan. A Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste conseguiu, em março de 2018, um mandado de segurança que obriga a reitoria a reabrir a creche, mas até setembro deste mesmo ano nada tinha acontecido. Os pais mantinham a ocupação.

Manicômio não - A médica psiquiatra Silvia Jardim aproveitou o microfone aberto no debate da mesa sobre Comunicação, para protestar contra o que considerou incentivos do governo Temer à internação psiquiátrica, lembrar o caso do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier Olivo, que se matou em meio a um processo de perseguição política e judicial e chamar o público para aderir à campanha de prevenção ao suicídio. “Estamos entrando no Setembro Amarelo e estou aproveitando para falar disso também, do retrocesso que é a reforma psiquiátrica”, disse.

Não puderam vir - Maria Maeno lamentou a ausência, por problemas de saúde, dos jornalistas Lúcio Flávio Pinto, militante pelo meio ambiente na Amazônia e Leonardo Sakamoto, conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão. Também tiveram problemas de última hora os convidados Chico Guariba, cineasta ambientalista, os juízes José Antônio Ribeiro de Oliveira e Hugo Cavalcanti Melo Filho e a advogada mexicana Nahir Velasco, voltada para os sindicatos e movimentos sociais. Adriana Marcolino, socióloga do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e o sociólogo Sergio Amadeu também tiveram imprevistos de última hora.

“Democracia de baixa intensidade”

O 5º Congresso terminou com o discurso da ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Alves Miranda Arantes, que fez questão de tratar, na primeira parte, da reforma trabalhista. “Esse não é o painel de reforma trabalhista, mas considero que uma ministra do Tribunal Superior do Trabalho no Brasil não pode fazer qualquer fala sem se referir aos acontecimentos”, justificou. A ministra se referia ao fato de que no dia anterior à sua participação no evento, havia sido divulgado o resultado de julgamento favorável, do Supremo Tribunal Federal, a terceirização ampla. Na verdade, a ministra fala neste discurso sobre a “Desconstitucionalização, desdemocratização e desconsolidação de direitos sociais”. “Essa afirmação é do professor Boaventura Sousa Santos, sobre o fato de que vivemos em regimes autoritários que se disfarçam de democráticos”. Leia abaixo os principais trechos.

Sobre a decisão do STF

“Tivemos 388 anos de escravidão e 130 anos de trabalho livre apenas. Somos a nona economia mundial e ocupamos o 75º posto no ranking de IDH. Numa sociedade em que 72% dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos, em que micro e pequenas empresas empregam 52% dos quase 100 milhões de trabalhadores, não era necessário uma reforma para atrair capital estrangeiro. Não é o banqueiro, não é o capital estrangeiro, não é o sistema financeiro que oferece a maioria dos empregos aqui.”

“O Brasil é o quarto país do mundo em acidente do trabalho de acordo com a OIT. Temos levantamentos recentes que mostram mais de 300 mil trabalhadores em situação de trabalho análogo ao de escravo em pleno século 21. Uma pesquisa de mídia publicada em 2017, da secretaria de comunicação do governo federal, que dá conta de que 83% dos 207 milhões de brasileiros só se formam pela televisão, 71% apenas através da TV Globo. Decorre daí a nossa dificuldade de mobilização.”

Sobre suposto excesso de ações trabalhistas

“Só para ilustrar a litigiosidade da justiça do trabalho brasileira, que tem sido atacada. ‘É maior do mundo’, alguém já disse. Tem gente que vai até fora do Brasil dizer que aqui tem o maior número de ações trabalhistas do mundo. O (estudo) Justiça em Números publicado em 2017, mostra que a justiça comum estadual detém 79,8% das ações; a justiça federal, 12,3; e a justiça do trabalho, 6,8%. Fiz um levantamento a partir de matérias e artigos que são publicados. O número de ações trabalhistas contra bancos despencou 62% depois da reforma, a maior queda registrada. Foram 15.600 ações entre janeiro e junho de 2018, contra 40 mil no mesmo período em 2017. Na indústria, queda de 45% e nos serviços e comércio, queda de 36% e 33% respectivamente. Não seria tão problemático se fosse uma queda real, de ações trabalhistas ‘aventureiras’ como chamam os defensores da reforma, mas sabemos que não é.”

Sobre saúde e segurança do trabalho

Não poderia entrar nesse tema sem falar sobre os graves acidentes do trabalho de 2017 da Usiminas na primeira quinzena de agosto. Foram registrados 3 acidentes do trabalho em sequência: em 8/08, um trabalhador morreu enquanto fazia manutenção de equipamentos, em 10/08 uma explosão com o gásômetro deixou mais de 30 feridos, e em 3/08 um trabalhador terceirizado teve que amputar o braço após se acidentar com uma correia transportadora. O Observatório Digital de Saúde do Ministério do Trabalho mostra que na região do Vale do Aço, no leste de Minas Gerais, foram registrados 1.242 acidentes de trabalho em 2017, com três mortes. Esse é um cenário que contém a tristeza e que é preciso registrar.”

Delaíde termina sua participação com um relato sobre as ações promovidas pelo programa em favor do trabalho seguro do TST. “O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho do TST, do Conselho Superior da Justiça da Bahia, foi instituído em Maio de 2011. Atua em sete linhas políticas, públicas, de diálogo social, institucional e educação para a prevenção, compartilhamento de dados e informações, estudos e pesquisas, efetividade normativa e eficiência jurisdicional”, explica. E com uma retrospectiva das lutas, que encerra com ajuda de Cora Coralina, poetisa goiana e do mundo que assina a poesia ao lado:



Delaíde Alves Miranda Arantes

“Desistir? Já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério. É que tem mais chão nos meus olhos do que cansaço nas minhas pernas; mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros; mais estrada no meu coração, do que medo na minha cabeça”



Comissão organizadora

Jorge Luiz Souto Maior - desembargador da Justiça do Trabalho e Professor da Faculdade de Direito da USP

Maria Maeno - médica e pesquisadora da Fundacentro

Carla Bracchi - advogada e vice-presidente da ABRAS

Cristiane Queiroz - química, ergonomista e tecnóloga da Fundacentro

Daniela Sanches Tavares - psicóloga, advogada e tecnóloga da Fundacentro

Maximiliano Garcez - advogado e presidente da ABRAS

Carta do 5º Congresso - 2018

Promoveu-se o congelamento de gastos públicos por 20 anos, o SUS está cada vez mais precário e sob ataque, fez-se a reforma trabalhista e o Supremo Tribunal Federal, por 7 a 4, acaba de aprovar a terceirização irrestrita. Isso quer dizer que a precarização do trabalho vem de todos os lados, atingindo setores públicos e privados, e grande parte dos brasileiros não conseguirá chegar à aposentadoria, não conseguirá receber auxílio-doença quando precisar e qualquer política de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e responsabilização das empresas serão de mais difícil implementação.

Para jogar a pá de cal no sistema de seguridade social e no direito ao trabalho digno duramente conquistados na letra da Constituição Federal, está na agenda do segundo semestre a reforma da Previdência Social, que sequer tem um ministério. Também o Ministério do Trabalho poderá ser extinto, segundo a declaração de alguns candidatos à Presidência da República, assim como estão ameaçados o Ministério Público e a Justiça do Trabalho.

Com um papel decisivo do judiciário e da grande mídia, os representantes do capital financeiro têm disseminado a ideia de que essas medidas, que atingem duramente os trabalhadores, são necessárias. Ao mesmo tempo, promove-se um aumento dos privilégios do sistema econômico voltado à especulação. Dissemina-se a ideia de que há um déficit nas contas. Mais uma falácia. Segundo levantamento da Auditoria Cidadã da Dívida, em 2017 o orçamento federal gasto foi de R\$ 2,483 trilhões, quando o previsto era de R\$ 3,415 trilhões. Essa diferença tem que ser investigada. Além disso, pergunta-se: em que foi gasto? Espantosamente quase 50% foram para o sistema financeiro, isto é, para pagar juros e amortizações da dívida pública interna e não para beneficiar o povo.

Estancar a sangria do nosso dinheiro, que está indo para os bancos e especulação, é urgente e não pode esperar nem um pouco.

A coordenação nacional da auditoria cidadã da dívida elaborou uma carta aberta aos brasileiros (disponível no sítio eletrônico da Auditoria Cidadã da Dívida - <https://auditoriacidada.org.br/>), sobre a qual os candidatos à Presidência da República estão respondendo. São 12 medidas concretas, das quais elencamos alguns aspectos, a seguir:

1. Realizar a auditoria da dívida pública, prevista na Constituição Federal e nunca realizada, de forma transparente.

2. Investigar os escoadouros de dinheiro entre o orçamento previsto e o executado.

3. Após essa auditoria, com a participação da sociedade, tomar decisões da política econômica para que os investimentos sociais tenham prioridade, revertendo a situação atual de comprometer quase 50% do total do orçamento com o pagamento dos juros e amortizações da dívida.

4. Deixar de submeter os interesses de nosso povo aos ditames do FMI e do Banco Mundial, como tem ocorrido desde os anos 80 no Brasil.

5. Trabalhar para revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto rebaixado por 20 anos para todos os gastos e investimentos sociais, deixando fora do teto e sem controle ou limite as maiores despesas do orçamento da União, ou seja, os juros e as amortizações da dívida pública.

Convidamos todos, assim, a ler e divulgar a citada Carta aberta à população na íntegra.

Também defendemos a revogação da Lei 13.467, de 13/07/2017, que definiu a Reforma Trabalhista.

São Paulo, 31 de agosto de 2018.

A comissão organizadora

5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde



Equipe da organização do Congresso, o quadro, o artista, palestrantes e público.

Organização

Fundacentro/Ministério do Trabalho, Departamento do Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP e Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais.

Comissão organizadora

Maximiliano Garcez, Carla Rita Bracchi da Silveira; Jorge Luiz Souto Maior; Maria Maeno, Daniela Sanches Tavares e Cristiane Queiroz Barbeiro Lima.

Assessoria de Comunicação

Cristiane Oliveira Reimberg, Alexandra Rinaldi, Débora Maria Santos e Evilyn Cristhina da Silva.

Suporte

Claudia Cecília Marchiano, Patrícia Regina da Silva, Giselle Aparecida Simionato Cravo, Larissa Marchini, Bianca Rocha Alcântara.

REVISTA DO CONGRESSO

Projeto Editorial, Redação e Edição: Lilian Primi

Projeto Gráfico e Diagramação: Luiz Alexandre Lara

Fotógrafos: Alex Pires, Edson dos Anjos, Clodoaldo Novaes e Denilson da Silva

Foto de capa: Paralisação dos trabalhadores da Volkswagen em 1991- Roberto Parizotti/CUT.

Apoio

Ministério Público do Trabalho

Fotolito e impressão

Bangraf- Gráfica do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

Palestrantes

1. Maria Maeno
2. Eliane Caffé
3. Leonardo Osório de Mendonça
4. Ricardo Antunes
5. Magda Biavaschi
6. Silvio Luiz de Almeida
7. José Dari Krein
8. Edith Seligmann-Silva
9. Renato Rovai
10. Oswaldo Luiz Colibri Vitta
11. Fabio Antônio Arruda
12. Simon Archer
13. Carlos Silva
14. Sergio Gomes
15. Maria Lúcia Fatorelli
16. Paulo Nogueira Batista Jr.
17. Luiza Fernanda Gomes Duque
18. Jorge Luiz Souto Maior
19. Vitor Filgueiras
20. Bruno Torturra
21. Eduardo Fagnani

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	
38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	

22. Flavio Roberto Batista
23. Luiz Carlos Moro
24. Márcio Pochmann
25. Claude Melançon
26. Iracema Santos Quaresma de Assis
27. Gilmar Ortiz
28. Silvio Caccia Bava
29. Leandro Horie
30. Ladislau Dowbor
31. Alessandra Camarano
32. Matias Cremonete
33. João Hilário Valentim
34. Ione Amorim
35. Antonio José de Arruda Rebouças

36. Maximiliano Garcez
37. Rachel Moreno
38. José Carlos do Carmo
39. Gabriel Simeone
40. Carlos Damarindo
41. Mariana Santos Assis
42. Delaíde Alves de Miranda Arantes
43. Marilu Cabanãs
44. Olímpio Alves dos Santos
45. Clóvis Nascimento Filho
46. Sílvio Tandler
47. Carla Bracchi
48. Cristiane Queiroz
49. Daniela Sanches Tavares

Apoio institucional: Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT); Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); TVT; Associação Latinoamericana de Abogados Laboralistas (Alal); Ambiente Laboral Livre de Violência (A.L.L.Vio); Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge/CUT); Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho; Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região (CUT); Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado de S.Paulo; Instituto Macuco (www.institutomacuco.com.br); Le Monde Diplomatique Brasil; CSP Conlutas; Sintrajud; Fenajufe; Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (SMetal-CUT); Rádio Brasil Atual.